



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Daniel Abílio Ferreira Bastos

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Calo Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Deu-se conta dos diplomas entrados na Mesa e concedeu-se autorização para um deputado depor como testemunha.

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS) protestou pelo facto de a RTP, no programa Primeira Página, não ter transmitido os depoimentos recolhidos junto dos partidos com assento parlamentar sobre as propostas de lei n.º 14/V (Orçamento do Estado para 1988) e 15/V (Grandes Opções do Plano para 1988), no que foi secundado pelos Srs. Deputados Lopes Cardoso (PS), Vieira Mesquita (PSD), Octávio Teixeira e Jorge Lemos (PCP), que viria ainda a interpellar a Mesa sobre a forma como tem sido feita a cobertura televisiva dos debates, tendo intervindo também os Srs. Deputados Duarte Lima e Correia Afonso (PSD), José Lelo (PS) e Carlos Carvalhas (PCP).

A Assembleia prosseguiu a apreciação, na generalidade, das referidas propostas de lei. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional

(Eurico de Melo) e dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira), do Comércio e Turismo (Ferreira do Amaral), do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda), os Srs. Deputados Julieta Sampaio e José Lelo (PS), Maria Santos (Os Verdes), Carlos Carvalhas (PCP), Elisa Damião (PS), Rui Salvada, Joaquim Marques, Carlos Pinto e Rui Machete (PSD), João Cravinho (PS), Nogueira de Brito e Basílio Horta (CDS), José Sócrates e José Gameiro (PS), Raul Castro e João Corregedor da Fonseca (ID), Guido Rodrigues (PSD), Silva Lopez (PRD), Helena Torres Marques e Manuel dos Santos (PS), Octávio Teixeira e Luís Amorim (PCP), Natália Correia (PRD), Luís Filipe Meneses e Ângelo Correia (PSD), Vítor Constâncio (PS), Nuno Deleure (PSD), Vítor Ávila (PRD), Rogério de Brito (PCP), Carlos Lélis (PSD), Mota Torres (PS), Helena Roseta (Indep.), Apolónia Teixeira (PCP), João Rui de Almeida (PS), Vidigal Amaro e Odete Santos (PCP) e Carlos Lage (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adão José Fonseca Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alípio Barrosa Pereira Dias.
Álvaro José Rodrigues Carvalho.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António de Carvalho Martins.
António Costa de A. de Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José de Carvalho.
António Maria Oliveira de Matos.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Belarmino Henriques Correia.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Carlos Sacramento Esmeraldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos Duarte Lima.
Domingos Silva e Sousa.
Eduardo Alberto de Carvalho P. da Silva.
Ercilia Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva F. de Abreu.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco Jardim Ramos.
Francisco João Bernardino da Silva.
Gilberto Parca Madail.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Milhomens.
João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João José da Silva Maçãs.
João Manuel Ascenção Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.

José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José Júlio Vieira Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José Mendes Bota.
José Mendes Melo Alves.
Licínio Moreira da Silva.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Luís Manuel Neves Rodrigues.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel José Dias Soares Costa.
Manuel Maria Moreira.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luisa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Vítor Pereira Crespo.
Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
António Fernandes Silva Braga.
António Miguel Morais Barreto.
António Poppe Lopes Cardoso.
Armando António Martins Vara.
Carlos Cardoso Lage.
Edmundo Pedro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
Fernando Ribeiro Moniz.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco Igrejas Caeiro.
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
Helena de Melo Torres Marques.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Rui Gaspar de Almeida.
Jorge Fernando Branco Sampaio.
José Barbosa Mota.

José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Torres Couto.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Cláudio José Santos Percheiro.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Eduardo Linhares de Castro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luísa Amorim.
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 José da Silva Lopes.
 Rui José dos Santos Silva.
 Vítor Manuel Ávila da Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Peço ao Sr. Secretário o favor de enunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa, foram admitidos e baixaram às respectivas comissões os seguintes diplomas: projecto de lei n.º 130/V — Processo de criação e instituição das regiões administrativas, apresentado pelo Sr. Deputado João Amaral e outros, do PCP; projecto de lei n.º 131/V — Lei quadro das empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais, apresentado pelo Sr. Deputado João Amaral e outros, do PCP; projecto

de lei n.º 132/V — Regulamentação da tutela administrativa sobre as autarquias locais, garantindo a tipicidade e a legalidade das formas do seu exercício e a jurisdicionalização de eventuais medidas sancionatórias, apresentado pelo Sr. Deputado João Amaral e outros, do PCP; projecto de lei n.º 133/V — Garante a membros das juntas de freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos de freguesia, apresentado pelo Sr. Deputado João Amaral e outros, do PCP; projecto de lei n.º 134/V — Lei quadro das regiões administrativas, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros, do PCP; ratificação n.º 4/V — Decreto-Lei n.º 376/87, de 11 de Dezembro, que aprova a Lei Orgânica das Secretarias Judiciais e Estatuto dos Funcionários de Justiça, apresentada pelo Sr. Deputado Jorge Lacão e outros, do PS; ratificação n.º 5/V — Decreto-Lei n.º 376/87, de 11 de Dezembro, que aprova a Lei Orgânica das Secretarias Judiciais e Estatuto dos Funcionários de Justiça, apresentado pelo Sr. Deputado José Magalhães e outros, do PCP, e proposta de lei n.º 20/V — Concede ao Governo autorização legislativa para rever o Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro (relativo ao processo judicial por crimes de imprensa), em ordem a introduzir as adaptações exigidas pela entrada em vigor do novo Código de Processo Penal.

Encontra-se ainda na Mesa um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, consubstancial num ofício dirigido a S. Ex.º o Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

De acordo com o solicitado no ofício n.º 2444, do 1.º Juízo, 1.ª Secção, do Tribunal do Trabalho de Lisboa, de 24 de Novembro último, enviado ao Sr. Presidente da Assembleia da República, acerca do Sr. Deputado José de Vargas Bulcão, tenho a honra de comunicar a V. Ex.º que esta Comissão Parlamentar decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o referido Sr. Deputado a depor como testemunha no processo referenciado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer no sentido de o Sr. Deputado José de Vargas Bulcão ser autorizado a comparecer no Tribunal do Trabalho de Lisboa, a fim se ser ouvido como testemunha.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Como os Srs. Deputados sabem, a ordem do dia de hoje é a continuação da discussão, na generalidade, das propostas de lei n.º 14/V (Orçamento do Estado para 1988) e n.º 15/V (Grandes Opções do Plano para 1988).

Informo, desde já, que os tempos distribuídos que vêm indicados no boletim informativo correspondem aos tempos que foram previamente acordados em conferência de líderes, isto é, correspondem a metade dos tempos globais destinados aos dois dias de debate. Na sessão de ontem esgotámos as inscrições e, simultaneamente, o tempo de debate previsto para o primeiro dia, isto é, os 50%.

Julgo que, dentro de momentos, estamos em condições de iniciar o debate, pelo que peço aos grupos e agrupamentos parlamentares, para facilitar o trabalho da Mesa, o favor de indicarem os oradores que vão intervir.

Como sabem, continuaremos a respeitar o que foi acordado em conferência de líderes, ou seja, o Regimento e os tempos distribuídos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos dar início aos trabalhos...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Antes de começar o debate propriamente dito, peço a palavra, Sr. Presidente, para me pronunciar sobre um incidente que se passou ontem com esta Câmara e a televisão.

Em nome da bancada do CDS, gostaria de aqui lavrar o meu protesto.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado quer então fazer uma interpelação à Mesa, não é assim?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Pode ser, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, ontem, de manhã, o responsável pela cobertura televisiva nesta Câmara abordou o nosso grupo parlamentar no sentido de que um dos nossos deputados fizesse um comentário sobre o Orçamento, a fim de esse comentário ser passado na *Primeira Página*, que teria lugar às 21 horas e 20 minutos desse dia.

O Sr. Deputado Nogueira de Brito dirigiu-se à Sala D. Maria, onde o seu depoimento foi gravado. Porém, verificou-se que à noite, no programa *Primeira Página*, a televisão, pura e simplesmente, ignorou o depoimento feito pelo meu colega de bancada, que, tendo-se ausentado da Sala para que o seu depoimento fosse gravado, «perdeu» o seu tempo, como agora está a ver-se. Ora, não pode passar sem reparo uma atitude destas, de censura a um deputado. Depois de tê-lo convidado a dizer o que pensava sobre o Orçamento, a televisão, pura e simplesmente, não passou o seu depoimento na *Primeira Página* e isso — repito — não pode passar sem um reparo, não pode passar sem um protesto. Isto não é só uma falta de respeito para com um deputado, é-o também para com uma bancada e para com a Assembleia da República.

Eu gostaria que isto ficasse registado no *Diário* — porque a televisão ainda não se encontra presente — e gostaria de saber também se esta censura vai continuar até ao fim deste debate.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, gostaria de secundar a interpelação feita pelo Sr. Deputado Narana Coissoró e acrescentar, para esclarecimento de V. Ex.^a, que aquilo que se passou com o Sr. Deputado Nogueira de Brito se passou também com o deputado do Partido Socialista — e suponho até que isso se terá passado com todos os deputados que, em nome dos grupos parlamentares, foram convidados para prestarem depoimento, a fim de o mesmo ser passado na televisão.

Não sei se se trata de censura, mas isso revela, pelo menos, uma coisa: a televisão não só não tem maneras a dar informação como também não tem maneras, *tout court!* O mínimo que se exigia da televisão

era que, enfim, tivesse tido a boa educação — para não chamar outra coisa — de dar uma explicação aos deputados que convidou para prestar depoimento das razões que porventura lhe assistiam para não ter passado esses depoimentos.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esse é um problema que tem a ver com a televisão. Poderemos vir a discutir essa questão na conferência de líderes, mas não podemos estar a prolongar por muito tempo uma questão desta natureza.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira Mesquita.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para, perante esta Câmara, esclarecer que também um deputado do PSD foi convidado para participar nesse programa e também o seu depoimento não passou na televisão.

Creio que a televisão organizou a *Primeira Página* de maneira diferente da que tinha previsto, na medida em que passou apenas dois depoimentos, fazendo intervir nesse debate apenas dois jornalistas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe o favor de ser breve.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sê-lo-ei, Sr. Presidente.

Pedi a palavra para juntarmos aqui o nosso protesto em relação àquilo que se passou. É que o problema não é de somenos. Foi solicitado à Assembleia da República, através dos seus representantes, que fizesse um comentário para um determinado programa televisivo, expressamente para a *Primeira Página* que ontem teve lugar, e depois, não sei se pelo teor das declarações se por qualquer outra razão, a televisão pura e simplesmente resolveu não passar os depoimentos.

Parece-nos que isto é estar, no mínimo, a ter o máximo de inconsideração para com os grupos parlamentares e para com a Assembleia da República, o que não é admissível. Portanto, não se trata apenas de um problema processual.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, desculpar-me-á mas quero, em nome do meu Grupo Parlamentar, deixar claro que para nós não se trata de um problema da televisão, uma vez que tem a ver com a dignidade e o respeito pelos deputados e pelos grupos parlamentares, respeito e dignidade que cumpre a todos velar, particularmente a V. Ex.^a, Presidente desta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, eu disse que podíamos tratar deste assunto na conferência de líderes. Não vamos estar agora a perder muito tempo num debate sobre esta matéria, tanto mais que já estou esclarecido de que todos os grupos parlamentares tiveram tratamento idêntico.

Para dar início efectivo ao debate, tem a palavra o...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, creio que a questão pode ser vista mais em profundidade na conferência de líderes, mas creio que ela deve merecer a reflexão desta Assembleia pelo seguinte...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas esta questão está encerrada. Falaremos nela na conferência de líderes parlamentares.

Dou a palavra ao Sr. Ministro da Defesa...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, creio que foi dada a possibilidade a cada bancada intervir mais do que uma vez sobre esta matéria e a questão é suficientemente grave, tanto mais...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, retiro-lhe a palavra.

O Orador: — ... tanto mais que foi o primeiro ano...

O Sr. Presidente: — Vamos iniciar o debate. Dou a palavra, para uma intervenção, ao Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

O Orador: — Sr. Presidente, o mínimo que se pode exigir a V. Ex.^a ou pedir a V. Ex.^a é que actue no sentido...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe desculpa, Sr. Deputado, mas não pode continuar no uso da palavra. Dei a palavra a todos os grupos parlamentares, com exceção do PRD e de Os Verdes, porque não a solicitaram.

O Orador: — ... de clarificar junto da televisão o que se passou.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional (Eurico de Melo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sofrerá certamente reparo a afirmação de que todos gostaríamos — os Portugueses, em geral, e, em particular, VV. Ex.^a, Srs. Deputados, o Governo, o Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas —, todos gostaríamos, dizia, que a política de defesa nacional, naquilo em que pode ser reflectida no Orçamento do Estado — e é isso e só isso que aqui está em causa —, tivesse uma tradução que possibili-

tasse a disponibilidade de melhores instalações, a obtenção de equipamento mais moderno, a garantia de renovadas condições de instrução e treino e a constituição de adequadas reservas estratégicas, seja para as nossas Forças Armadas seja para as forças militares de segurança, que, como é sabido, se integram naquelas em estados de crise ou de guerra.

Todavia, a realidade das escassas possibilidades financeiras do Estado, por um lado, e as opções políticas da actual maioria, por outro — expressas em programa eleitoral partidário claramente sufragado pelo povo português e em Programa de Governo apresentado e aprovado nesta Assembleia —, determinaram prioridades sectoriais específicas, de que destacarei o desenvolvimento económico e social, a educação e a saúde, fazendo que em 1988 outros sectores tenham, do ponto de vista orçamental, disponibilidades semelhantes às do corrente ano, com ligeiras diferenças para menos, ou para mais — como é o caso do sector por que sou responsável.

O orçamento do Ministério da Defesa Nacional para o ano de 1988 prevê um volume de despesa global de 152,1 milhões de contos, o que representa um acréscimo nominal de 12,65% face ao Orçamento corrigido de 1987.

Os elementos de informação complementares considerados significativos foram oportunamente fornecidos a esta Assembleia, na sequência, aliás, de reuniões de trabalho realizadas, no âmbito da preparação do Orçamento, entre o Ministério da Defesa Nacional e a Comissão Parlamentar de Defesa.

Limitar-me-ei, pois, a sintetizar alguns dos aspectos principais.

Daquele volume total de despesa, 22,6 milhões de contos dizem respeito ao cumprimento dos programas de modernização integrados nas leis do reequipamento e de programação militares, votadas e aprovadas neste Parlamento.

Sem estes programas, o orçamento de Defesa deste Ministério ascenderia a 120,5 milhões de contos, o que traduz um moderado crescimento em termos reais.

Dentro dos condicionalismos que presidiram à preparação da proposta de lei do Orçamento do Estado para 1988, e já aqui devidamente explanados pelo Sr. Ministro das Finanças, importa analisar em que medida os créditos atribuídos permitem uma melhoria qualitativa do sector sob responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional e, bem assim, quais as principais limitações que lhes estão subjacentes.

Muito sucintamente, referirei o acréscimo significativo das verbas atribuídas para instalações e equipamento, a possibilidade de revisão dos vencimentos, actualmente degradados, dos servidores do Estado nas Forças Armadas, a implementação dos departamentos do Ministério da Defesa Nacional, na sequência da aprovação da respectiva lei orgânica, o desenvolvimento do sector civil da defesa nacional, designadamente através das actividades do Instituto de Defesa Nacional e do Conselho Nacional do Planeamento Civil de Emergência.

Não será talvez, Srs. Deputados, o orçamento desejado. Nunca o é, aliás. O equilíbrio que foi necessário encontrar entre as necessidades da defesa nacional, por um lado, e as prioridades sectoriais que atrás referi,

por outro, impuseram algumas limitações, a cuja preferência não vou eximir-me — antecipando, porventura, eventuais interrogações ou dúvidas de VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, há que reconhecer que não crescerão tanto quanto desejariamos algumas verbas para despesas de funcionamento normal.

Todavia, e contrariamente ao que tem sido vinculado em opiniões vindas a público, não é correcto dizer-se que as despesas correntes tenham registado, por opções de programação orçamental, decréscimos reais de 1987 para 1988. Se é certo que, no cômputo do orçamento do Ministério da Defesa Nacional, as verbas para material e equipamento aumentaram 13,7%, enquanto as destinadas a manutenção e funcionamento apenas cresceram 4,5%, a verdade é que tal se deve às opções que os ramos das Forças Armadas, no âmbito da respectiva autonomia orçamental, tomaram face aos créditos adicionais de que dispõem em 1988. Assim, enquanto um privilegiou as despesas com manutenção e funcionamento, os restantes entenderam carecer de maior reforço nas verbas para material e equipamento. Estes dois conjuntos de rubricas, todavia, crescem em globo 7,4%, o que significa, apesar de tudo, um pequeno aumento real de créditos nesta área do orçamento da defesa.

A alteração da estrutura qualitativa do orçamento da defesa nacional — designadamente a diminuição do peso relativo das despesas com pessoal — apenas poderá realizar-se a médio e longo prazos, visto que parte dos encargos com as classes inactivas (as pensões de reserva) são da responsabilidade deste Ministério, sendo o seu pagamento garantido pelos três ramos das Forças Armadas. O seu valor global ascende, em 1988, a 11,5 milhões de contos, ou seja, 7,6% do orçamento do Ministério e 14,2% do total dos encargos com pessoal. Significa isto que, do quadro permanente, em sete oficiais um está na reserva. Estamos a pagar, Srs. Deputados, ainda hoje a factura da guerra do ultramar e continuaremos a pagá-la ainda durante alguns anos.

Reconhece-se difícil a realização plena do objectivo de 4,3 milhões de contos através da alienação de património susceptível de ser disponibilizado. Todavia, trata-se de consagrar um princípio de indiscutível validade e de iniciar uma experiência que, permitindo melhores resultados em anos seguintes, não deixará certamente de os produzir já em 1988.

Importa aqui, tão-somente, garantir que a eventual não realização da totalidade da receita não comprometerá os programas de modernização das Forças Armadas.

Através da execução criteriosa do orçamento do Ministério da Defesa Nacional para 1988, o Governo procurará obter economias que permitam colmatar algumas das limitações atrás referidas.

A definição dos termos em que assentará uma nova filosofia e estrutura orçamental para 1989 será outra preocupação do Ministério da Defesa Nacional durante o próximo ano.

A este propósito, gostaria de registar o facto de o orçamento da defesa nacional integrar já em 1988, pela primeira vez, num único departamento, os diversos ramos das Forças Armadas, os quais passaram a constituir capítulos, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional. Trata-se de uma evolução que haverá de

considerar-se positiva, seja por razões de princípio e de disciplina orçamental, seja por simplificação de análise e facilidade de acompanhamento da execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como é comumente reconhecido, a defesa nacional não se esgota na defesa armada. Pelo contrário, projecta-se globalmente na sociedade e interage com cada um de nós, independentemente do sector de actividade em que nos encontramos e das funções que estejamos a desempenhar.

Dentro de uma conduta, sempre reafirmada, de abertura e transparência, o Governo, no âmbito da competência que lhe é própria, conta com a colaboração de VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados, designadamente através da Comissão Parlamentar de Defesa, para em conjunto promover as transformações que se impõem em tão importante sector da vida portuguesa, como é o da defesa nacional.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Julieta Sampaio.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Sr. Presidente, acaba de falar o Sr. Ministro da Defesa e naturalmente que esta Câmara ignora que ele é também, em simultâneo, o Ministro da tutela da condição feminina. Lamentavelmente, o Sr. Ministro não teve uma palavra de apreço para com a mulher e, como assim foi, gostaria de lhe fazer uma pergunta. O Sr. Ministro afirmou na Comissão que considerava que a verba para a condição feminina era insuficiente. Como é que explica a disparidade entre as verbas concedidas à condição feminina e à juventude?

Sr. Ministro, sendo certo que nas GOPs se menciona, textualmente, que se pretende acabar com todas as formas de discriminação, gostaria que explicasse ou, ao menos, enumerasse uma medida que tente acabar com a discriminação da mulher.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Basta uma!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional: — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Lelo.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Ministro, ouvi-o com muita atenção e, por isso, faço um comentário e alguns pedidos de esclarecimento.

O Sr. Ministro minimizou um aspecto que é, porventura, aquele que ressalta da análise deste Orçamento, ou seja, a desajustada relação que existe entre as despesas com pessoal e as despesas com funcionamento. Pensamos que dessa relação resulta claro que se verifica, ou se poderá vir a verificar, uma substancial degradação na operacionalidade, na sustentação, das próprias Forças Armadas, tanto mais que as despesas com funcionamento e com a modernização das Forças Armadas, não levando em conta as despesas com a Lei de Programação Militar, mas as despesas com a funcionalidade e a manutenção do dispositivo das Forças Armadas, não são compatíveis e não se inter-relacionam com o exagero das despesas com pessoal.

Por outro, o Sr. Ministro falou também no problema crónico que resulta da tradicional questão da inversão da pirâmide hierárquica, etc., mas, ao mesmo tempo, verifica-se um acentuado aumento de despesas com pessoal que resultam dos aumentos substanciais que se vão verificar nas hierarquias do quadro permanente das Forças Armadas.

Portanto, não teríamos muito a dizer em relação a essa matéria, não fora o facto de não se visualizar, quer na tomada de decisões quer na própria apresentação das projecções de despesas que se prevêem, uma tomada de medidas consistente no sentido da reestruturação de carreiras e na redefinição da dimensão do dispositivo e uma adequação ajustada do contingente aos objectivos reais que devemos prosseguir em termos de defesa.

A questão que lhe queria pôr é a seguinte: a inovação que resulta deste Orçamento tem a ver com a eventual alienação do património das Forças Armadas, que resulta do artigo 15.º, para efeito de execução orçamental, portanto verbas que não são destinadas a despesas com pessoal. O meu partido já o afirmou na nossa declaração de voto, no início do debate do Orçamento, mas iremos apresentar uma proposta no sentido de que essa alienação de bens duradouros tenha como contrapartida também a aquisição de bens duradouros que tenham a ver com a modernização das instalações, dos aquartelamentos das Forças Armadas, numa base de uma reordenação global.

Pergunto: o que é que o Sr. Ministro tem a dizer sobre esta matéria? Essa alienação e as verbas daí resultantes serão ou não para ser aplicadas a esse tipo de equipamento?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr.º Deputado Maria Santos.

A Sr.º Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Ministro, V. Ex.º fez uma intervenção rodeada de muitos números para fazer a apresentação do orçamento do Ministério da Defesa Nacional. Também é sobre números que irei falar.

A posição que o partido Os Verdes assume é bem clara para o Sr. Ministro. Sabemos qual é o seu entendimento sobre as questões de defesa, o problema da militarização ou desmilitarização da sociedade. V. Ex.º sabe que o nosso posicionamento é essencialmente um posicionamento pacifista, que pretende a organização da sociedade em moldes totalmente diferentes, nomeadamente no que concerne à militarização da sociedade.

Sr. Ministro, é sobre verbas que gostaria de fazer-lhe algumas perguntas, nomeadamente de verbas do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional. O decréscimo de cerca de 49,75% que parece existir no orçamento apresentado na verba do seu Gabinete é para nós fictício, e explicamos porquê: em 1987, V. Ex.º incluía no seu orçamento 2 160 000 contos respeitantes à Lei de Programação Militar, verba que em 1988 foi distribuída pelas rubricas «Estado-Maior-General das Forças Armadas» e «Forças Armadas». Se fizermos as contas podemos chegar à conclusão de que não há um decréscimo mas, sim, um aumento real de 657 953 contos, ou seja, há, em termos percentuais, uma subida de 1548% na rubrica de material e equipamento na área do seu Gabinete. Portanto, não há um decréscimo; parece que há, mas, de facto, não há.

Relativamente ao departamento do Estado-Maior-General das Forças Armadas, andámos muito preocupados em tentar encontrar onde é que o Sr. Ministro colocava as verbas para a expropriação dos terrenos do campo de tiro de Alcochete e, espantosamente, fomos descobri-las na rubrica «Material e equipamento», onde estão as verbas para a compra de lápis e de outro material de uso quotidiano de um departamento. Olhámos bem para lá e vimos os 550 000 contos para a expropriação dos terrenos do campo de tiro de Alcochete. V. Ex.º teve de inscrever essa verba mesmo que os estudos de impacte ambiental venham a demonstrar — como decerto vão demonstrar — que é incorrecta a apreciação de que é ali que o campo de tiro deve ser alargado, ao lado da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Finalmente, Sr. Ministro, porque, embora tenhamos uma postura totalmente pacifista, respeitamos muito o cidadão militar, analisando as verbas da Marinha, que tem um papel fundamental na protecção e fiscalização das nossas águas territoriais, chegamos à conclusão de que a verba inscrita para combustíveis é insuficiente para uma acção de protecção da sociedade civil.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, no Orçamento do Estado, relativamente ao seu Ministério, há uma verba de 4,3 milhões de contos de despesas de funcionamento e há depois receitas que são, a nosso ver, consignadas, pois só se obtêm se houver venda de imóveis do mesmo departamento.

A primeira pergunta que quero fazer-lhe é sobre se entende que esta «consignação» de receitas viola o princípio da não consignação. Há ou não consignação de receitas? No caso de não se conseguir vender, de não se conseguir realizar a operação, como é que vai ser o orçamento de funcionamento?

A segunda questão que quero colocar ao Sr. Ministro — e penso que nisso estamos todos de acordo — é sobre a necessária reconversão do parque nacional das indústrias de defesa e sobre quais as verbas que lhe são afectadas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa, que dispõe de doze minutos.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional: — Quanto às questões levantadas pela Sr.º Deputada Julieta Sampaio, direi que neste momento está o Ministro da Defesa a tratar de problemas de defesa, por isso quando V. Ex.º achar oportuno trataremos de problemas da condição feminina. Terei muito gosto em vir a esta Assembleia ou à própria Comissão Parlamentar da Condição Feminina, onde já estive, discutir estes assuntos, mas, Sr.º Deputada, neste momento estou aqui como Ministro da Defesa e nessa qualidade fiz uma exposição sobre problemas de defesa. Portanto, não responderei a questões sobre a condição feminina.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado José Lelo, em sede de comissão parlamentar já nos debruçámos sobre os dois assuntos que aqui colocou, mas acho muito bem que o tenha trazido aqui de modo a propiciar à Assembleia da República um esclarecimento que, com certeza, V. Ex.^a já tem, mas que a Assembleia ainda não possui.

A questão de pessoal e das despesas com pessoal e com o funcionamento normal do ministério da Defesa é uma questão já muito antiga, que iremos procurar resolver — até diria que todos os ministros da Defesa tentaram resolvê-la e que também nós iremos procurar resolver, agora com a vantagem da estabilidade política que existe e que nos permite encarar esse problema a médio prazo —, e que resulta em grande parte do grande empolamento em pessoal das Forças Armadas aquando da guerra do ultramar.

Ainda hoje — e falamos dos quadros permanentes, visto que nesta parte o serviço militar obrigatório não tem grande representação nas suas despesas — temos uma grande quantidade de oficiais e sargentos do quadro permanente que não são necessários. A única maneira de resolver o problema seria passá-los à reserva, mas na reserva também têm os mesmos vencimentos. Desta maneira não conseguimos desempolar as despesas com pessoal a não ser a médio prazo e gradualmente. Com certeza o Sr. Deputado não quer que se despeça ou mande fuzilar o pessoal do quadro permanente excedentario. Temos de esperar que com o tempo — e isso tem vindo a ser feito gradual e lentamente — acabemos de pagar a factura da guerra no ultramar.

À Sr.^a Deputada Maria Santos direi que, embora tenhamos, e todos temos, espírito de desmilitarização, gostaríamos de ter em Portugal um dispositivo de dissuasão mínimo. Não podemos esquecer que as nossas Forças Armadas são só de dissuasão, nós não pretendemos atacar ninguém, só queremos impedir possíveis ataques a terceiros e aí podemos diminuir os efectivos das Forças Armadas. No serviço militar obrigatório é fácil, basta mobilizar menos gente, mas não ia «mexer» nos efectivos que temos no quadro permanente, que são servidores do Estado como quaisquer outros e que também têm regalias de trabalho apesar de estarem nas Forças Armadas. Portanto, só com o tempo poderemos equilibrar as despesas de funcionamento e as despesas de pessoal, e iremos começar a fazer um grande esforço nesse sentido.

Quanto à alienação do património das Forças Armadas — e assim respondo aos Srs. Deputados José Lelo e Carlos Carvalhas —, é óbvio que não se trata de uma despesa consignada. A lei actual e em vigor já permite que se alienem imóveis ou quaisquer outros bens que o Estado possua, revertendo 50% para o tutelar desses bens e os outros 50% para o Tesouro. Nesta lei não fazemos mais do que possibilitar a aplicação não a 50% mas a aplicação a 100%, condicionando determinadas despesas à obtenção de fundos.

Quando se fala em 4,3 milhões de contos, com certeza os Srs. Deputados ficam surpreendidos, mas não fiquem, pois são muitas dezenas de milhões de contos que existem no património das Forças Armadas sem utilização actual ou previsões de utilização que podem ser alienados.

Sr. Deputado, é óbvio que procuraremos aplicar o dinheiro resultante dessas vendas na melhoria de instalações a título permanente ou possivelmente na compra de algum equipamento que tem garantida uma utilização a médio ou a longo prazo.

Muito do equipamento que poderemos ter nas Forças Armadas terá uma utilização segura para muitos anos e, portanto, o dinheiro aí utilizado será bem aplicado.

Quanto à diminuição de 49,5% do orçamento do Gabinete do Ministro, referida pela Sr.^a Deputada Maria Santos, por certo V. Ex.^a não queria que escrevéssemos lá outros números. São apenas contas, dado que algumas verbas foram transferidas para outros serviços. Houve, de facto, uma diminuição real que está clara, o que não quer dizer que o Ministro ficou com menos 49,5% no orçamento. Houve também transferências de verbas que estavam no Gabinete do Ministro para os serviços que vão aplicá-las. Desta maneira o orçamento é muito mais claro.

A Sr.^a Deputada diz ainda que houve empolamento em termos reais. Então, vou explicar-lhe: 200 000 contos destinam-se à construção de um novo presídio militar, uma vez que as Forças Armadas cederam o Forte de Caxias aos serviços prisionais do Ministério da Justiça — era urgente, pois como sabem há deficiência de estabelecimentos prisionais em Portugal, sobretudo daqueles que ofereçam alguma segurança; a verba de 400 000 contos destina-se ao pagamento de equipamento destinado à fiscalização que a Marinha vai fazer, segundo um acordo feito com a Secretaria de Estado das Pescas. Iremos comprar equipamento de detecção e vigilância — que actualmente não temos — em colaboração com a Secretaria de Estado das Pescas e com o subsídio da Comunidade Europeia, por forma a aumentarmos a eficácia da fiscalização na nossa zona económica exclusiva — e aqui já estou a responder à falta de combustível da Marinha para essa acção de fiscalização.

Sr.^a Deputada, a respeito da compra de terrenos em Alcochete para o alargamento do campo de tiro, já tive ocasião de me pronunciar na Assembleia sobre este assunto e até de ter uma grande conversa com o seu colega de bancada, deputado Herculano Pombo, esclarecendo qual é a posição do Governo, neste caso do Ministério da Defesa Nacional, em relação ao campo de tiro de Alcochete, posição essa que está registada no *Diário*.

Nessa altura, para desmistificar esta questão fiz-lhe um convite para oportunamente visitar o campo de tiro de Alcochete e naturalmente que o convite é extensivo à Sr.^a Deputada — não sei se já alguma vez lá esteve...

A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — Já, sim!

O Orador: — Desse modo, com certeza verá que muitos dos argumentos postos a público não correspondem à verdade.

Mas, Sr.^a Deputada, não fugindo à sua questão, devo dizer-lhe que para 1988 estão orçamentadas verbas para a continuação da expropriação dos terrenos circundantes do referido campo de tiro, de modo a aumentar a sua zona de protecção.

Srs. Deputados, penso que de um modo geral respondi a todas as perguntas que me foram feitas

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Julieta Sampaio, V. Ex.^a pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Sr. Presidente, gostaria que o Governo e a Mesa me informassem, uma vez que o Sr. Ministro veio aqui na qualidade de Ministro da Defesa e como ele é o ministro da tutela da Comissão da Condição Feminina, quando e quem do Governo poderá responder, neste debate, às perguntas que formulei.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (António Capucho): — Sr. Presidente, não é propriamente para responder à Sr.^a Deputada porque a pergunta se nos figura insólita. É antes para perguntar se a Mesa tem conhecimento de qual é a ordem de inscrições do Grupo Parlamentar do Partido Socialista até ao fim do debate!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, a Mesa não tem conhecimento da ordem de inscrições do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ou dos diversos grupos e agrupamentos parlamentares até ao termo do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elisa Damião.

A Sr.^a Elisa Damião (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Como sindicalista a quem os resultados de 19 de Julho não intimidaram...

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Eles não foram feitos para isso!

A Oradora: — ..., defensora de há muito da importância da concertação social, da estabilidade governativa e do consequente progresso económico e social, foi com expectativa que atentamente ouvi os princípios enunciados no Programa deste governo.

A experiência, porém, já me havia ensinado que os programas dos governos são, por vezes, um repositório de generalidades e boas intenções, que quase sempre se esbatem aquando da apresentação e da execução dos instrumentos legais que eles próprios enunciam.

Permita-me, contudo, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe diga que me sinto ainda mais defraudada após a análise das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1988.

É que, para além das expectativas que V. Ex.^a soube gerar no País, desfrutava V. Ex.^a de condições económicas óptimas para realizar as suas promessas. Mas caiu o pano, e com que realidades nos deparamos afinal?

A modernização e o ajustamento da economia, essenciais a uma política global e evolutiva de emprego, limitam-se ao escasso aproveitamento dos fundos comu-

nitários, fazendo-se depender o crescimento do emprego da contenção salarial e de um estranho conceito a que V. Ex.^a chama a «modernização da legislação laboral», mais próximo de um recuo do que de um único passo em frente, legislação laboral cujo debate e contestação percorrem já a sociedade portuguesa, em particular o mundo do trabalho, e que esperamos concluir, Sr. Primeiro-Ministro, aqui com resultados bem diferentes sob o ponto de vista social da violenta proposta inicial do Governo.

Quando se vem anunciar o aumento da taxa de emprego em cerca de 1% tememos que ela se continue a fazer à custa de manipulação das estatísticas, nas quais, por exemplo, as mulheres não são consideradas desempregadas, mas inactivas, à custa do aumento da precariedade dos vínculos laborais, dos programas de ocupação temporária dos jovens e de programas de formação profissional de jovens.

A propósito, não posso deixar de lhe referir aqui, Sr. Primeiro-Ministro, que, no que à formação profissional respeita, a desconfiança generalizou-se, passou mesmo as fronteiras, é um escândalo nacional não apenas ao nível da fraude, essa facilmente detectável, mas sobretudo por não estar em conformidade com quaisquer objectivos estratégicos de emprego e desenvolvimento. Direi mesmo que, salvo honrosas excepções, é um esbanjar de recursos e mais uma lamentável frustração que atinge principalmente os jovens.

Diz o Sr. Ministro Silva Peneda que se prevê um aumento de 17% nas receitas da Segurança Social, relativamente ao mesmo valor inserido no Orçamento do Estado do corrente ano, atribuindo esse aumento ao crescimento da taxa de emprego, ao crescimento dos níveis salariais e à recuperação das contribuições em dívida.

Conta o Sr. Ministro com o ovo antes de a galinha o pôr. A situação da Segurança Social, de pré-ruptura, é deveras preocupante.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Já ouvi isso!

A Oradora: — Será que o Sr. Ministro, ao empolar as previsões de receita, mais não pretende que iludir o facto de as transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social diminuírem 3%, em termos nominais, ou seja, 9,3%, em termos reais?

Passemos agora à apregoada modernização da Administração Pública. A receita é velha: contenção das despesas com vencimentos, generalização do recurso a apostilações antecipadas, remessa de funcionários para o agora chamado «quadro interdepartamental de excedentes», onde os funcionários acabam por ser forçados a aceitar as condições impostas pelo Estado. É uma modernização, entre aspas, imposta por uma simples execução orçamental, tão distante dos mais elementares princípios e técnicas de gestão que consideram o homem como o seu principal recurso e valor. Não vejo, sinceramente, qualquer incentivo à formação profissional, à promoção, à flexibilidade e à produtividade dos serviços públicos.

Mas, pasme-se, é tal a incoerência que, paralelamente a esta severa contenção, anotámos uma acção magnânieme deste governo: a tomada de providências necessárias à integração nos quadros dos serviços do Ministério da Justiça do pessoal contratado, a qualquer título, que neles desempenhem funções desde pelo

menos 30 de Dezembro de 1986 [veja-se o disposto no n.º 2 do artigo 65.º da proposta do Orçamento (proposta de lei n.º 14/87)]. Quererá o Governo institucionalizar, afinal, a discriminação em lei?

Como é do conhecimento geral, há, em todos os ministérios situações análogas ou mesmo bem piores, que há anos aguardam regularização.

Para terminar, não posso deixar de lhe manifestar total oposição a um aumento da carga fiscal que penaliza sobretudo os trabalhadores e as suas famílias, tentando assim limitar o crescimento do consumo. A não actualização dos escalões do imposto complementar e a actualização dos escalões do imposto profissional a valores inferiores ao crescimento esperado dos salários vêm traduzir-se numa maior injustiça fiscal contra os trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.ºs e Srs. Deputados: Correndo o risco de ser acusada de credulidade e excessivo optimismo, espero ainda que o Governo reveja posições claramente nefastas para os trabalhadores portugueses, que apontei, mesmo que isso signifique adiar por algum tempo a agudização do descontentamento que facilitará a ascensão do PS ao poder.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Não se iluda!

A Oradora: — Os trabalhadores portugueses já mostraram que estão dispostos aos maiores sacrifícios para o progresso e desenvolvimento, atitude de que bem beneficiou o seu governo. Porém, Sr. Primeiro-Ministro, como V. Ex.º já deve ter reparado o «estado de graça» terminou! Os trabalhadores impacientam-se e exigem-lhe os resultados que V. Ex.º lhes prometeu.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontra-se entre nós um grupo de alunos da Escola Secundária de Patrício Gouveia, de Lisboa.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Salvada.

O Sr. Rui Salvada (PSD): — Sr.ª Deputada Elisa Damião, V. Ex.º teceu aqui um mar de fantasmas, um autêntico dilúvio para a classe trabalhadora deste país.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — É da chuva!

O Orador: — Até parece que os mais de 50% de votos que o PSD teve foram dos empresários que este país tem e que são, pelos vistos, quatro a cinco de votantes.

V. Ex.º não falou certamente para esta Assembleia, deve ter tido outro objectivo em vista. Foi injusta e foi incoerente. Incoerente, desde logo, porque na própria Comissão de Trabalho, o PS, contra tudo aquilo que anteriormente vinha acontecendo, votou favoravelmente o parecer da própria comissão e as reservas que colocou foram em relação às previsões do Governo que tinham a ver, por exemplo, com o aumento do emprego e dos salários previsíveis, etc.

Em relação ao aumento do emprego o passado mostra que este governo reduziu claramente a taxa de desemprego, portanto todos os indicadores apontam para que o aumento continue a crescer.

A Sr.ª Deputada esqueceu-se de referir os aumentos significativos em matérias que deviam ser caras ao PS e àqueles que se arrogam de defensores dos trabalhadores, como, por exemplo, o aumento do orçamento em termos de higiene e segurança no trabalho e o aumento dedicado à Inspecção-Geral do Trabalho, entre outros.

Sr.ª Deputada, como sabe este governo tem conseguido esta *performance* em clima de concertação social. O esclarecimento que queria pedir-lhe é sobre se o tem feito sendo avaliado pelos parceiros sociais, designadamente pela central sindical democrática UGT. Aliás, o seu discurso leva-me a perguntar o seguinte: o que é que está errado, é o PS e a Sr.ª Deputada ou é a UGT?

Aplausos do PSD.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — É o Governo!

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Marques.

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — A Sr.ª Deputada Elisa Damião, por cujo trabalho político-sindical tenho o maior apreço, cometeu, no entanto, nas afirmações proferidas algumas injustiças, porventura porque o seu trabalho parlamentar não lhe tem permitido acompanhar aquilo que tem vindo a passar-se em termos da actuação de sindicatos, nomeadamente de sindicatos filiados na central sindical democrática.

O Governo, aliás, na sequência do governo anterior, privilegiou sempre a concertação social, e esse privilegiar a concertação social já deu frutos para 1988, designadamente na função pública, onde os sindicatos agrupados na frente UGT e os sindicatos dos quadros técnicos do Estado já chegaram a acordo com o Governo relativamente às condições salariais que serão praticadas no próximo ano, no que diz respeito à revisão de diversas carreiras da função pública e a uma série de outras matérias que têm a ver com a prestação de trabalho, nomeadamente com a questão dos horários de trabalho.

Portanto, não houve um corte na concertação social, que, pelo contrário, o Governo tem vindo a promover e neste momento também já deu frutos para o ano de 1988, no âmbito da função pública.

Por isso, pergunto-lhe, Sr.ª Deputada, se tem conhecimento destes acordos ou se não tem conhecimento deles por razões que são alheias ao seu trabalho.

Relativamente à contenção salarial, diz a Sr.ª Deputada que se prevê o crescimento do emprego, mas à custa da contenção salarial.

A Sr.ª Deputada conhece um acordo celebrado em finais do ano passado, no âmbito do Comité Económico-Social da CEE, entre a Confederação dos Sindicatos Europeus (CES) e o patronato, no qual se chegava, de facto, à conclusão de que, para que pudesse ser possível o crescimento do emprego, teria de haver moderação salarial, ainda que, não obstante haver um aumento do poder de compra dos trabalhadores, os aumentos salariais se traduzissem num aumento sustentado, que não pusesse em causa a criação de emprego.

Por último, Sr.ª Deputada, V. Ex.^a diz que os números apresentados pelo Governo relativos ao desemprego actual em Portugal resultam da manipulação das estatísticas.

Pergunto-lhe: será que o modo de trabalhar as estatísticas, neste momento, é diferente do utilizado há dois, três quatro, cinco e seis anos?

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Eram estas as questões que queria colocar-lhe, Sr.ª Deputada.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos à Sr.ª Deputada Elisa Damião, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

O Sr. Carlos Pinto (PSD): — Sr.ª Deputada Elisa Damião, julgo que a sua intervenção vem na linha daquilo que ontem se começou aqui a desenhar decorrente das intervenções dos deputados do Partido Socialista relativamente à discussão das GOPs e do Orçamento.

Começámos por ver aqui ontem, por parte do líder do seu partido, uma tentativa de colar este governo a determinados acontecimentos que são e podem ser considerados normais na actividade governativa — e recordo-lhe a intervenção sobre as questões da Bolsa —, que até pode acontecer voltarem a esta Assembleia.

A Sr.ª Deputada trouxe hoje aqui questões referentes à formação profissional. Quero dizer-lhe que este assunto já foi abordado por um deputado do seu partido com muito mais sentido ético e de responsabilidade do que aquele que V. Ex.^a aqui trouxe. O Sr. Deputado João Cravinho chegou mesmo a considerar que este assunto mereceria a formação de uma comissão parlamentar de inquérito, mas não deixou de sublinhar que a actuação do Governo tinha sido perfeitamente clara, normal e credível. Pelo que, creio, a Sr.ª Deputada está, efectivamente, em oposição a um diferente sentir existente no seu grupo parlamentar.

Parece-me que a única explicação para este tipo de intervenção é alguma falta de dimensão ética na apreciação da actividade do Governo que hoje existe por parte da sua bancada.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A Sr.ª Deputada falou na situação do investimento, que teria sido apenas originado pelos fundos comunitários. Está efectivamente ciente daquilo que disse, Sr.ª Deputada?

V. Ex.^a acha que um crescimento do investimento de cerca de 16% para este ano de 1987 pode ser atribuído a fundos comunitários? Ou não terá sido a mobilização da poupança nacional, o investimento estrangeiro e também — porque não dizê-lo — os fundos obtidos através do mercado de capitais, que foram canalizados para o investimento nos mais diversos sectores?

Finalmente, em relação às receitas fiscais, a Sr.ª Deputada disse que há um aumento brutal.

Já ontem foi aqui referido que as receitas fiscais relativamente ao produto interno bruto crescem 0,2% (passam de 20,4 para 20,6).

Dentro da correcção de trajectória para que este Orçamento aponta, V. Ex.^a considera que este valor é essa enormíssima carga de que falou? Não será que a Sr.ª Deputada veio aqui apenas fazer o *marketing* da desgraça, que os trabalhadores já repudiaram nas últimas eleições??

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra a Sr.ª Deputada Elisa Damião, para o que dispõe de 9 minutos.

A Sr.ª Elisa Damião (PS): — Sr. Presidente, certamente não irei utilizar tanto tempo, porque considero que as perguntas não pretendem um esclarecimento, uma vez que não focaram as questões que coloquei na minha intervenção.

Passando a responder aos pedidos de esclarecimento, perguntaria ao Sr. Deputado Rui Salvada o seguinte: o que está errado é a UGT ou o PS? O Sr. Deputado conhece a actividade sindical, provavelmente não tanto quanto eu, mas sabe quais foram as razões invocadas pela UGT para não estar presente na última reunião do Conselho Permanente de Concertação Social.

De certo modo, isto responde também ao Sr. Deputado Joaquim Marques.

Pergunto: é concertação social uma medida administrativa, tomada sem diálogo com os sindicatos, que lança unilateralmente um aumento na PETROGAL?

Efectivamente, nós assumimos os nossos compromissos e, como é óbvio, não estou aqui a responder pela UGT.

Sr. Deputado, sob o ponto de vista ético, acho que nem sequer lhe fica bem interrogar-se nessa perspectiva.

Uma voz do PSD: — Ora essa!

A Oradora: — Acho que o seu governo deveria fazê-lo no Conselho de Concertação Social...

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Muito bem!

A Oradora: — ... pois estou na Assembleia da República na qualidade de membro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tenho as minhas opiniões políticas, que naturalmente defendo aqui e na sociedade portuguesa, independentemente da minha actividade sindical e dos consensos a que aí chego.

Devo dizer-lhe que, efectivamente, subscrevemos um acordo para a função pública que assumimos e cumprimos. Não o consideramos bom nem magnífico, mas é o acordo possível, que, tendo aspectos positivos, pretende sobretudo evitar a ruptura e maiores dissabores aos trabalhadores.

Relativamente ao emprego, devo dizer-lhe que nenhum dos Srs. Deputados que intervieram neste debate ignora que não houve criação de emprego. O meu receio é que não se tenha em conta que o que houve foi o aumento do emprego precário, o que não é propriamente um aumento do emprego. E houve aumento do emprego mal remunerado...

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Essa é boa!

A Oradora: — . . . , enfim, naquelas condições que todos nós conhecemos e que não vou aqui discutir.

Mas gostava ainda de referir, relativamente aos acordos da CES, que o Sr. Deputado Joaquim Marques evocou e nos são caros — a CES é um organismo a que pertence a central sindical de que sou dirigente e onde eu própria assumo responsabilidade —, que tais acordos têm, efectivamente, preocupações de contenção, tal como foi referido. Mas em Portugal não beneficiamos da solidariedade social nem das medidas de subsídio ao desemprego de que a CES e a maior parte dos países da Europa beneficia.

Quanto às estatísticas, refiro-lhe, ainda, Sr. Deputado, que normalmente se têm em conta as estatísticas em termos percentuais e não os valores reais; não se tem em conta que muitos dos trabalhadores portugueses ainda não têm acesso ao subsídio de desemprego em condições mínimas de dignidade de sobrevivência.

Aplausos do PS.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, a minha interpelação é sobre uma situação concreta que se está a verificar nesta Câmara, neste momento.

No início da sessão, tivemos oportunidade de verificar que havia uma câmara de televisão na bancada chamada da imprensa estrangeira e outra câmara na bancada considerada da imprensa nacional.

Entretanto, passou a verificar-se a situação de a televisão ter câmaras em bateria na bancada da imprensa nacional, ou seja, uma situação em que, pelo modo como somos filmados, a oposição aparece sempre de costas e a maioria e o Governo aparecem sempre de frente.

Risos do PSD.

As informações de que dispomos, Sr. Presidente, são de que a situação criada terá sido originada por uma directiva da Mesa, pois teriam sido dadas indicações à televisão para que retirasse a câmara daquele exacto local e a passasse para a bancada da imprensa nacional. Sucedeu, Sr. Presidente, que esta situação viola uma directiva do Conselho de Comunicação Social — aliás, várias vezes debatida em conferência —, no sentido de que, em termos televisivos, fossem dadas as mesmas possibilidades quer à oposição quer à maioria.

Bem, quando falo em oposição . . . , enfim, o CDS — se o podemos entender como oposição —, por estar sentado nesse local, está feliz.

Portanto, Sr. Presidente, a questão concreta que colocamos é a de que a Mesa possa esclarecer a situação que se está a verificar e que tome medidas para que, efectivamente, possa ser assegurado que os telespectadores não tenham de ver sempre os deputados comunistas e socialistas de costas e sempre de frente a maioria, soridente.

É esta a questão que lhe coloco, Sr. Presidente, e que gostaríamos de ver esclarecida.

Aplausos do PCP, do PS, do PRD e da ID.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra a qualquer outro Sr. Deputado para se pronunciar sobre este assunto, quero fazer algumas rectificações.

Lamento, Sr. Deputado — e desculpe dizer-lho —, que tivesse inferido algumas considerações menos exactas, até porque é um deputado suficientemente antigo na Casa para saber algumas regras do jogo.

A televisão, como toda a imprensa nacional, tem uma bancada onde está colocada. Assim foi e assim tem sido. Não sou dos deputados mais antigos desta Casa, mas já sou suficientemente velho para ter visto isso.

Aliás, procurámos dar as melhores condições de funcionamento à televisão e aos jornais, na respectiva bancada, tendo em conta que o espaço é exíguo e que é urgentemente necessário obter a disponibilidade dos grupos parlamentares para a existência de uma sala onde a comunicação social possa trabalhar em condições, com transmissão de som e imagens.

Existe uma outra bancada, chamada da comunicação social estrangeira, onde normalmente e em condições usuais não trabalham nem a imprensa nem a televisão nem a rádio.

A Mesa foi abordada, ou mais especificamente — se quiser —, o Presidente da Mesa foi abordado, hoje de manhã, no sentido de se saber se a televisão poderia colher algumas imagens, ocasionais, dessa bancada.

Conforme as regras do jogo, que sempre têm sido seguidas, comuniquei que podiam colher algumas imagens, mas não podiam instalar-se lá definitivamente, como é regra e praxe desta Casa.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É praxe?!

O Sr. Presidente: — Regra e praxe desta Casa!

Acrescento ainda, Sr. Deputado, que, tendo em vista uma maior cobertura, foi ainda reservado um espaço na galeria central — que, aliás, está bem assinalado — destinado à comunicação social e onde alguns dos senhores jornalistas puderam trabalhar durante o dia de ontem e podem trabalhar durante o dia de hoje.

De resto, a comunicação social tem toda a liberdade de se deslocar nas três galerias (n.ºs 1, 2 e 3), para colher outras imagens que não sejam aquelas que normalmente colhe do lugar que lhe está destinado.

Além disso, e logo que seja possível, será feita, no Plenário, uma gravação com a utilização de três câmaras, e as imagens gravadas serão colocadas à disposição dos grupos parlamentares.

Não é minha culpa, não é culpa da Mesa, nem do actual Presidente nem mesmo dos anteriores presidentes que os partidos tenham o leque partidário que têm e que a Casa tenha a disposição que tem.

Aplausos do PSD.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Incrível!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, para que efeito deseja usar da palavra? É que o Sr. Deputado Duarte Lima também se inscreveu para interpelar a Mesa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, como não me considero esclarecido, pretendo dirigir uma nova interpelação à Mesa, quando V. Ex.^a entender dever dar-me a palavra.

Penso que V. Ex.^a não colocou bem as questões, daí o meu desejo de voltar a dirigir-me à Mesa, mas se há outros deputados inscritos, também para interpellar a Mesa, aguardarei que V. Ex.^a me conceda a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, V. Ex.^a acaba de dar uma explicação que nós entendemos ser satisfatória e que salvaguarda a isenção com que a Mesa tem conduzido estes trabalhos.

Quero apenas dizer, em nome da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, que todos devemos fazer um esforço no sentido de pedir à televisão que filme o Partido Comunista, em especial o Sr. Deputado Jorge Lemos, de todos os lados, de trás, de frente, também de lado, porque é um crime estético o Sr. Deputado Jorge Lemos não ser filmado de todos os lados!...

Risos do PSD.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Não seja arruaceiro!

O Orador: — Sr. Presidente, nós também queremos uma câmara de televisão para nos filmar de costas, visto que temos «as costas largas» — até somos acusados de manipular a comunicação social!... Por estas razões, também queremos uma câmara para as nossas costas.

Sr. Presidente, é ridículo que num debate com a dignidade do debate do Orçamento do Estado o Partido Comunista venha, pela segunda vez, fazer este tipo de intervenção. Isto é uma tentativa deliberada de boicotar e de indignificar este debate.

Mais: este tipo de insinuações é uma infâmia que constantemente se faz à comunicação social. Passamos aqui o tempo a exigir aos órgãos de comunicação social estatizados isenção e independência e, pelas mínimas oportunidades, um deputado do Partido Comunista quer interferir na forma de trabalho dos profissionais da comunicação social presentes na cobertura destes debates, quando todos sabemos das possibilidades limitadas e das exígues condições em que aqui trabalham.

Era só isto que eu queria dizer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, não vou comentar a intervenção do Sr. Deputado Duarte Lima, porque, quando o PSD não vê as questões correrem de feição, tenta ridicularizá-las.

A questão é suficientemente importante para que não entremos neste tom chocante com que o Sr. Deputado Duarte Lima interveio neste debate.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É useiro e vezeiro!

O Orador: — Sr. Presidente, agarro precisamente nas suas palavras: a praxe e as regras do jogo.

Por ser deputado antigo nesta Casa, coloquei directamente a questão ao Sr. Presidente.

Durante anos, a televisão apenas teve nesta Casa uma câmara e o problema foi sucessivamente debatido em conferência de líderes, porque os grupos parlamentares sentiam que, em qualquer circunstância, deveria haver igualdade de oportunidades para os diferentes intervenientes parlamentares.

O Sr. Presidente da Assembleia da República na altura actuou inclusivamente junto da televisão, no sentido de saber se seria ou não possível a existência de mais de uma câmara, de modo a criar condições para uma cobertura em condições de igualdade.

A questão foi levada ao Conselho de Comunicação Social, que, como o Sr. Presidente sabe, é o órgão constitucional que zela pela independência da informação pública, de modo que sejam dadas garantias iguais a todos os intervenientes. Existe uma directiva desse Conselho no sentido de a filmagem da televisão no Plenário da Assembleia da República não se dever circunscrever apenas à bancada da imprensa nacional, enquanto os partidos da oposição — neste caso concreto, o PCP e o PS — serão sempre filmados de costas.

É absolutamente indigno que se venha aqui dizer que é igual para o telespectador, até pelo respeito que devemos ter pelos telespectadores, aparecer-se na televisão a falar de frente ou a falar de costas.

Não são atitudes que se possam compreender.

O Sr. Presidente diz que há um espaço reservado à comunicação social na galeria central, mas eu não vejo lá nenhuma câmara de televisão. Se lá estivesse, provavelmente a nossa interpelação não teria existido.

Sr. Presidente, o que nós gostaríamos de ver esclarecido ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas vou interrompê-lo.

O Orador: — Sr. Presidente, é que sendo praxe nesta Casa que as regras sejam ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, permita-me que o interrompa.

Nós estamos a desvirtuar o debate fundamental.

O Sr. Deputado está a trazer aqui uma questão que foi discutida durante 55 minutos e mais não sei quantos minutos em conferências de líderes, o problema da cobertura deste debate do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. Não vale a pena trazermos este assunto para aqui.

O Sr. Deputado fez uma interpelação à Mesa. Expliquei-lhe a minha decisão, a prática e as facilidades que estão ao serviço da comunicação social, designadamente da televisão. Admito que o Sr. Deputado as conteste e, se as contestar, agradeço que o faça, mas também lhe agradeço que não traga nem injecte na discussão do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano uma outra questão, que é o problema da cobertura televisiva e dos métodos de trabalho da televisão.

Se quiser, poderemos discutir o assunto mais abertamente em conferência de líderes, mas não continuaremos em debate sobre esta matéria.

O Orador: — Sr. Presidente, se V. Ex.^a me permitir, vou terminar a minha interpelação.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar a minha interpelação perguntando à Mesa se, colocada a questão como o foi, tenciona ou não adoptar medidas para que seja garantida uma efectiva igualdade de cobertura pela televisão dos diferentes agentes parlamentares neste Plenário.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, isso foi tratado abundantemente em conferência de líderes, e todos os partidos, inclusive o seu, disseram que devia ser deixada à televisão e à comunicação social genericamente completa liberdade de métodos de trabalho, sem interferência da Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Também para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, creio que este assunto já foi demasiado debatido, mas julgo que não lhe devemos fugir.

Vejo que ao Partido Comunista interessa mais o debate da imagem da televisão do que o debate do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não seja hipócrita!

O Orador: — Mas o Partido Comunista está principalmente interessado por ser filmado à traição, de costas, e principalmente neste momento, como V. Ex.^a disse, Sr. Presidente, injecta este problema no debate.

É certo que tenho dúvidas sobre se o facto de ser filmado de costas não está a beneficiar o Partido Comunista com a imagem que ele está a dar neste debate!...

Queria ainda testemunhar que este assunto foi largamente debatido na conferência dos representantes dos grupos parlamentares.

Quero também dizer que V. Ex.^a, Sr. Presidente, deve pôr um ponto final neste assunto, continuando o debate, na generalidade, do Orçamento, que é o assunto que realmente interessa ao País e a esta Câmara.

O Sr. Presidente: — Efectivamente, eu já tinha terminado este debate, mas ainda há três pedidos de palavra para interpelações à Mesa, julgo que na continuação deste assunto. Não posso deixar de ser equitativo, mas peço aos Srs. Deputados inscritos o favor de serem tão breves quanto possível, para que terminemos este incidente, que julgo estar mais do que esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Lelo.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Presidente, pretendo interpelar a Mesa e não fazer uma intervenção de síntese.

A minha interpelação é no sentido de apresentar uma proposta, que penso ser construtiva e que resolverá este diferendo.

A minha proposta é, tão-somente, no sentido de propor ao Sr. Presidente da Assembleia da República que conceda à televisão, em regime de permanência, a possibilidade da tomada de imagens a partir da designada bancada da imprensa estrangeira.

Penso que os senhores representantes da *France-Press*, da *Novosti*, etc., não se sentirão mal com tal companhia, e assim resolver-se-ia o problema com equidade e paz, que é o que nós pretendemos para podemos debater as questões do Orçamento, que pensamos serem as questões verdadeiramente importantes.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queria esclarecer-lo, fazendo um comentário muito breve, e assim dou por encerrado este parêntesis.

Saiu um despacho em que se manifestava concordância no sentido de haver necessidade de disciplinar os espaços no hemiciclo, e a verdade é que o espaço em questão está reservado para outras entidades. De resto, as três galerias que se encontram no hemiciclo estão disponíveis para serem ocupadas pela televisão a fim de esta recolher as imagens que achar convenientes.

O espaço que antigamente estava reservado à imprensa estrangeira já hoje não lhe pertence e quando duas das bancadas foram ocupadas com os serviços da Assembleia todos os grupos parlamentares solicitaram que não se tirassem os lugares reservados aos respectivos chefes de gabinete. O despacho que fiz — que, aliás, tem um breve erro — refere que esse espaço é destinado aos chefes de gabinete dos grupos e agrupamentos parlamentares, ao chefe de gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, ao chefe de gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, neste caso em particular, ao pessoal do gabinete do Presidente da Assembleia da República, aos assessores do Presidente da República e à segurança e que o Serviço de Relações Públicas deve cuidar pelo respeito desta norma. Na verdade, Sr. Deputado, não há mais espaço senão para a recolha ocasional de algumas imagens, tal como tem sido prática.

Se a televisão entender filmar em qualquer das galerias superiores pode fazê-lo, como tem sido prática e norma nesta Casa.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado. Con tudo, peço-lhe que seja o mais breve possível.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que o PS cede o espaço reservado ao seu chefe de gabinete para que possa ser ocupado pela televisão.

Vozes do PS, do PCP e da ID: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, isso não pode ser, na medida em que não há condições. Tivemos de mandar arrancar uma bancada para poder ser instalado o sistema de vídeo e a verdade é que não há lugares disponíveis. Se todos quiserem esvaziar a bancada podem fazê-lo.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamento ter de formular um protesto pelas palavras proferidas pelo Sr. Deputado Correia Afonso, pois considero-as excessivas, deslocadas e injustas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Apoiado!

O Orador: — Gostaria de dizer muito simplesmente que nenhum exercício de hipocrisia pode disfarçar uma questão que aqui foi colocada: é que esta discussão do Orçamento do Estado não tem um tratamento de cobertura com equidade e com justiça para todos os grupos parlamentares. Lamento, pois, esse facto, que aqui ficará registado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate das Grandes Opções do Plano e da proposta de lei do Orçamento é sempre ocasião propícia para uma reflexão aprofundada sobre a situação económica do País e os caminhos do futuro que se desejam, bem como para uma contraposição viva entre os pontos de vista da maioria e da oposição. Para que a discussão seja séria e profícua, nem a maioria que apoia o Governo se deve limitar a sublinhar as razões em que estriba o seu voto positivo nem a oposição se deve circunscrever a críticas demagógicas sem alternativas realistas. A economia portuguesa registou ao longo dos anos de 1985, 1986 e 1987 assinaláveis êxitos. Todos os indicadores o atestam. O PIB cresceu a um ritmo muito superior ao dos países da OCDE, a formação bruta de capital fixo recuperou da letargia anterior, a inflação acentuou o seu ritmo descendente, aproximando-se do nível de tolerância dos Estados comunitários, o volume de emprego melhorou, os salários reais subiram, a melhoria da situação financeira das empresas começou a generalizar-se. Mais importante do que todos os indicadores estatísticos e mérito indiscutível do Dr. Cavaco Silva, deu-se uma retoma de confiança dos agentes económicos, empresários que voltam a investir, trabalhadores que aceitam a concertação social. Fazendo um juízo global de tudo isto, o povo português creditou o Partido Social-Democrata com a maior vitória eleitoral de sempre.

São os próprios resultados económicos acima referidos que, confrontados com a debilidade estrutural da nossa balança de pagamentos e o aumento muito para além das previsões do consumo — consequência do aumento do bem-estar económico —, colocam a questão central a dirimir nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para 1988: que políticas seguir, que disposições tomar para que não se ponha em causa a continuação do desenvolvimento e a modernização da eco-

nomia e, simultaneamente, se evite a renovação do *stop and go* a contraciclo, que obriga às medidas de austerdade, geradoras de sacrifícios e de descrença.

Este o problema básico sobre o qual se esperava que se centrassem as análises e o caminho que naturalmente segui ao tecer as minhas considerações.

Antes de prosseguir, contudo, não posso deixar de fazer referência à intervenção aqui ontem produzida pelo Partido Socialista, pela voz do seu secretário-geral, Dr. Vítor Constâncio.

O líder da oposição democrática, no seu discurso, iludiu as nossas expectativas, salvo no que respeita ao sentido do seu voto, que nós já de antemão conhecíamos. Quando julgávamos que, fazendo jus à sua nomeada como economista, nos dissesse, para além de não concordar com as propostas do Governo, quais as soluções que propunha, quais as alternativas que apresentava, fez um conjunto de críticas improcedentes, a maioria na especialidade, e uma de ordem política mais geral sobre a Bolsa, mas que é evidentemente desenhada em relação à temática que estamos a discutir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao resto, ficou-se a saber que não gostava do aumento da fiscalidade e que, em seu entender, o défice orçamental seria necessariamente superior ao previsto e afirmou não haver coerência entre as políticas monetária e de crédito e a orçamental. Mas não nos disse se entendia que deviam ser tomadas medidas mais rigorosas para diminuir o consumo político e privado, se, em suma, em sua opinião, o Orçamento deveria ou não ser mais austero do que o proposto. Tão-pouco se pronunciou sobre questões de óbvia incidência orçamental e económica, como a das privatizações ou a da flexibilização das leis do trabalho.

Nem uma palavra, também, sobre o mérito das propostas de lei do Orçamento e das GOPs, reconhecido por camaradas seus no desenrolar dos trabalhos parlamentares. Ao disparar a todos os azimutes, não tendo subjacente uma filosofia alternativa, evidenciou que as correcções que resultariam das suas críticas — se estas fossem procedentes, e não o são — tornariam o Orçamento incoerente e falho de uma orientação geral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Um meu colega de bancada terá oportunidade de examinar as questões de especialidade suscitadas pelo Dr. Vítor Constâncio. Mas da economia do discurso, até porque alguns dos pretensos pecados apontados teriam sido praticados até Julho de 1987, uma conclusão é certa: o Dr. Vítor Constâncio não está de acordo com o veredito popular de 19 de Julho, porque, em seu entender, a escolha deveria ter sido outra. Já o sabíamos! Mas, em democracia, quem escolhe é a maioria, ela é que dita o vencedor. E não foi o PS o escolhido. É por isso que não pode deixar de soar a falso afirmar que este governo está ao serviço de clientelas. Uma clientela de mais de 50% do eleitorado é certamente invejada pela oposição. Mas não será com críticas pontuais e de especialidade, donde, como prova de mágica, retira uma condenação global do Governo, da sua política e das suas propostas das GOPs e do

Orçamento, que o Partido Socialista conseguirá inverter a situação. O povo, na sua sabedoria, sabe confiar em quem toma as opções certas.

Aplausos do PSD.

Retomando o nosso caminho, adianto desde já um juízo global firmemente favorável ao labor do Ministério das Finanças e ao Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Não nos eximiremos, contudo, a apontar algumas questões cuja elucidação permitirá fundamentar mais solidamente as opções feitas e que aceitamos.

As presentes propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento são apresentadas num contexto internacional e interno bem diferente do que existia no momento da apresentação das suas antecessoras.

Portugal tem uma economia cada vez mais aberta ao exterior e, por isso mesmo, mais sensível às suas alterações de ritmo e às variações dos mercados. O relatório das GOPs, onde pela primeira vez em documentos oficiais se dá o devido relevo ao enquadramento comunitário, não deixa de o sublinhar. A política de austeridade que a debilidade estrutural da nossa balança comercial e alguns descontroles em matéria de consumo e de investimento obrigaram no passado, levou o Governo a avisadamente seguir na actual proposta orçamental um pendor mais limitativo, o qual se traduz na contenção das despesas, no aumento da carga fiscal, na prudência quanto aos incentivos ao investimento, e mesmo, extravazando o domínio estritamente financeiro, numa política monetária restritiva do crédito, sobretudo ao sector privado. A opção parece-nos correcta se queremos prevenir um saldo negativo da balança de transacções correntes para um horizonte não muito longínquo e que venha, afinal, a pôr em causa o processo de desenvolvimento sustentado que permite, como se refere nas GOPs, aproximar a economia portuguesa dos padrões europeus. Não podemos pôr em causa a real melhoria verificada nas finanças do Estado, nas empresas e na balança de pagamentos através de uma imprevidência desenvolvimentista que só a curto prazo poderia pagar, mas comprometeria o futuro. Há que continuar a baixar a inflação e a aumentar o nível de emprego com a prudência adequada.

Mas, tendo em atenção o andamento do consumo privado em 1986 — aumento de 7% — e em 1987 — mais 6,8% — e o nível das despesas públicas previsto, há que nos interrogarmos sobre se a descida da expansão do consumo privado para 3% e do consumo público de 1,6% para 1% é realista e se não haverá a necessidade de ir um pouco mais longe.

Compreendemos que a abertura da economia ao exterior diminua o impacte dos limites de crédito, susceptíveis de, em alguma medida, serem torneados pelos empréstimos externos directamente contratados pelos agentes económicos e que essa mesma exposição externa não permite utilizar a taxa de juro para além de certos parâmetros. Aceitamos ainda — e os resultados estão à vista — a política cambial deflacionista adoptada, uma das condições da diminuição da taxa de inflação, mas não podemos esquecer que a redução da desvalorização para uma média de 3,5% ao ano não desencoraja as importações e vem fazer cair o grande

esforço do incremento das exportações sobre o aumento da produtividade e o aumento da agressividade comercial nos mercados externos. É um caminho que não poderemos deixar de percorrer.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Tendo um espaço de manobra tão curto — e esse tem sido sempre o drama das finanças portuguesas — a questão que se nos põe é a de saber se o desaceleramento do consumo público e privado não impõe ainda outras medidas. É verdade que a execução orçamental deste ano veio permitir, através da almofada das economias de juros na dívida pública, resultantes das baixas das respectivas taxas nos mercados financeiros internacionais, algumas poupanças nas despesas. Outros mecanismos estão previstos este ano.

Não devemos, aliás, excluir a supressão ou o adiamento de algumas despesas, mormente de investimento, no sector público administrativo e no SEE. Não é também de eliminar a possibilidade de atrasos nas transferências dos fundos comunitários que reforçam a necessidade dessa medida cautelar, mas gostaríamos sobretudo de ver reflectidas na proposta do Orçamento algumas medidas urgentes e profundas de reforma administrativa e de inovação institucional, aliás mencionadas nas GOPs, e, de um modo particular, parecer-nos-ia oportuno que o Orçamento evidenciasse alguns dos benefícios das previstas privatizações. Estas, sobretudo se convenientemente consideradas, deveriam conduzir a transferências significativas de recursos do sector privado para o público, com redução do défice e provável diminuição do consumo privado, se não mesmo do investimento. Com as medidas estruturais de reforma da Administração Pública conseguir-se-iam alguns ganhos de produtividade e, é legítimo esperar, uma redução absoluta da despesa pública. Será também importante na próxima reforma fiscal aproveitar as virtualidades da tributação indirecta para que a carga incidente sobre os impostos directos se não torne excessiva.

As GOPs e a proposta do Orçamento emprestam a merecida importância às transferências de fundos comunitários, mas para que a formação bruta de capital fixo não sofra um decréscimo do seu ritmo de crescimento — hoje de 16% — demasiado brusco, sobretudo *coeteris paribus* em relação às outras grandes variáveis macroeconómicas, não nos podemos dispensar de conseguir níveis substancialmente mais elevados de investimento estrangeiro. Será conveniente que este problema possa vir a ser focado com o adequado desenvolvimento no contexto macroeconómico em que se desenvolve a política financeira do Estado.

Outro aspecto que se nos afigura merecedor de alguma atenção, no que respeita às suas consequências económicas e financeiras, diz respeito à flexibilização das leis laborais, grande reforma estrutural que o Governo corajosamente pretende introduzir. As repercuções de tal medida têm incidência não apenas no que respeita à diminuição da economia subterrânea, ao nível do emprego, à produtividade e à sanidade das empresas, como quanto à política de rendimentos, mas ainda no que respeita à Segurança Social e evolução das respectivas receitas e custos.

Passados em revista alguns pontos que justificam, a nosso ver, uma maior atenção na discussão do Orçamento, devemos referir que não mencionámos, na especialidade, a não ser muito raramente e de passagem,

os méritos das propostas das GOPs e do Orçamento do ponto de vista técnico, desde o de contenção do défice, melhoria de perfil e transparência da dívida pública interna, monitorização da execução orçamental, à viragem decisiva operada na ponderação das despesas com a educação, a investigação científica e, embora em menor medida, com a saúde.

Outros companheiros meus terão oportunidade de o referir mais pormenorizadamente.

Mas não queríamos terminar sem sublinhar um facto verdadeiramente importante: a novidade do contexto político em que decorreu a discussão destas propostas das GOPs e do Orçamento para 1988. Os resultados espectaculares da eleição de 19 de Julho deste ano não foram apenas notáveis por darem a maioria absoluta a um partido, o PSD, apesar do sistema de sufrágio proporcional vigente. Mais do que isso, marcaram a alteração do paradigma em que se move a vida política no nosso país. Os Portugueses querem viver menos de ideologias do que de actos que traduzam na vida quotidiana um pensamento coerente e realista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Querem e votam em conformidade por programas de acção que sejam efectivos e traduzam uma modernização do País, um viver de acordo com os padrões europeus a que aspiram.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os que se mantiverem fiéis a cassetes caducadas ou a delirantes miragens sem nexo com o real já sentiram e mais sentirão o castigo do olvido do eleitorado.

Aplausos do PSD.

Os governos, como os bons políticos, serão julgados, dissipada a ganga enganadora da propaganda de curto prazo, pela marca duradoura que deixarem nas instituições e nos comportamentos colectivos. Esse é o grande desafio dos tempos de hoje.

Governo de legislatura, este governo, com esta proposta de orçamento, orientada por adequado sentido da realidade, procura enfrentar os problemas do presente sem perder o sentido de construção de um futuro de progresso. Pretende cimentar a obra de consolidação da economia que, depois do reequilíbrio das contas externas, tão penosamente alcançado, tem vindo a ser porfiadamente prosseguida. Fá-lo com coragem e com determinação. Acompanho-o e apoio-o nesse propósito, agora aqui espelhado tão claramente nas propostas das GOPs e do Orçamento do Estado para 1988.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Maia Nunes de Almeida.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados João Cravinho, Nogueira de Brito e Basílio Horta.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Deputado Rui Machete, felicito-me por finalmente ouvir V. Ex.^a, que

muito apreciamos, sempre elegante e oportuno no que diz e sobretudo no que dá a entender e às vezes no que não diz!...

Risos do PS.

Sei que ontem o Sr. Deputado não teve possibilidade de estar aqui presente — ausência involuntária — quando o meu camarada Vítor Constâncio usou da palavra, o Sr. Deputado Guido Rodrigues também não teve oportunidade de se encontrar aqui e, por coincidência, o Sr. Deputado Alípio Dias também não esteve presente, pelo que talvez V. Ex.^a não tivesse tido oportunidade de ser informado. Assim, pergunto-lhe se, de facto, leu o discurso produzido pelo seu camarada de bancada — e devo dizer que me pareceu que não. Seria útil fazer esta pergunta, na medida em que nenhum dos deputados que normalmente mais expressam o ponto de vista do PSD, por coincidência, esteve presente.

Em segundo lugar, quero dizer — aliás, esta é uma nota desnecessária porque todos o notaram — que ontem o PSD fez figura de romeiro, foi garrettiano. PSD, quem eras tu aqui depois de falar Vítor Constâncio? Ninguém! Pleno mutismo. PSD «romeiro», será bom que regresse. Assim, felicito V. Ex.^a

O Sr. Deputado fez uma introdução perfunctória, elegante, amável e de obrigação, o que será anotado, pois já não era sem tempo que alguém aqui dissesse alguma coisa. Foi preciso uma noite de longa meditação e mais uma manhã para que — até que enfim! — se anunciasse uma segunda vaga, que, se for igual à primeira, tirando a elegância e compreendo a dificuldade com que V. Ex.^a se debateu, será a vaga de defunto.

Risos do PS.

Como o Sr. Deputado sabe, a Comissão de Assuntos Europeus resolveu não produzir qualquer relatório porque a dificuldade extrema de relacionamento entre o Governo e a Assembleia da República em matéria de integração europeia deixaram «em seco» a dita Comissão. Portanto, aquele texto poderá ser literário e elegante, mas falta-lhe certamente a componente de relacionamento de órgãos de soberania, de forma que é um texto mais propagandístico do que real.

Quanto ao impedimento ao desenvolvimento e à situação que o Sr. Deputado referiu, gostaria apenas de deixar uma nota extremamente reveladora. V. Ex.^a perguntou se não seria necessário e fundamental travar muito mais e se o descalabro e o carnaval eleitoral que precedeu não tornava absolutamente necessário ir hoje muito mais fundo. Essa é uma nota extremamente relevante que mostra a preocupação profunda em que o PSD se encontra e em que, afinal de contas, se coloca todo o Governo — basta atender a que uma economista representante do Fundo Monetário Internacional veio cá exprimir as maiores preocupações e alarmar os membros do Governo.

Para terminar, gostaria de dizer que o Sr. Deputado Rui Machete tocou a ferida essencial. Foi pena que antes do 19 de Julho não tivesse manifestado as suas preocupações, pois já tudo se poderia ter dito. Porém, nessa altura foi o contrário. Essa é que é a grande verdade deste debate.

Quanto à questão do investimento estrangeiro, devo dizer que suponho que esta Assembleia contribuirá para ele se, de facto, corrigir a proposta orçamental, nomea-

damente fazendo inscrições de verbas que são de receita pública e que ajudam no final o investimento estrangeiro. Como sabe, existe uma proposta do PS nesse sentido que surgirá em tempo oportuno.

Quanto à flexibilidade laboral, tema interessantíssimo, devo dizer que ouvi ontem na televisão o Sr. Presidente da CIP dizer que o Sr. Primeiro-Ministro não pode ter mudado de opinião, quando os jornais referiam que o Sr. Primeiro-Ministro tinha dito à UGT que já não iria ser bem assim e que iria mudar. Porém, a verdade é que o Sr. Primeiro-Ministro pode mudar de opinião.

Para terminar, gostaria que o Sr. Deputado Rui Machete esclarecesse o fundo da questão, ou seja, por que razão é que pensa que é preciso ir muito mais além, travar muito mais e ser muito mais restritivo. O seu alarme é justificado? Esclareça a Câmara, por favor.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Machete, prefeira responder já ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Rui Machete (PSD): — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Rui Machete, apreciámos uma vez mais a serenidade e a objectividade que V. Ex.^a põe nas suas intervenções e também queremos sublinhar que estas qualidades, aliadas às suas qualificações universalmente reconhecidas de constitucionalista, fizeram falta na sessão parlamentar de ontem à tarde quando falou o secretário-geral do Partido Socialista, Sr. Deputado Vítor Constâncio. Porém, a isso se referirá o meu colega de bancada Basílio Horta.

Vou colocar questões muito concretas relacionadas com afirmações proferidas no discurso do Sr. Deputado.

V. Ex.^a lamenta que não se vá mais longe na redução do consumo público, mas que vias é que V. Ex.^a preconiza para se ir mais longe na redução do consumo público?

Das palavras do Sr. Deputado permito-me concluir — e V. Ex.^a corrigirá se a minha conclusão for precipitada — que a política cambial ensaiada faz recuar sobre os ganhos de produtividade e a agressividade comercial dos nossos exportadores a manutenção de quotas de mercado externo e de um determinado nível das exportações. Julga V. Ex.^a que esses dois factores serão suficientes face à política cambial anunciada?

O que é que o Sr. Deputado considera como demasiado brusco na queda do investimento de formação bruta de capital fixo? Aquela que aparece anunciada nas previsões é ou não demasiado brusca para V. Ex.^a?

O que é que V. Ex.^a considera um acto de coragem: a proposta de legislação laboral anunciada nos jornais e remetida ao Conselho de Concertação Social ou o patamar, que já não sabemos bem qual é, mas que recentemente apareceu anunciado por alguns membros

do Governo e é já o resultado de um acordo de bastidores desse mesmo Conselho de Concertação Social?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — As questões que gostaria de colocar ao Sr. Deputado Rui Machete têm a ver mais com a sua qualidade de académico respeitado e professor de Direito Constitucional do que propriamente como político. Aliás, nesse estatuto gostaria de lhe manifestar o meu respeito e agradecia que me dissesse, com a independência que se lhe reconhece, o que pensa, com franqueza, das questões que lhe vou colocar.

Foi, ontem, aqui afirmado que o Estado contraiu dívida em 1987 para cobrir défice de 1986 sem estar autorizado a fazê-lo — e isto é uma ilegalidade grave! Gostaria de saber o que o Sr. Deputado pensa que esta Assembleia da República, o Tribunal de Contas e mesmo o Sr. Presidente da República devem fazer quanto a essa ilegalidade.

Uma outra afirmação que aqui foi feita — e bem mais grave ainda — foi a de que cerca de 90% do montante global das operações do Tesouro são dívida encostada, ou seja, não são operações de crédito, mas sim, subsídios dados através da via das operações do Tesouro. Se tal se vier a verificar, pergunto-lhe como qualifica este procedimento do Governo. Será legal ou será ilegal? Que tipo de atitude deve a Assembleia e um académico como V. Ex.^a tomar em função desta realidade?

Um terceiro aspecto tem a ver com a dotação concorrencial. Gostaria de saber o que pensa o Sr. Deputado sobre este assunto. Pensa que é um procedimento legal, um procedimento constitucional? Pensa que o facto de a Assembleia não poder fiscalizar o cumprimento do Orçamento, por falta de discriminação de receitas, é compatível com o texto constitucional e com o texto legal?

Finalmente, se se vier a comprovar que o défice apresentado pelo Governo não corresponde à verdade e que, portanto, é um défice falso — não é de 471 milhões, mas sim de 590 milhões de contos —, que repercussões de ordem jurídica, legal e constitucional, para já não dizer ética, terá este facto?

Vozes do CDS: — Muito bem!

Aplausos de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete, que dispõe de um tempo máximo de nove minutos.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Em primeiro lugar, gostaria de sublinhar um aspecto que me parece curioso: não falta na oposição quem diga que o PSD obedece a um chefe, que o PSD não pensa autonomamente, que o PSD não ousa criticar, e depois quando os factos mostram que somos um partido amplamente democrático, pensante, embora unido nos objectivos principais, e desejoso que as coisas melhorem e se consigam os melhores resultados, as pessoas espantam-se, criticam...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — . . . e retiram daí algumas inferências perfeitamente espantosas. Não gostaria de deixar passar em claro este ponto porque vem sendo repetido sistematicamente.

Fui extremamente claro na minha intervenção: apoio, dando o meu voto favorável, o que o Governo propôs, não por simples constrangimento de disciplina partidária mas porque este Orçamento me parece uma proposta extremamente séria e consciente das dificuldades que toda a política financeira enfrenta, não tendo, pois, dúvidas nenhuma em reafirmá-lo.

É óbvio que em matéria desta complexidade se coloca algumas dúvidas — esse é, aliás, um dever dos deputados. Não pus objecções que me pareçam insusceptíveis de resposta. Tenho algumas dúvidas, tal como todos poderão vir a ter, e não deixaria de sublinhar, de uma maneira muito clara, que não fui só eu que coloquei e enunciei a questão central. O Sr. Ministro das Finanças já o fez, na sua intervenção inicial, quando referiu de maneira clara, embora da forma imágética que lhe é peculiar, o automóvel que segue numa determinada via. Trata-se de saber se se usam travões ou velocidades; trata-se de saber como é que se consegue manter o desenvolvimento sustentado da economia, prevenindo desastres que ocorreram em tempos anteriores.

O Governo foi corajoso, não fugiu às suas responsabilidades e disse-o de maneira inequívoca. Pode haver ajustamentos, embora a oposição pense que está mal — mas está no seu direito, pois é esse o seu dever. Penso que a oposição deve fornecer alternativas e não limitar-se a mostrar o que está mal — e foi isso que pretendi dizer no meu discurso.

É evidente que a oposição não pode gostar que o Governo tenha tido êxito, que os resultados eleitorais tenham sido os que foram. Paciência! Consiga, então, demonstrar que o Governo está errado, que o PSD não caminha na senda mais favorável aos interesses do povo português e consiga, sobretudo, que o eleitorado lhe dê razão.

Aplausos do PSD.

No que respeita aos problemas levantados pelo Sr. Deputado João Cravinho — a quem retribuo as palavras simpáticas e merecidas que me quis dirigir e que desta vez são merecidas —, devo dizer-lhe que li com atenção o discurso do Sr. Deputado Vítor Constâncio, pois tudo o que ele faz me merece a devida atenção — essa foi, aliás, uma das razões pelas quais não falei ontem, mas sim hoje. Não estive, infelizmente, presente, mas parece-me — desculpe que lhe diga — de mau gosto essa espécie de «ponto» que o Sr. Deputado fez a propósito de quem estava ou não presente na bancada social-democrata, na altura da intervenção.

A crítica básica que faço ao discurso do Sr. Deputado Vítor Constâncio é a de que ele preferiu fazer críticas de especialidade que, penso — embora tenhamos oportunidade de ver noutras intervenções que se seguiram —, não são fundamentadas, sobretudo quanto às suas consequências, e não ofereceu alternativas, não se referiu à questão central que coloquei. Essa questão com que todos os governos e uma oposição responsável têm de se defrontar é a de se saber o que se vai fazer. Vai-se restringir mais? Vai-se aumentar? Vai ficar tudo na mesma? Como é que as coisas são feitas?

Referi também, e mantendo-o, que se as críticas que ele fez fossem todas procedentes — mas não o são! — o Orçamento que daí resultaria seria amplamente incoerente e não se perceberia; numas coisas era restritivo, noutras era expansivo; seria algo que não tinha coerência e filosofia subjacentes. Esta é, pois, a principal crítica que se pode fazer a um discurso a que não se nega, evidentemente, o brilho e o conhecimento de um economista reputado. Em relação a este assunto penso que, por mais desenvolvimentos que se façam, não se poderá fugir.

Quanto ao Sr. Deputado Nogueira de Brito, no que diz respeito ao aumento do consumo público, tal como já expliquei, devo dizer-lhe que tenho algumas dúvidas, que certamente qualquer pessoa inteligente terá e sobre as quais depois tomará opções, sobre se virá ou não a ser necessária alguma restrição ulterior do consumo público. De algum modo, na situação da economia portuguesa e com as debilidades estruturais que ela tem, é-se, por vezes, vítima do próprio êxito, e o Governo teve um inegável êxito.

É necessário encontrar neste espaço de manobra limitado as soluções adequadas a uma situação que não é da responsabilidade deste governo nem de outros... Trata-se, sim, da economia portuguesa e das suas debilidades estruturais, que vêm de longe.

Se, porventura, as transferências das Comunidades Europeias se atrasarem — e isso pode acontecer — ninguém poderá imputar ao Governo essa responsabilidade. Entretanto, haverá que, cautelarmente, prever a tomada de medidas adequadas para que não se fique em situações difíceis. É claro que pode sempre acontecer que o Governo tenha no seu arsenal alguns elementos para obviar a essas situações, pois não estamos numa economia de planeamento em que toda a iniciativa privada tem de obedecer rigidamente às directrizes, há liberdade de escolha — e ainda bem que a há!

Este assunto não está completamente explicitado, em todos os aspectos, nas GOPs e no Orçamento, mas é uma preocupação que tenho, e penso que o Governo dará as respostas adequadas. Contudo, julgo ser bom que num debate como este coloquemos as nossas dúvidas.

Quanto ao problema da política cambial, diz V. Ex.^a ter eu referido que ela incide muito sobre a agressividade comercial dos nossos exportadores e sobre os aumentos de produtividade. É exacto! Mas devo dizer-lhe que me pareceu extremamente importante que se tivesse seguido a política cambial que tem vindo a ser seguida por este governo. Se o *crawling peck* seguisse a marcha laxista que teve no passado, justificada por outras razões, não poríamos aos nossos exportadores e aos nossos empresários o desafio fundamental de mudar, e nós temos de mudar!

Obviamente — e o Governo estará atento a este aspecto —, pode acontecer que a aposta não venha a ser ganha, mas parece-me extremamente importante apostar e desafiar e, até agora, devo dizer que não tem sido pelo não aumento das exportações que as dificuldades surgem; tem sido, antes, pelo consumo que tem aumentado muito as exportações.

No que respeita à flexibilização das leis laborais, penso que o Sr. Deputado Nogueira de Brito não pode acreditar naquilo que alguns jornais veiculam e tem de crer naquilo que o Governo diz. O Governo não alterou, que eu saiba, a sua política e as suas propostas.

Agradeço as palavras amáveis do Sr. Deputado Basílio Horta, mas como compreenderá não posso subscrever as inferências que pretende retirar das perguntas que me fez — de qualquer forma não estamos aqui num debate académico, mas sim num debate político.

Penso que as suas observações resultam de considerar provadas e devidamente fundamentadas as observações do Sr. Dr. Vítor Constâncio. Essa é uma matéria que faltará provar, porque é evidente que se houve um crime que o Sr. Deputado considera não dever ser condenável, o problema que se põe é o de saber se se verificou tal infracção, se se realizou o facto, com as consequências e com as qualificações que V. Ex.^a lhe emprestou.

Já agora, seja-me permitido dizer algo que me parece importante: têm vindo a ser feitas operações de tesouraria, em condições discutíveis do ponto de vista legal, por todos os governos, até por governos a que eu pertenci, a que V. Ex.^a pertenceu, por todos os que passaram pelo Executivo, e parece-me altamente injusto não mencionar que este governo tem tido uma política extremamente séria de correcção nesta matéria.

Não fez tudo, evidentemente algumas coisas subsistirão porque a matéria é muito complexa, mas omitir este aspecto para resolver os problemas negativos é próprio da oposição e não é certamente justo.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dispõem todos dos textos das propostas que estão em apreciação, de modo que me limitarei a sublinhar alguns dos seus atributos e, especialmente, a demonstrar a coerência do seu conteúdo.

Toda a gente reclama para a época em que vive, ou, pelo menos, para aquela em que intervém activamente na condução dos destinos da colectividade a que pertence, a importância histórica dos acontecimentos de que é testemunha. Todavia, há longos períodos em que a cadênciça dos sucessos se processa a compasso lento e durante os quais a evolução de valores e de comportamentos experimenta variações infinitesimais, só adquirindo expressão o seu integral ao longo de um lapso de tempo apreciável. Não é este o caso do tempo em que vivemos nem do espaço em que habitamos! Há dois anos que nos integrámos numa Comunidade que representa a maior potência comercial do globo e a maior concentração de valores científicos, patrimoniais e culturais que nele existe. Há dois anos que vimos fustigando o passo para recuperar atrasos a que a nossa posição periférica e isolamentos de muitas ordens nos remeteram. Há dois anos também, e mais perceptivelmente do que muitos querem fazer crer, que em todos os sectores da vida económica, social e cultural do País se vêm processando alterações irreversíveis que traduzem a vontade de nos aproximarmos dos padrões da Comunidade a que quisemos pertencer.

Sucede, porém, que essa mesma Comunidade está em reformulação profunda, porque deixou atrasar reformas a que já devia ter procedido e porque se quer preparar para os novos desafios que a evolução da ciéncia põe e que a ebuição dos acontecimentos à sua volta impõe. Quer isto dizer que o nosso quadro de referência de objectivos também está em movimento, sendo nossa intenção e obrigação não deixar que ele se defina sem intervenção da nossa parte, para poder afeiçoá-lo às nossas conveniências e também para carrear para a sua consecução as virtualidades de que dispomos no relacionamento com muitos povos e no conhecimento de muitas realidades exteriores à Europa.

Não surpreenderá, por tudo isso, que tenhamos definido como uma das grandes opções enformadoras da acção, em 1988, a aproximação da economia portuguesa aos padrões europeus. É óbvio que não é nem deve ser o Estado o único agente dessa evolução: os empresários e os seus empregados, as associações de quaisquer deles, as universidades, os órgãos de comunicação social, as sociedades científicas e as agremiações profissionais, todos têm a sua quota-parte de responsabilidade. Mas ao Estado compete assegurar as economias externas e levar a cabo as acções de longo prazo no domínio da educação, da formação profissional e da valorização do potencial humano, que sempre foi, e há-de continuar a ser, a nossa maior riqueza. Por isso essa valorização e a modernização das infra-estruturas constituem opções maiores, indissociáveis da primeira.

Não é, porém, de qualquer maneira que elas se devem realizar.

Possuirá a modernização das infra-estruturas que tem vindo tenazmente a ser realizada, no domínio rodoviário e na melhoria de aeroportos, no apetrechamento dos portos e na recuperação do atraso ferroviário. Mas ela não é feita de qualquer modo: estando fora de causa a importância estratégica de dispormos de duas grandes áreas metropolitanas, a evolução deve operar-se no sentido da diversificação e da elevação de grau dos serviços que elas prestam, com a maior frenagem possível do seu crescimento demográfico. E isso por duas ordens de razões: em primeiro lugar, porque são visíveis as deseconomias de escala, assustadores os montantes dos investimentos necessários à sua atenuação e confrangedoras as condições de vida nas cidades suburbanas inorgânicas e anómicas para a grande maioria dos seus habitantes; em segundo lugar, porque é necessário dispor de equipamentos de nível elevado que reclamam contingentes demográficos apreciáveis para serem rentáveis e eficientes, dispersos ao longo do País, de modo a diminuir as diferenças na qualidade de vida ou nas oportunidades de realização pessoal dos portugueses que habitam fora desses dois grandes núcleos. A rede de estradas, que articula a auto-estrada da faixa litoral com itinerários principais que penetram para o interior e com numerosos itinerários complementares diagonais, tem afinal em mente permitir que seja viável a localização de actividades económicas de forma dispersa por todo o País, favorecendo a concentração demográfica em cidades de tamanho médio cuja base económica se reforce, permitindo a permanência dos seus naturais e a fixação dos que a modernização urgente da agricultura vai inevitavelmente fazer terem de se instalar noutras locais. A mesma rede está concebida em termos de ligação fluida aos eixos europeus,

contando-se as melhorias já obtidas ou prestes a sê-lo sob forma muito tangível nas distâncias, nos tempos de viagem e nos custos e, de modo mais difícil de exprimir, nas condições de segurança. A viabilização das actividades económicas através da garantia de economias externas não tem só a ver com os transportes; o sector das telecomunicações faz parte integrante da preocupação de acessibilidade que hoje é tão ou mais importante no domínio das informações e das ideias que no do movimento de cargas físicas.

Gostaria que ficasse claro que a modernização das infra-estruturas e a definição das prioridades de execução têm assim muito a ver com a organização do espaço e com aquilo a que, nos dois anos transactos, chamei a formação de cidades viáveis — viáveis economicamente e viáveis quanto ao guarneecimento em equipamento social, cujas condições de exploração e de localização impõem limiares de utilização exigentes.

A valorização do potencial humano passa pelo accionamento de muitos instrumentos: o alargamento da escolaridade obrigatória, o combate ao insucesso escolar, o acesso a uma formação profissional adequada, a exposição a numerosas oportunidades de contacto com realizações culturais diversas, a possibilidade de praticar desporto e de ocupar de forma agradável e gratificante os tempos livres... Ora, sucede que a vertente física da localização dos equipamentos que têm a ver com todas aquelas acções não pode ser alheia às considerações sobre a organização do espaço a que anteriormente aludi. Não posso elaborar longamente sobre as pontes que entre elas existem; peço que encontrem o nexo desta articulação através dos exemplos concretos dos centros que alojam estabelecimentos de ensino universitário ou politécnico com os eixos viários que se constroem ou melhoram, com as instituições de formação profissional que neles se localizam e com um numeroso elenco de equipamentos que se orientam para a promoção pessoal de cada cidadão.

Todos estes objectivos têm implicações institucionais evidentes. Não é com instituições concebidas noutros tempos para enfrentar desafios muito menos exigentes, em escopo e em rapidez de resposta, que se pode encarar a mudança voluntarista e determinada que queremos fazer. Na quarta opção enuncia-se claramente a vontade de inovar no domínio institucional, descentralizando funções e desconcentrando competências, desburocratizando processos, responsabilizando estratos diversos pelas acções a implementar, celebrando contratos entre níveis da Administração que afinal têm propósitos convergentes e mobilizando as numerosas energias que a sociedade portuguesa encerra e que não podemos, em nome de qualquer «racionalização» de organização, deixar de aproveitar. Esta opção, explicitada do modo em que está, significa que não nos contentamos em definir propósitos económicos ou sociais sem atender ao modo de os atingir; as formas operacionais de os alcançar não estão somente ligadas a considerações de eficácia, têm muito a ver com o estilo de actuação da Administração e com o processo de formulação de decisões a todos os níveis. Por isso, esta opção foi enunciada com paridade de importância em relação às três primeiras.

Apontadas, assim, as grandes opções, permito-me insistir na coerência interna do seu conjunto. Pode-se resumir tudo dizendo que elas e o plano de investimentos que as traduz têm o propósito maior de, assegurando

o crescimento e potenciando as oportunidades comunitárias, valorizar os recursos naturais, sejam eles humanos ou naturais, desencravando espaços, garantindo melhores oportunidades a homens e a actividades, promovendo os cidadãos.

É por isso que os «grandes gastadores» são os Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Educação e do Planeamento e da Administração do Território. Através do primeiro garantem-se as economias externas viabilizadoras de muitas actividades e o movimento de pessoas, bens, informações e ideias; o segundo visa a valorização dos Portugueses na sua fase de preparação para a vida; o terceiro, nesta vertente da sua actuação, cura dos recursos naturais, particularmente da água, e da investigação científica que assegura o acesso aos níveis mais compensadores da actividade económica e a procura sistemática das vantagens comparativas de que poderemos usufruir no quadro comunitário e internacional em que nos movemos.

A apresentação do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) está feita, este ano, de modo diferente. Distingue-se a parte que designámos de «tradicional» da de «apoios ao sector produtivo». Tem a distinção a ver, fundamentalmente, com as ajudas comunitárias que nos vêm para a segunda, de modo que convém explicitar, por muitas razões: em primeiro lugar, porque os agentes beneficiários são, na sua imensa maioria, entidades privadas; em segundo lugar, porque cada um dos esquemas de acesso tem regulamentos complexos a administrá-los, cada um com atributos particulares; em terceiro lugar, porque, sendo verbas canalizadas pela administração central, elas de facto não correspondem a despesas, na sua consecução e na sua totalidade, da responsabilidade exclusiva dos órgãos daquela administração. Está assegurada, desse modo, maior clareza tanto para as aplicações dos recursos como às próprias fontes desses recursos e às regras que os comandam.

É óbvio que, na parte do PIDDAC tradicional há também contribuições financeiras comunitárias, como é o caso do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o co-financiamento de obras públicas ou para a construção de centros de formação profissional. Mas, aqui, novamente, os regulamentos de acesso são diversos e, por isso, há conveniência em distinguí-los dos «apoios ao sector produtivo».

Tive ocasião de esclarecer, nas reuniões com as comissões parlamentares, o pormenor de evolução de cada verba e de indicar os instrumentos regulamentares que gerem cada uma das contribuições comunitárias. Quero agora acrescentar somente que há, obviamente, a preocupação de mobilizar todos os fundos comunitários a que pudermos ter acesso.

Com tantas implicações financeiras comunitárias, com uma reforma comunitária em curso, passado um lapso de tempo que já permite fazer uma avaliação dos resultados da adesão e com a perspectiva para breve (1992) do exercício da presidência comunitária por Portugal, não admirará que tenhamos incluído um capítulo específico sobre o enquadramento comunitário apreciado nas condicionantes e potencialidades das políticas estruturais. Foi por todas essas razões que ele foi destacado da habitual referência ao enquadramento macroeconómico do Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma última nota, ainda, a respeito do documento das Grandes Opções do Plano. Ela respeita ao papel do acompanhamento e da avaliação dos investimentos. A avaliação *ex ante* dos projectos constitui uma prática corrente levada a efeito com maior ou menor sucesso. O acompanhamento físico e financeiro não tem para a nossa Administração grandes segredos, mas muitas vezes não determina as acções de correção com a celeridade e a eficácia que a sua consideração como fase fundamental do processo de realização de investimentos mereceria; por isso lhe daremos a atenção devida. Mais complexa é a avaliação *ex post* a que rarissimamente se procede; e, todavia, como instrumento de aprendizagem e de crítica dos investimentos realizados, ela é essencial; atenderemos à sua prática generalizada com empenhamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tive ocasião de, directamente ou através dos Secretários de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e da Ciência e Tecnologia, elucidar aspectos específicos destas duas áreas por que sou responsável, nos trabalhos de diversas comissões parlamentares. Como as perguntas foram muitas e as respostas exaustivas, julgo-me dispensado de acrescentar mais comentários. Por isso, passo directamente à questão das verbas transferidas para as autarquias locais.

A Assembleia da República aprovou no ano passado, por unanimidade, uma Lei das Finanças Locais, que foi minuciosamente preparada e discutida, envolvendo na análise deputados, autarcas e técnicos e tendo o Governo colaborado do melhor modo que soube e pôde, em clima de trabalho que foi enaltecido por numerosos deputados. A lei foi considerada como equilibrada, logo se tendo adiantado, no entanto, que, no que respeita à distribuição, haverá que estar continuamente atento aos indicadores utilizados e à modificação dos seus valores, porque, entretanto, muita coisa se vai modificando e quem mais necessitava numa ocasião pode já não ser o que mais carece alguns anos depois. Por isso, sempre foi o Governo de opinião de que se haveria de manter actualizado um observatório que permitisse simular situações de distribuição diversas, preparando propostas mais adequadas, sempre com o objectivo de procurar a maior equidade de atribuição dos dinheiros, quando chegar o momento de rever a lei.

Mas, naquela ocasião, concordou a maioria que a evolução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) seria uma excelente forma de comandar o movimento dos quantitativos a transferir para as autarquias, no quadro do fundo de perequação que é o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Arranjou-se, desse modo, um indicador objectivo que permitia uma actualização em relação com a evolução da taxa de inflação e com a da própria economia, associando-se a prosperidade das autarquias locais à do País, quer dizer, fazendo-as também acompanhar a situação geral, caso esta impusesse algum eventual abrandamento dessa folga.

Não se pode considerar conveniente um indicador quando ele conduz a bons resultados, do ponto de vista do destinatário, e arredá-lo quando, visto desse ângulo, ele não favorece um crescimento constante.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O processo anterior era vicioso porque conduzia, potencialmente, à situação de arruinar o Estado, tomado na sua globalidade, para enriquecer as autarquias locais, o que é, pelo menos, incoerente.

Se houve desfasamento entre a previsão e a cobrança de IVA, utilizado como indicador para a evolução do FEF, em 1987, isso significa apenas que as autarquias receberam em 1987 um pouco mais do que deviam e em 1988 um pouco menos do que lhes convém.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas é evidente que tudo tem de ser visto ao longo de um lapso de tempo apreciável, só não entendendo estas oscilações quem nunca teve de fazer projecções, procurando uma tendência de evolução média e garantindo o encaixe dos valores projectados num intervalo de dispersão aceitável. Ao longo de um lapso de tempo suficientemente alargado, os desfazimentos eventuais podem-se ir compensando, particularmente quando a experiência permitir ser-se mais rigoroso na projecção dos valores de um instrumento que dá os seus primeiros passos entre nós.

O que me parece inconveniente é sobressaltarmo-nos todos por o que nos parecia, com boas razões, ser lógico o ano passado ter subitamente deixado de o ser porque os resultados nos desapontaram.

Compreenderão que também ao Governo seria agradável poder enunciar crescimentos reais do FEF muito elevados. Mas, mesmo admitindo que, nessas circunstâncias, nunca haveria reparos — do que me permito duvidar —, não é realista supor que o gradiente desse crescimento alguma vez poderá ser constante, durante muitos anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando percorremos os valores do crescimento do FEF por município, entre 1985 e 1988, intervalo de tempo durante o qual a inflação experimenta uma variação de cerca de 27%, vemos que não há um único município com variação real negativa. Todos cresceram, não só em termos nominais, mas também em termos reais. E, quando vemos quantos cresceram entre 1985 e 1988, incluindo este ano de 1988, no FEF que lhes foi atribuído, verificamos que 42 municípios do continente cresceram mais de 45%, 149 municípios cresceram mais de 40% e 250 municípios cresceram mais de 35%.

Se considerarmos as regiões autónomas, este panorama ainda é mais favorável.

E se, em vez de apreciarmos somente os valores do FEF, virmos os valores globais das receitas locais, constatamos que o seu crescimento nominal e os valores de inflação se compararam da seguinte forma:

	Crescimento nominal das receitas locais	Inflação	Crescimento real das receitas locais
1983	17	25,5	— 8,5
1984	14	29,3	— 15,3
1985	25	19,3	+ 5,7
1986	21	11,7	+ 9,3
1987	30	9,0	+ 21,0
1988	8	6,0	+ 2,0

Portanto, mesmo para o ano de 1988, que tanto protesto tem levantado, os meios de acção das autarquias locais subirão, em termos reais. É evidente que 1987 permanecerá como um ano *vintage*, cuja memória perdurará no tempo; mas, mesmo assim, e especialmente devido ao imposto de sisa, haverá excelentes «colheitas» para alguns municípios no próximo ano. Devo relembrar que o imposto de sisa trouxe em 1987 mais de uma dezena de milhões de contos para as autarquias locais.

É com grande satisfação que verifico que os acréscimos dos meios financeiros das autarquias lhes permitem desendividar-se nos dois últimos anos. Contrapondo ao indíviduamento de 2,4 milhões de contos em 1985, assistimos a um desendividamento de 11,2 milhões de contos em 1986 e a um outro de 19,1 milhões de contos nos oito primeiros meses deste ano. É bom de ver que não se pretende voltar a uma situação de penúria; se refiro estes números é somente para dar notícia de que houve uma recuperação muito importante da saúde financeira das autarquias locais.

Devo acrescentar que os mecanismos que instituímos para permitir celebrar contratos de reequilíbrio financeiro com municípios em situação financeira particularmente grave ainda não foram experimentados porque nenhum, até este momento, a eles se candidatou. O prazo termina no dia 31 de Dezembro e o número de eventuais candidaturas, ao que sabemos, não ultrapassa quatro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Abordando semanalmente, em intervenções públicas ou em sessões de trabalho com autarcas, temas ligados à actividade municipal, vou poupar-lhos ao discurso do elogio das virtualidades do poder local. Mas não posso deixar de transmitir a todos a minha impressão acerca da evolução acelerada que está a experimentar a gestão autárquica. A perspectiva simples da provisão de serviços está a dar lugar a uma consciência aguda do papel das autarquias no processo de desenvolvimento e ao reforço de uma coesão que, começando por ser intermunicipal e muito ligada à fruição comum de alguns fundos comunitários, acabará por ser muito mais vasta. Esta evolução tem de ser acompanhada por uma modernização da própria gestão interna dos serviços municipais que permita assegurar a prestação de mais funções com menos agentes, o que autorizará a orientação de uma percentagem maior dos recursos para investimentos. Esta evolução reclama um trabalho de apoio paciente e devotado que tem sido prestado pelos serviços da Administração que me honro de chefiar e por numerosos funcionários autárquicos a cuja formação e aperfeiçoamento há também que atender. A questão não se reduz a cifrões; eles contam, mas muitas outras coisas são também fundamentais, e suponho que ninguém contesta a aplicação com que o Governo e os agentes da Administração que o apoia se têm entregue à sua resolução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Têm sido feitos comentários desajustados acerca da celebração de contratos-programas entre as instâncias centrais e as locais. Ainda não ouvi nenhuma reclamação contra por parte das autarquias locais, mas alguns dos Srs. Deputados agitam o «espantalho» das comparticipações discricionárias para levantar suspeitas acerca de uma potencial incorrecção da sua utilização. Quem «arrumou a casa» no que respeita ao equipamento regional

e urbano, aguentando dois anos de pressões, e quem definiu critérios da maior transparência que fazem envolver perspectivas sectoriais, regionais e nacionais na definição de prioridades pode enfrentar, com tranquilidade, toda essa agitação e considerá-la infundada.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É evidente que estaremos sempre prontos a explicar a razão de ser de qualquer escolha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O rigor na definição de objectivos, a consciência de que governar é escolher, a certeza de que não é possível agradar a todos, mas que se tem de dar satisfação ao maior número, fazem-nos considerar o plano que vos apresentamos e as afectações de meios que propomos como coisas sensatas, coerentes e praticáveis. É evidente que qualquer de nós gostaria de ter mais para poder ir mais depressa na consecução de propósitos que a larguissima maioria desta Câmara aprova. Porém, no quadro das constrições que sempre existem, as escolhas que fizemos e a combinação de vectores que vos apresentamos parecem-nos ser as mais eficazes; é, por isso, que aguardamos com serenidade o vosso julgamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro, estão inscritos os Srs. Deputados Carlos Carvalhas, José Sócrates, José Gameiro, João Corregedor da Fonseca, Nogueira de Brito, Raul Castro e Maria Santos.

Srs. Deputados, por se aproximar a hora do intervalo regimental para almoço, não dispomos de tempo para a formulação de todos estes pedidos de esclarecimento e respectivas propostas. Assim, declaro suspensa a sessão, que reiniciaremos às 15 horas.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Após o intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, não me vou referir ao sistema de planeamento nem ao enquadramento destas GOPs pelo PCEDED, que nunca passou por esta Assembleia da República. No entanto, é estranho que estas Grandes Opções do Plano tenham sido elaboradas da forma que o foram. Isto é, primeiro elaborou-se um relatório e depois extraíram-se deste umas Grandes Opções que, segundo a opinião de toda a Câmara, pelo menos a da Comissão de Economia, Finanças e Plano, não se esgotam no ano de 1988.

Igualmente gostaria de considerar no mínimo bizarro que as quantificações sejam feitas pelo Ministro das Finanças, enquanto as Opções definitivas são-no pelo Ministro do Planeamento, isto para não cometer a indelicadeza de afirmar que haverá um ministro «descritivo» e um outro «quantitativo».

Assim, sabendo das disparidades que se têm verificado nestes últimos anos entre as Grandes Opções expressas quantitativamente nas grandezas macroeconómicas e a realidade, e sabendo que não se tratam de disparidades naturais, mas sim de erros, visto que

aqueles são brutais, a primeira questão que lhe coloco é a da fiabilidade destas grandezas macroeconómicas, expressas nas Grandes Opções do Plano para o ano de 1988. Mais gostaria de saber se o Sr. Ministro não entende que estas grandezas deveriam ser corrigidas ou acertadas, ainda durante o debate deste Orçamento do Estado, visto que houve algumas alterações na envolvente externa. Destas, em nosso entender, algumas foram positivas em relação à economia portuguesa outras negativas, como sejam a desvalorização do dólar, a diminuição das taxas de juro nos países europeus e a crise das bolsas, que, pelo menos no segundo semestre do próximo ano, deverá levar a uma quebra, quer nos Estados Unidos da América, quer nos países da CEE. Portanto, gostaria de saber se o Sr. Ministro entende que deveria haver ainda algumas correções a fazer a estas grandezas macroeconómicas ou se, pelo contrário, considera que estão certas e que constituem uma verdade inamovível, tal como aconteceu no passado.

Em segundo lugar, depois do erro de 40 milhões de contos na previsão de cobranças do IVA, gostaria de saber se o Sr. Ministro entende que as autarquias devem ficar com uma dotação negativa do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Isto é, o Sr. Ministro entende ou não que são as autarquias que devem pagar o erro de previsão na cobrança do IVA?

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Então de quem foi o erro no cálculo das previsões da cobrança do IVA? Não foi da Assembleia da República?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, é consensualmente reconhecido como sendo um obstáculo sério ao crescimento económico do País a realidade dualista do desenvolvimento regional português.

Por outro lado, é também reconhecido que a adesão de Portugal à CEE exige da parte portuguesa um esforço sério e empenhado na atenuação progressiva destes desequilíbrios, sob pena de, a prazo, a integração vir a gerar efeitos perversos de grande gravidade, dos quais se pode destacar o agravamento das já tão marcantes assimetrias regionais.

Infelizmente, Sr. Ministro, esta realidade, que se impõe com clareza e nitidez a qualquer espírito, não encontra nenhuma espécie de reacção sensível da parte do Governo, nem nenhuma correspondência neste Orçamento. Bem pelo contrário.

Sirva de exemplo, e outros haveria, o que se passa no distrito de Castelo Branco.

Os investimentos programados para este distrito atingem a percentagem ridícula e irrisória de 2,4% em relação ao total nacional; a administração central programa investir menos em 1988 que em 1987, o que representa um decréscimo real dos investimentos do Estado no distrito de cerca de 10%; finalmente, os investimentos programados para 1988 descem em sete dos onze concelhos do distrito, registando-se a circunstância, aliás, caricata, de num deles — Oleiros — não estar previsto um único investimento da administração central.

Se juntarmos a isto o corte financeiro às autarquias, que vêm as suas receitas fortemente diminuídas, a incapacidade do Governo na utilização de mecanismos de estímulo ao desenvolvimento regional e a visível acentuação do pendor centralista do Governo, que poucas esperanças deixa em matéria de criação de regiões administrativas, pode concluir-se pela enorme e justificada frustração que este Orçamento representa para o interior, que assim continua em lenta mas inexorável desertificação e funcionando para o resto do País como simples reserva de mão-de-obra.

Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, neste contexto, gostaria de perguntar a V. Ex.^a o que quer então dizer a frase do Programa do Governo: «Garantir que os investimentos públicos contribuam de modo mais eficaz para o desenvolvimento [...] e para a correção dos desequilíbrios regionais.»

É isto uma referência obrigatória nos programas de governo já sem sentido nem nenhuma vinculação a uma conduta? É um mero costume de tradição programática? É, Sr. Ministro, pura semântica?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Gameiro.

O Sr. José Gameiro (PS): — Sr. Ministro, na proposta de lei do Orçamento do Estado para 1987, quanto à previsão das receitas do IVA, dizia o Governo: «assim, mantendo-se as tendências em curso e projectando as receitas de 1986 para o que seria um ano completo e sem o desagravamento dos stocks em 31 de Dezembro de 1985 (imposto de transacções), chegaríamos a uma receita de 311 milhões de contos. Aplicando a este valor a taxa de crescimento nominal de consumo privado — 12% —, alcançamos a verba de 348,3 milhões de contos, pelo que se fixa a previsão da receita do imposto sobre o valor acrescentado em 348 milhões de contos».

Atendendo a que a taxa de crescimento do consumo privado — critério definido pelo Governo como essencial para o cálculo do IVA — atingiu o dobro do previsto, como justifica o Governo a quebra brutal — cerca de 40 milhões de contos — na cobrança do IVA em 1987?

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — Será só por erro de previsão — o que já é bem grave —, conforme referiu o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais na reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano? Ou será, também, que a ineficiência dos Serviços de Administração do IVA, de que o Governo é o único responsável, não permitiu controlar a fraude e a evasão fiscal deste imposto?

Como explica o Governo que, nos casos de falta dos contribuintes, a liquidação ofíciosa do imposto apareça com largos meses de atraso? Não será que, com mais eficiência, teria sido possível aumentar as receitas do IVA em 1987 e, desta forma, ter determinado um valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) mais significativo e justo para as autarquias locais?

Será que o Governo já se esqueceu das promessas contidas no capítulo sobre o poder local e regionalização do seu próprio manifesto eleitoral? Neste está escrito que «o futuro governo do PSD prosseguirá os seguintes objectivos: promoção do alargamento progressivo das suas competências e reforço dos meios disponíveis, na linha da recuperação verificada nos últimos dois anos». Assim, estará ou não o Governo disposto a cumprir as suas promessas eleitorais?

Um dos argumentos utilizados pelo Sr. Ministro foi o de que os municípios têm outras receitas. Têm, de facto, mas no que diz respeito à sisa o que é que acontece? Por via do alargamento da base de isenção, os municípios vão ver reduzidas estas receitas municipais e, neste domínio, o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais, que determina que seja feita a respectiva compensação para as autarquias.

O Sr. Ministro referiu-se e deu bastante ênfase aos contratos-programa. Em primeiro lugar, gostaríamos todos de saber o que são os contratos-programa. De facto, não o sabemos. Mas, apesar disto, que significado poderão ter estes contratos-programa quando neste Orçamento do Estado se prevê unicamente uma verba de 215 000 contos para os satisfazer? Se, porventura, dois ou três grandes municípios solicitarem este apoio, quanto sobrará para os restantes trezentos e tal municípios deste país?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Resta mercurocromo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Ministro, desejava colocar-lhe duas questões.

A primeira é relativa a uma afirmação contida na proposta de lei das Grandes Opções do Plano. Aí se diz que «o aumento do volume de emprego constitui um dos objectivos centrais da política económica do Governo». Ora, parece de difícil concretização um tal aumento de emprego com a quebra prevista para o crescimento do produto interno bruto, que, segundo os números do Governo, desce de 5% em 1987 para 3,75% em 1988, valor este que, apesar de tudo, se poderá considerar optimista.

Tendo em conta o aumento da produtividade que deverá existir, sobejará alguma coisa para o aumento da extensão do parque industrial ou dos serviços que permita colocar um número significativo de trabalhadores? E a introdução de novas técnicas ou a modernização do aparelho produtivo não implicará, quase sempre, a necessidade de um menor número de trabalhadores? Esta é a primeira questão que lhe coloco.

A segunda questão diz respeito a uma afirmação repetidamente feita pelo Governo de que procura realizar uma aproximação do País aos padrões europeus de nível de vida. Ora, em relação ao ano corrente e ao próximo ano de 1988, os números que o Governo apresenta não parecem prever essa aproximação, antes pelo contrário. O consumo privado, que no ano corrente teria crescido 6,75%, em 1988 apenas cresce 3%. A formação bruta do capital fixo, que em 1987 deverá crescer 16%, aumentará apenas 9,5% no próximo ano. E, como já salientei há pouco, o produto interno bruto desce também para 3,75%.

Portanto, Sr. Ministro, como é possível prever, senão para daqui a muitas gerações, a aproximação do nível de vida do nosso país ao dos países europeus?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, na nossa opinião, a estratégia económica do Governo dirige-se fundamentalmente para dar satisfação aos interesses dos chamados agentes económicos privados. Em determinada altura, o Governo diz que vai «criar um novo quadro de relacionamento e de funcionamento entre o Estado e a sociedade, do qual o processo de reprivatização das empresas públicas é uma das peças fundamentais da nossa economia ou daquelas com elevadas taxas de juro».

Assim, Sr. Ministro, perguntar-lhe-ia se não acha que, com esta actuação, o Governo pode prejudicar claramente os interesses nacionais ao passar para grupos privados um exagerado e crescente poder económico e político.

No relatório que acompanha a proposta de lei das Grandes Opções do Plano está escrito, acerca do papel do planeamento, que «importa conduzir um processo de planeamento que favoreça o desenvolvimento económico e social regionalmente diferenciado». Mas, Sr. Ministro, será possível que isto seja conseguido por um governo que não pretende avançar com o processo de regionalização? Quererá V. Ex.^a dizer-nos claramente quais são as intenções do Governo em relação ao processo de regionalização?

Em relação a outra questão sobre a Comunidade e o desenvolvimento económico e social diz-se da «necessidade de transformações profundas na organização económica e social». Mas, Sr. Ministro, no documento não se encontra qualquer enunciado das medidas que o Governo tomou ou vai tomar para conseguir essa transformação, a não ser que — V. Ex.^a me dirá — essas tais medidas sejam, apenas, a reprivatização das empresas públicas.

Noutro ponto está escrito que «os objectivos centrais de política económica serão a descida da inflação e o dinamismo do investimento». Ora bem, logo a seguir afirma-se que «o investimento deverá apresentar um crescimento mais moderado, por forma a desacelerar o andamento das importações». Não será esta uma das primeiras e fundamentais contradições em relação aos objectivos fixados para o dinamismo do investimento?

Aliás, ainda ontem fiz uma pergunta ao Sr. Ministro das Finanças que repito hoje a V. Ex.^a, já que não obtive resposta. Como se justifica que as verbas para investimento sofram uma acentuada desaceleração, com exceção das que se destinam a apoiar tão-só as actividades privadas?

Finalmente, procurando tornar a opção de recomposição dos grandes grupos económicos nalguns casos subsumida noutras disfarçada, mas cujos disfarces topamos, e sendo esta opção indiferente ao mundo do trabalho, o Governo acena com promessas de novos aumentos do poder de compra, com o chamado clima de confiança e com a concertação social. Na nossa opinião, foi esta a fórmula que fez render certos votos. Faz-se referência à concertação social como sendo um dos objectivos do Governo e dedica-se-lhe mesmo um capítulo intitulado «Política de rendimentos e de con-

certação social». Mas, se é assim, por que razão não se apresentam números relativos à distribuição do rendimento nacional em Portugal?

Como se quer fazer crer a esta Câmara que se pode definir uma política de rendimentos sem que se tenha por base essa repartição?

Sr. Ministro, é evidente que há razões para não se apontarem esses números — nós também o compreendemos —, mas, já agora, agradecia-lhe se quisesse fazer o favor de responder a estas questões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr.^a Deputada Maria Santos.

O Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Ministro, na sua intervenção não referiu nada sobre o ambiente. Ora, o ambiente serve quando serve e é esquecido quando não interessa, o que, por fim, nos leva a constatar que esta omissão no seu discurso é a prova real e concreta que, de facto, não existe uma política de ambiente. Assim, como o Sr. Ministro não falou, falei eu. Falarei referindo algumas das questões que levantei ontem na minha intervenção, as quais se prendem, nomeadamente, com os instrumentos básicos que estruturam uma política de ambiente.

Enunciarei quais são, de facto, os instrumentos básicos, por nós considerados fundamentais, para estruturar essa política de ambiente que não existe, nomeadamente no que concerne à regulamentação da Lei de Bases do Ambiente, à legislação para o licenciamento industrial, à determinação de níveis de poluição e, muito concretamente, à necessidade urgente da implementação de uma lei de águas. E não se pense que se está de facto a levar a cabo uma política de ambiente, não existindo estes três aspectos fundamentais e estruturantes dessa política.

Quanto a nós, a construção de infra-estruturas básicas de ambiente, a legislação e o ordenamento do território é que são os compromissos concretos que uma política de ambiente deve ter para com a população e para que resolva, de facto, o problema da qualidade de vida dessa mesma população.

Passemos agora aos projectos e ao PIDDAC. Ainda que, em sede de comissão, o Sr. Secretário de Estado tenha dito que não tem muita necessidade de «dinheiros» para fazer aplicar a política de ambiente do Governo, o que nós dizemos é que «não se fazem omeletas sem ovos». Qualquer pessoa o sabe. Portanto, exigimos maiores verbas, mesmo para a aplicação da política de ambiente do próprio Governo.

Relativamente aos projectos inscritos no PIDDAC, consideramos que são escassos, mesmo em relação às vossas próprias propostas. Muitos dos projectos que estão inscritos já vêm de há anos e quanto a projectos novos muito poucos existem, e aqueles que existem ou estão ligados aos PIDRs ou estão ligados à nova realidade, que é o Instituto Nacional do Ambiente.

Relativamente ao PIDDAC tradicional, o que podemos constatar é que não há um aumento de verbas para o ambiente, embora pareça que existe.

Há apenas uma percentagem muito pouco significativa de aumento para a resolução dos problemas. Por outro lado, há projectos que estavam consignados desde 1987 para 1988 e que tinham determinadas verbas que agora se vêm reduzidas, projectos esses extremamente importantes, como sejam o da protecção do meio

ambiente, em que há uma redução de 200 000 contos, o que tem a ver com o problema da contaminação das águas subterrâneas, o da cooperação entre o Estado e as autarquias ligadas à vila da Feira, etc.

Ora, o que queremos dizer e demonstrar com isto, para finalizar, é que nos parece, como conclusão a reter daqui — e tenho pena que o Sr. Ministro não tenha cá estado ontem, porque fiz a síntese das questões que nós, Os Verdes, consideramos importantes em relação à política do ambiente —, até porque o Sr. Ministro fez umas considerações teóricas interessantes, é que a lógica actual do capitalismo é a integração dos constrangimentos que a ecologia coloca para ele próprio continuar a sobreviver e não porque comprehenda a dimensão efectiva das teses ecologistas que são colocadas.

O que pensamos é que, de facto, ainda que haja hoje cada vez maior preocupação para resolver os problemas do ambiente, apenas se tenta resolver os problemas de uma parte, ou seja, a necessária para a própria manutenção e satisfação de um sistema. O que dizemos é que, se queremos efectivamente demonstrar que há uma política de ambiente, então temos de resolver os problemas de base, apresentar estudos e perspectivas teóricas. Muito bem! Porém, primeiro que tudo, temos de sedimentar a razão que dá origem à existência de uma política de ambiente — e isso não está consignado nos *dossiers* de 1986, 1987 e 1988, nem na prática concreta, nem nos projectos, nem nas verbas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro, ouvi atentamente o seu discurso e concluí que V. Ex.^a utilizou uma perspectiva redutora. Isto porque V. Ex.^a utilizou as Grandes Opções do Plano para justificar uma pequena parcela do Orçamento do Estado, ou seja, procurou encontrar tradução das Grandes Opções do Plano numa pequena parcela do Orçamento. V. Ex.^a referiu-se praticamente ao investimento e às suas despesas, no entanto, sabemos que as despesas de capital, descontados os passivos financeiros, crescem apenas 4,6%.

Será esse o entendimento constitucional que V. Ex.^a tem da ligação, determinada no texto fundamental, entre Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado? As Grandes Opções do Plano têm apenas de justificar a parcela do investimento do Orçamento do Estado? Não terão também de constituir a grande opção económica fundamentadora do Orçamento do Estado?

A segunda questão, Sr. Ministro, tem a ver com o problema das autarquias. Ouvi atentamente a explicação que V. Ex.^a prestou, e que, aliás, nos tem sido dada noutras ocasiões, pelo que lhe pergunto: concorda ou não o Sr. Ministro que foi traído o espírito que, na Lei das Finanças Locais, levou a construir, como índice da evolução da inflação, a evolução da cobrança do imposto sobre o valor acrescentado? Isto é, se o IVA constituía um índice capaz de reflectir a própria inflação, então o que se passa em 1987-1988 constitui ou não uma traição a esse espírito?

Sr. Ministro, não estou a discutir se a lei foi ou não cumprida, estou apenas a colocar-lhe uma questão.

Por outro lado, na perspectiva de quem tem a seu cargo fazer despesas de administração, ou seja, gerir o município, esta alteração de evolução constitui ou não um acidente grave de percurso, Sr. Ministro?

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território. Informo-o de que dispõe de 15 minutos.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Começo por abordar os aspectos que fundamentalmente me dizem respeito, porque há muita matéria que já foi referida por alguns dos meus colegas e que ainda hoje irá ser aqui referida por outros. Portanto, vou tentar abordar o máximo que puder, no tempo que me está concedido, me sem invadir esferas que são naturalmente de outros ministros.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, com a transparência que gosto de utilizar em tudo, referi na reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano a metodologia, partindo do geral para o particular, fazendo triagens e seleções sucessivas. Portanto, sem qualquer espécie de dúvida, disse que começámos por uma longa série de escolhas e que a parte final do relatório e da própria proposta de lei foi — tal como o Sr. Deputado referiu, revelando talvez uma vontade de me picar nesse desvendar de um segredo que não tenho qualquer espécie de rebuço em reafirmar que assim foi — o resultado de uma seleção extraída de um relatório muito mais vasto.

Não há nenhuma dicotomia entre opções descritivas e quantitativas. Isto é, o desenho daquilo que queremos como quadro final da sociedade seria, na afirmação do Sr. Deputado, elaborado pelo Ministério do Planeamento, mas, por outro lado, o Ministério das Finanças imporia a sua disciplina quantitativa. Porém, não é assim, pois a metodologia é, efectivamente, uma série interminável de ligações e de sessões de trabalho que vão fazendo com que as compatibilizações se processem passo a passo, começando naturalmente das posições divergentes que se vão transformando em convergentes. Contudo, isso não se passa só com o Ministério do Planeamento, mas sim com todos os outros. Assim, não há qualquer espécie de vocação diversa nem divergência de meios ou de processos para chegar à parte final.

No que respeita às variáveis e à sua correcção, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que as variáveis têm uma tendência de evolução — aliás, referi isso hoje na minha intervenção durante a parte da manhã. Como todos sabemos, em qualquer projecção que fazemos, as variáveis nunca são rígidas, nunca são coisas determinadas e fixas, pois precisam de ir sendo acompanhadas na sua própria evolução.

Não somos dogmáticos relativamente à definição de uma variável e do seu valor. Partimos de um cenário que serve de palco de coerência para o resto. Portanto, vamos seguindo a par e passo o que se passa em matéria de evolução e trataremos de fazer as correcções de trajectória como sempre se faz e como ontem o Sr. Ministro das Finanças referiu como uma imagem.

Devo dizer que não há erro nenhum na previsão do IVA. Na verdade, o que houve foi optimismo na previsão do ano passado. Volto a dizer — e aproveito esta ocasião para me dirigir ao Sr. Deputado Nogueira de Brito — que estou ciente de que isto vai causar algumas dificuldades de percurso a terceiros, neste caso às autarquias.

Por isso — e também referi esse aspecto no discurso que proferi hoje da parte da manhã — é muito importante arranjar métodos de gestão escorreitos em que a parte incompreensível ou muito difficilmente comprehensível, que é a parte dos vencimentos, não seja dominante dentro do orçamento de nenhuma entidade. Isto porque um investimento pode deixar de se fazer, ou atrasar, ou adiar, ou fasear — a parte incompreensível é muito complicada —, e conviria tentar, por todos os processos, não criar a ninguém embaraços desse género.

Sr. Deputado José Sócrates, em primeiro lugar devo dizer que há muitas coisas que V. Ex.^a não referiu. Falou na realidade dualista do desenvolvimento português — imagino que seja o litoral e o interior —, fez referências ao distrito de Castelo Branco e esqueceu-se de abordar muitas outras coisas que não estão regionalizadas e que conviria que também deixasse entender que há outras variáveis.

O Sr. José Sócrates (PS): — É um exemplo!

O Orador: — Temos como exemplo os regulamentos agrícolas, a parte dos incentivos industriais, os programas STAR e VALOREN, o FEDER. Foram variáveis que não referiu, havendo, portanto, muito a acrescentar aos valores de que se queixou.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — O País é todo igual!

O Orador: — Compreendo que se queixem. O senhor é deputado por Castelo Branco e, naturalmente, tem de justificar a sua presença, voltar à sua circunscrição e dizer coisas, portanto, mostrar que, efectivamente, defendeu os interesses da região. Compreendo, mas acontece é que há muito mais coisas.

O Sr. Deputado faz referência a três pontos: não há mecanismos de estímulo ao desenvolvimento regional, o centralismo deste governo é denunciador de perspetivas más e que não está dada a garantia de que os investimentos públicos vão contribuir para o desenvolvimento regional. É pura semântica — foi o termo que utilizou. Contesto todos eles.

Em primeiro lugar, quanto aos sistemas de incentivos ao desenvolvimento e à componente regional, devo dizer que foi longamente elaborado, está preparado e foi negociado, depois de penosas sessões de trabalho e de ajustamento, um programa nacional de interesse comunitário que respeita, efectivamente, aos incentivos, à actividade produtiva. É o primeiro programa nacional de interesse comunitário português. Este programa foi aprovado em Bruxelas, no Comité de Fundo de Desenvolvimento Regional, há cerca de quinze dias, está prestes a ser apreciado em Conselho de Ministros e nada nos faz admitir que para o ano não esteja a funcionar. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que este programa assenta em três «pernas» e todas elas fomentadoras do desenvolvimento regional: a primeira, uma componente espacial, que dá, para todo o interior, a

maior pontuação; a segunda, um outro factor que tem a ver com a criação do emprego, e a terceira, porque não queremos que o desenvolvimento da periferia seja feito de qualquer maneira, tem uma componente que será apreciada em função da capacidade de inovação que as actividades puderem, efectivamente, criar. Portanto, a sua lamentação de que não existem mecanismos de estímulo ao desenvolvimento regional e à sua actividade produtiva regional não é verdade. Sr. Deputado, este sistema é completado por dois outros, um para o estímulo do potencial endógeno e um outro para o investimento em infra-estruturas turísticas. O conjunto trata com privilégio especial o desenvolvimento regional e muita gente diz que ele é de pendor demasiado regional. Para mim, ele é um exercício de equilíbrio entre a parte regional e a parte sectorial e acho que valerá a pena esperar ...

O Sr. José Sócrates (PS): — Esperar?!

O Orador: — ..., o que não está muito de acordo com o calendário que lhe disse, pois escusa de esperar muitas semanas, talvez apenas alguns dias, para ter oportunidade de ver que há, efectivamente, actuações nesse sentido.

Quanto à questão dos investimentos públicos que contribuem para o desenvolvimento regional, referidos pelo Sr. Deputado, a Sr.^a Deputada Maria Santos afirmou com ar crítico que só há projectos ligados a PIDs. A verdade é essa. Estamos a privilegiar uma perspectiva integrada que faça com que se potenciem as contribuições de todos os fundos. A coordenação é um exercício complicado, tenho-o dito muitas vezes. No entanto, temos sido razoavelmente bem sucedidos nestes primeiros passos que estamos a dar, nesses exercícios de coordenação.

O Sr. Deputado José Gameiro fez algumas considerações acerca do IVA e do erro de projecção. O Sr. Deputado sabe que não é um erro, mas um desfasamento — já hoje de manhã tive ocasião de elaborar uma argumentação sobre isso. Assim sendo, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que a isenção do imposto de sisa não vai determinar uma redução substancial de receitas. Aliás, a isenção do imposto de sisa não se faz senão para activar e animar um outro sector, o da construção civil, que todos concordam ser muito importante na actividade nacional. Portanto, não tem outro propósito que não seja o da resolução de um problema grave, o da habitação, e o da animação de um sector que é muito importante.

Insurgiu-se depois contra o contrato-programa. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o decreto-lei que o regulamenta está aprovado, embora não lhe possa ainda dizer se, neste momento, já se encontra promulgado pelo Sr. Presidente da República. Mesmo que ainda não esteja, por certo que entraremos no novo ano com um quadro legal devidamente definido no que respeita aos contratos-programa.

É evidente que em lugar de 250 000 contos para contratos-programa eu gostaria de poder ter 2 500 000 contos. Hoje de manhã tive ocasião de dizer que todos lamentamos não ter mais verbas, pois todos temos vontade de fazer mais e mais depressa. Assim, entendemos que isto deve ser um meio complementar para vir buscar outras fontes, fontes essas que podem vir, quer dos fundos comunitários, quer das próprias autarquias.

Portanto, há aqui novamente o tal difícil exercício de coordenação que consome muito tempo, mas que até agora tem dado bons resultados.

O Sr. Deputado Raul Castro teceu considerações com as quais pretendeu demonstrar algumas incompatibilidades entre a criação de emprego e a evolução prevista para o produto e produtividade e acabou por dizer que as metas que o Governo fixa são metas de aproximação aos níveis de vida europeus, são metas para serem atingidas daqui a muitas gerações. Não digo que sejam alcançadas daqui a muitas gerações, mas, se o Sr. Deputado estava em crer que as conseguissemos atingir num único ano, devo dizer-lhe que estava a ser muito irrealista.

Se o Sr. Deputado vir o que se «andou» em dois anos, o que é notável, como se pode constatar por todos os indicadores; se vir o que se fez tanto em aproximação de variáveis como em termos de nível de inflação e se reflectir que os 6,6 % de desemprego, em sentido restrito, se traduzem no segundo maior valor daquele índice na Europa; se vir que tudo isto foi feito em dois anos, então acho que escusa de esperar uma geração e muito menos as muitas gerações que referiu. Com efeito, em menos de uma geração vai haver muita modificação, que será radical.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca levantou a suspeita de que estamos aqui para servir os interesses dos grandes grupos e diz ainda que o favorecimento do desenvolvimento regional não poder ser feito sem a regionalização.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que estou em perfeito desacordo em relação à primeira afirmação, isto porque temos dado muitas vezes o exemplo e a mostra da vontade de que não são os grandes grupos, mas sim as muitas pequenas iniciativas, os muitos e pequenos empreendedores do fortalecimento do espírito de iniciativa e empreendimento, que podem, efectivamente, vir a criar o emprego, o produto, a produtividade e as modificações estruturais, a fim de atacarem o problema de raiz. E, Sr. Deputado, não vou voltar a repetir as contribuições dos sistemas de incentivo em todas as suas vertentes.

A Sr.^a Deputada Maria Santos hoje de manhã não devia ter estado atenta. Não referi a parte do ambiente, da ciência nem da tecnologia, mas expliquei as razões porque o não fiz.

A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — O que é mau!

O Orador: — Não é mau, Sr.^a Deputada, é bom. É bom porque eu disse quais foram as razões por que não referi.

Não se esqueça, Sr.^a Deputada, de que só V. Ex.^a na sessão com o Secretário de Estado do Ambiente lhe colocou 22 perguntas.

Sr.^a Deputada, se com 22 perguntas e se o trabalho das comissões não serve para nada, então o melhor é não o fazer.

A Sr.^a Maria do Santos (Os Verdes): — Mas o senhor é que é o ministro!

O Orador: — Devo dizer-lhe que estou de acordo com as três vertentes que colocou, pois a política do ambiente faz-se através da construção das infra-estruturas básicas.

Já estou convocado para uma reunião, na sexta-feira de manhã, da Comissão de Economia, Finanças e Plano ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Já?!

O Orador: — ... e nessa circunstância poderei ver com pormenor toda a parte que lhe dá naturalmente satisfação.

Sr.^a Deputada, peço-lhe para ler novamente a parte do ordenamento do território, porque efectivamente há matéria para responder a tudo quanto lhe disse. Embora tenha respondido à segunda parte da questão colocada pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito, suponho que não é nem foi redutora a minha exposição desta manhã. Pelo contrário, se reparar, eu dissertei longamente sobre as opções, opções essas que não são apenas de investimento. O comentário que fiz relativamente ao enquadramento macroeconómico, e especialmente à parte da integração na Europa, justifica que temos todos uma perspectiva bem diversa daquela a que V. Ex.^a tentou reduzir aquilo que eu não queria dizer nem disse. E eu peço-lhe o favor de reler as notas relativas àquilo que hoje de manhã eu disse.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Pretendo intercalar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, a minha interpelação diz respeito ao que o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território referiu quanto ao facto de estar já convocado para uma reunião com a Comissão da Economia, Finanças e Plano na próxima sexta-feira. Porém, que eu saiba, a referida Comissão ainda não reuniu a fim de proceder à calendarização das reuniões com os Srs. Membros do Governo para o debate na especialidade.

Pretendia assim saber se foi a Mesa ou outra entidade quem tomou a iniciativa de proceder a essa calendarização, na medida em que a desconhecemos por completo e a Comissão de Economia, Finanças e Plano ainda não se pronunciou sobre o assunto. Pela parte que nos compete, não fomos convocados para qualquer reunião.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Foi o Governo ...

O Sr. Presidente: — A Mesa não dispõe de qualquer informação nem tomou qualquer iniciativa. No entanto, inscreveu-se o Sr. Deputado Guido Rodrigues, que certamente esclarecerá a situação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na realidade o programa de funcionamento da Comissão de Economia, Finanças e Plano

a partir da próxima quinta-feira ainda não está definido ministério a ministério. Julgamos que a partir de hoje à tarde será possível fazer-se essa definição.

Vozes do PS e do PCP: — Ah!...

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Encolheram-se!

O Orador: — Aliás, a Comissão de Economia, Finanças e Plano reunirá hoje à tarde para tomar decisões sobre a matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Deputado, talvez possa esclarecer V. Ex.^a, porque gosto imenso de o ver preocupado com esses problemas de processo. Eu estava para ir amanhã para Bruxelas a uma reunião do Conselho de Ministros de defesa do consumidor e, quando comuniquei que tinha de sair, disseram-me que não o fizesse, porque seria possível que a minha presença fosse necessária nas próximas sexta-feira, segunda-feira e terça-feira.

Assim, tratou-se de uma formulação errada, que V. Ex.^a imediatamente aproveitou para mostrar incorreções de processo.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não é uma questão de processo!

O Orador: — Peço, pois, desculpa de o ter induzido em erro com a formulação errada daquilo que efectivamente aconteceu.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Não dê explicações Sr. Ministro!

O Sr. Presidente: — Estamos todos esclarecidos. Muito obrigado, Sr. Ministro e Srs. Deputados.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nos debates realizados nesta Assembleia sobre os Orçamentos dos anos de 1986 e 1987 pus grande ênfase nos problemas criados pelo elevado nível dos défices programados para o conjunto do sector público administrativo. Como o tempo é pouco, a minha intervenção de hoje limita-se basicamente a insistir nos mesmos problemas.

O Governo teve nos anos de 1986 e 1987 uma oportunidade única para reduzir significativamente o défice das contas públicas, aproveitando as condições criadas pela melhoria dos termos de troca, pelo afluxo de recursos financeiros provenientes da CEE e pela recuperação da procura privada. No conjunto dos dois anos de 1986 e 1987, as receitas totais do sector público administrativo aumentaram 60% em termos nominais e mais de 30% em termos reais, se se utilizar como deflacionador o índice de preços no consumidor. Não penso que seja possível encontrar na nossa história económica um biênio com aumento tão pronunciado das receitas públicas.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Governo aproveitou o maná que assim se lhe deparou para aumentar a despesa em proporções nunca vistas. As despesas registadas nas contas do sector público administrativo evidenciam nos anos de 1986 e 1987 uma subida de 52% em termos nominais e de 24% quando deflacionadas pelo índice de preços no consumidor. Acontece ainda que estas taxas subestimam certamente o crescimento efectivo das despesas públicas, uma vez que, como abaixo referi, algumas dessas despesas não têm sido contabilizadas como tais.

O crescimento das despesas do Estado nos últimos anos a um ritmo sem precedentes foi sem dúvida um dos factores mais poderosos para o sucesso eleitoral do PSD. Mas a contrapartida foi que as contas públicas continuaram com défices elevadíssimos que não será possível sustentar a longo prazo.

O Governo diz-nos no relatório da proposta orçamental que o défice do sector público administrativo tem estado a ser reduzido. Segundo os seus dados, as necessidades de financiamento desse sector desceram de 11,4% do PIB em 1985 para 9,8% em 1986 e 8,8% em 1987. Simplesmente, os cálculos que o Governo nos comunicou não incluem as operações de tesouraria que correspondem a verdadeiras despesas públicas, como adiante referirei. Também não incluem os créditos às regiões autónomas nem os dispêndios do Estado com o aumento do capital dos bancos.

Por estas razões, as informações sobre as necessidades de financiamento do sector público administrativo apresentadas pelo Governo no relatório da proposta do Orçamento não merecem confiança. Mais válidos serão os dados publicados nas sínteses de conjuntura do Banco de Portugal. Segundo tais dados, as necessidades financeiras do sector público administrativo correspondem em 1986 a 10,8% do PIB, em vez dos 9,8% que o Governo refere. Essa percentagem não acusa descida muito significativa em relação ao nível de 11,2% que havia sido registado em 1985.

Quanto ao que se passou em 1987, a situação é extremamente confusa, uma vez que os financiamentos ao sector público administrativo passaram a incluir verbas antes classificadas como créditos ao sector empresarial do Estado. O Governo não nos forneceu informações para fazer um cálculo rigoroso em bases comparáveis com as de anos anteriores. Todavia, com base nos elementos que são conhecidos, pode afirmar-se, com boa margem de segurança, que as necessidades de financiamento do sector público administrativo não diminuíram de 1986 para 1987, ao contrário do que o Governo afirma. Essas necessidades terão passado de 10,8% do PIB para, pelo menos, cerca de 11%.

No sector público empresarial, as coisas ter-se-ão passado um pouco melhor, se fizermos fé nos números do Governo. É de crer, porém, que a melhoria registada de 1985 para 1986 nesse sector não tenha resultado tanto da ação do Governo como da baixa dos preços internacionais do petróleo e outros produtos importados, que têm grande influência nos custos das principais empresas públicas. De qualquer maneira os valores apontam para manutenção do défice do sector público administrativo e empresarial em 1987 ao mesmo nível do de 1986, em lugar da diminuição de que o Governo nos fala.

Lutamos, em face do que foi exposto, com grandes margens de incerteza quanto ao que se passou em 1987. Mas encontramos uma situação bem pior, de total confusão, quando procuramos saber qual vai ser o défice do sector público administrativo orçamentado para 1988.

Nos quadros que nos foram fornecidos pelo Governo indica-se que o saldo negativo do sector público administrativo será de 515 milhões de contos. Mas logo aqui começam as dúvidas. Esse valor corresponde a 9,2% do PIB previsto no documento das Grandes Opções do Plano, mas no relatório da proposta de orçamento aponta-se a percentagem de 8,8%. Mais importante é ainda que o défice do sector público administrativo não inclui as operações de tesouraria que já podem ser previstas e que, segundo tudo indica, acabarão por corresponder a despesas orçamentais efectivas.

As despesas a pagar por esse processo poderão atingir, na base das informações prestadas pelo Governo, mais de 100 milhões de contos em 1988. Poderemos chegar assim a um défice orçamentado para o sector público administrativo de mais de 620 milhões de contos, ou seja, mais de 11% do PIB. Este valor excede o que foi apontado no discurso do deputado Vítor Constâncio, porque ele tomou como ponto de partida o défice do OE e deixou de fora os défices previstos para os fundos e serviços autónomos e para a Segurança Social. Teremos assim que o défice do sector público administrativo orçamentado para 1988 é muito superior àquele de que o Governo nos fala e, quando expresso em percentagem do PIB, não evidencia qualquer descida em relação ao nível de 1987.

A confusão aumenta quando procuramos analisar as autorizações de financiamento solicitadas à Assembleia da República na proposta do Governo. Não tenho conhecimento de que tenham sido fornecidos à Assembleia da República elementos que permitam a conciliação do défice programado com as autorizações de aumento da dívida solicitadas. Sabemos todavia que naquelas autorizações há 260 milhões de contos cuja finalidade é permitir ao Tesouro assumir dívidas de vários organismos públicos extintos, como a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, a Junta Nacional das Frutas ou o Fundo de Abastecimento. Desconhecemos até que ponto essas dívidas serão recuperáveis. É pouco provável que o sejam. A ser assim, elas corresponderão a despesas efectivas do sector público que nunca foram orçamentadas.

É verdade que se tratará provavelmente de despesas contraídas na sua maior parte em anos anteriores a 1985, pelas quais o actual governo não se considera com responsabilidades. Mas mesmo assim haverá que deixar aqui duas anotações importantes.

A primeira é a de que o Governo não forneceu à Assembleia da República elementos informativos suficientes para justificar a autorização que solicita para aumentar os financiamentos ao Tesouro em 260 milhões de contos com a finalidade de este assumir dívidas dos organismos acima referidos. A Assembleia é chamada a conceder essa autorização praticamente às cegas, sem saber se o montante pedido corresponde às necessidades reais, sem saber quais as causas que deram origem às dívidas a transferir, sem saber quando é que essas dívidas ocorreram e sem saber se algumas delas poderão vir a ser recuperadas.

O Sr. João Cravinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — A segunda anotação é a de que também neste caso há forte irregularidade, ou mesmo ilegalidade, no processo escolhido pelo Governo para financiar despesas efectivas do sector público através de operações de tesouraria, sem ter proposto para tais despesas as dotações orçamentais apropriadas. Compreende-se mal que o Governo, que em 1985 se mostrou tão lesto a propor um orçamento suplementar para limpar dívidas e operações de tesouraria irregulares do passado, não encare agora uma solução semelhante. Por que será que o Governo prefere insistir nos mesmos artifícios que tanto criticou em governos anteriores?

De tudo quanto antecede concluímos que o Governo está a faltar a duas promessas de importância fundamental que nos fez no que respeita a condução da política orçamental: em primeiro lugar, não está a introduzir maior verdade e maior transparência nas contas públicas ...

O Sr. João Cravinho (PS): — Pelo contrário!

O Orador: — ...; em segundo lugar, não está a reduzir o desequilíbrio orçamental.

Estas falhas no cumprimento das promessas do Governo são extremamente graves. É grave que se tenha andado a enganar a opinião pública com uma imagem de rigor na governação, que afinal a prática tem vindo a desmentir completamente.

Vozes do PRD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas é mais grave ainda que a desordem nas finanças públicas em que temos vivido desde há vários anos e que o actual governo tanto criticou em governos anteriores continue a manter-se, e mesmo a agravar-se.

A falta de cumprimento da promessa de introduzir maior verdade e transparência nas contas públicas resulta essencialmente, mas não só, do recurso abusivo a operações de tesouraria para efectuar pagamentos que efectivamente são despesas do Estado. Esta matéria já foi tratada com toda a clareza na intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio e por isso me absterei de me deter sobre ela. Apenas sublinharei que os abusos das operações de tesouraria como forma de pagar despesas públicas foram em 1986 e 1987 muito superiores aos de anos anteriores.

Quanto à falta de cumprimento da promessa de reduzir o défice das contas públicas, é importante recordar que o PCEDED anuncia textualmente que em 1990 «o défice global do sector público administrativo relativamente ao PIB deverá situar-se em valores próximos dos 5%». Por outro lado, no seu Programa discutido nesta Assembleia em Agosto passado, o Governo voltou a afirmar que reduzira o «défice do sector público administrativo, em percentagem do PIB, de modo a atingir em 1990 cerca de metade do nível de 1987».

Perante estas afirmações cabe perguntar: será que o Governo pretende fazer-nos crer que irá reduzir o défice para metade em 1989 e 1990, depois de nos ter apresentado três orçamentos em que, apesar de circunstâncias excepcionalmente favoráveis, esse défice não baixou de forma significativa e foi antes mantido a níveis insustentáveis a longo prazo?

O Governo pelos vistos está consciente da gravidade das dificuldades que os elevadíssimos défices das contas públicas provocarão na economia. Só assim se compreendem as promessas que fez de que os viria a reduzir.

De resto, aquelas dificuldades estão à vista. O sector público administrativo e empresarial absorveu mais de 85% do aumento líquido do crédito utilizado na economia portuguesa em 1987. É por causa do défice das contas públicas que as taxas de juro são actualmente tão altas em termos reais e que há riscos de elas terem de vir a subir ainda mais no futuro. É por causa do mesmo défice que durante o ano de 1987 houve que introduzir alguns cortes brutais no crédito bancário ao sector produtivo, que criaram problemas sérios a muitas pequenas e médias empresas sem acesso ao mercado de capitais. Esses problemas teriam aliás sido bastante mais graves se os bancos não tivessem entretanto desenvolvido uma série de artifícios que lhes permitiram escapar em parte aos constrangimentos impostos pelos limites de crédito.

Como já assinalei num debate orçamental anterior, a persistência dos défices das contas públicas em níveis tão elevados como os dos últimos anos, e como o que o Governo prevê para 1988, obrigará o nosso país a enfrentar um dilema: ou viver com taxas de inflação elevadas e crescentes, para permitir ao Estado financiar-se através do imposto inflacionário, ou viver com dificuldades no financiamento ao sector produtivo.

O Governo tem procurado fugir à primeira alternativa deste dilema. Cumpre reconhecer que tem desenvolvido acção meritória no sentido de reduzir o recurso ao imposto inflacionário e tem procurado financiar o défice no mercado financeiro em vez de o fazer, na mesma escala que anteriormente, com o recurso à emissão monetária. Mas a contrapartida têm sido as dificuldades criadas no financiamento ao sector produtivo pelas elevadas taxas de juro em termos reais e pelos cortes de crédito a que acima fiz referência. Essas dificuldades só não foram muito maiores porque a melhoria dos termos de troca permitiu um aumento substancial da poupança nacional. Não poderemos contudo contar com condições tão favoráveis no futuro.

É verdade que reduzir o défice não é tarefa fácil. É verdade também que as reduções podem, a curto prazo, ter efeitos recessivos indesejáveis. Acontece porém que, como atrás referi, nos dois anos que passaram as condições foram excepcionalmente favoráveis para se baixar o nível do desequilíbrio financeiro do sector público sem haver que fazer face a perturbações económicas fortemente adversas. A oportunidade oferecida por essas condições únicas foi porém perdida. O Governo preferiu enveredar pelo aumento espectacular das despesas que lhe granjeou sucessos fáceis. Também nos Estados Unidos a administração Reagan criou um clima de grande euforia na economia através de défices orçamentais elevados e vêm-se agora, embora só ao fim de mais de meia dúzia de anos, os resultados a que essa política conduziu.

As dificuldades provocadas pela redução do défice que até aqui têm estado a ser evitadas acabarão por terem de ser enfrentadas mais tarde ou mais cedo com juros de mora. Em qualquer caso, não é de um ano para o outro que os problemas criados pelos desequilíbrios das contas públicas poderão ser resolvidos. Eles terão de ser atacados através de uma forma gradual.

Simplesmente, o actual governo, apesar de ter prometido essa estratégia de redução gradual, nada tem feito, nem, pelos vistos, nada se propõe fazer para a por em prática. O futuro nos irá dizendo, ao longo dos anos, quais vão ser os custos dessa política. O futuro nos mostrará quem vai ter de tirar do lume as castanhas em que o actual governo não se mostra disposto a tocar.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Guido Rodrigues, Carlos Pinto e João Cravinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Deputado Silva Lopes, a intervenção de V. Ex.^a foi recheada de números e de elementos técnicos que anotei devidamente e que muito apreciei, até pela particular estima que lhe dedico.

Mas estamos numa Câmara política, e tenho de me referir em termos políticos à intervenção de V. Ex.^a Os últimos anos (1986 e 1987) foram nitidamente anos de êxito do ponto de vista económico-financeiro, o que é inequívoco. Se esses anos fossem anos de inêxito, V. Ex.^a atribuiria todas as culpas — e porventura muito merecidamente — ao Governo. Como foram anos de êxito, V. Ex.^a fala de números errados, de oportunidades perdidas, de números maquilhados e de conflitos de entendimento entre o Banco de Portugal e o Governo. V. Ex.^a fala de numerosas causas, mas, na realidade, não se refere à causa fundamental para esse êxito, que foi a actuação do Governo. Essa actuação, V. Ex.^a terá de o reconhecer, foi fundamental para gerir uma conjuntura efectivamente boa. Mas a conjuntura não se gera por si própria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos a discutir o Orçamento do Estado para 1988 e gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Silva Lopes, nesta situação e neste enquadramento, o que é que pensa dos sinais nítidos que o Governo dá à economia para 1988.

Em seu entender, Sr. Deputado Silva Lopes, são correctos os impulsos dados à economia por este governo? Na situação internacional actual, perante as indefinições internacionais e os problemas que as economias mundiais atravessam, são correctos os impulsos, os sinais que este governo dá à economia? Espero de V. Ex.^a, técnico e pessoa que muito aprecio, uma resposta adequada a esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

O Sr. Carlos Pinto (PSD): — Sr. Deputado Silva Lopes, a primeira nota que me sugere a intervenção de V. Ex.^a é que o Sr. Deputado se refugia na análise do sector público administrativo por dificuldades naturais e evidentes em lançar uma crítica de fundo à política económica global deste governo. Compreendo que V. Ex.^a tenha dificuldades em fazer esse tipo de crítica, porque o aspecto abordado é sempre difícil para qualquer governo, como aliás V. Ex.^a acabou de refe-

rir. No entanto, não posso deixar de dizer ao Sr. Deputado que o Governo faz um esforço sensível nesta matéria, designadamente no que respeita ao sector público empresarial. O sector público administrativo será mais difícil, mas parece-me que os sinais não deixam dúvida quanto ao esforço que está a ser feito neste sector.

Mais do que isso, e voltando à primeira nota que referi, a questão que é efectivamente importante é o facto de o Sr. Deputado Silva Lopes não ter ido mais longe na análise económica global deste governo. E penso que tal foi deliberado, constituindo um autêntico refúgio, na medida em que aquando da apresentação do X Governo Constitucional o Sr. Deputado manifestou, de facto, a sua falta de credibilidade nos objectivos que eram então apontados. Como é evidente, para a mesma política pode haver resultados diferentes.

O Sr. Deputado não acreditava nas políticas então expressas, mas a verdade é que os agentes económicos acreditaram, e os resultados estão aí à vista e são conhecidos. Gostaria, pois, de colocar a seguinte questão a V. Ex.^a: não tendo os deputados do PSD ido tão longe como V. Ex.^a foi então, como é que consegue, *a posteriori* — porque o que se está aqui a discutir é não só a credibilidade do Governo em relação às propostas de lei que apresentou, como também a credibilidade da oposição e dos interventores em debates sobre estas matérias —, conciliar a sua posição neste momento relativamente ao Governo com aquilo que afirmava aqui em 1985, durante a discussão do Programa do Governo, e que passo a citar: «Concordo que para travar o ritmo do aumento dos preços é preciso actuar simultaneamente em muitas frentes. Mas há o problema, a que o Governo parece não dar qualquer importância, da compatibilidade entre os diferentes objectivos de política económica. Vejamos, em primeiro lugar, o que se passa com a política de regulação da procura. Nos países da OCDE, para travar a inflação, foi necessário agravar o desemprego e reduzir o crescimento económico para taxas baixíssimas. Mas o actual governo não se assusta com esses exemplos. Ele vai conseguir melhor. Ele propõe-se entrar para a história dos milagres económicos, conseguindo simultaneamente a redução da inflação, o relançamento da economia, a atenuação substancial do desemprego e o aumento do investimento em proporções consideráveis.»? Tendo tudo isto sido conseguido, pergunto ao Sr. Deputado se efectivamente confirma que houve um milagre económico neste país.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Em primeiro lugar, quero felicitar o Sr. Deputado Silva Lopes pela magnífica contribuição que deu a este debate, com a autoridade que ninguém nesta Casa se atreverá a contestar...

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — Suponho que ninguém de senso nesta Casa se atreverá a contestar a autoridade do Sr. Deputado Silva Lopes.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — É a autoridade de qualquer deputado.

O Orador: — Dito isto, gostaria apenas de lhe fazer uma pergunta no sentido de pedir a sua opinião sobre o seguinte facto: foi aqui mencionado pelo Sr. Deputado Vítor Constâncio que em 1987 foi emitida dívida para pagar despesa no período complementar. Trata-se de uma violação grave, de uma falta leve, de um ligeiro devaneio que qualquer governo se possa permitir num Estado democrático? Gostaria de saber a sua opinião.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes. Tem nove minutos de tempo disponível, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Dado dispor de muito pouco tempo, terei muita dificuldade em responder como gostaria.

Sr. Deputado Guido Rodrigues, é claro que estes dois anos foram anos de êxito económico, ninguém o nega. Porém, já ontem, na pergunta que dirigi ao Sr. Ministro das Finanças, procurei dizer que tal se deve em grande parte a factores externos. Reconheço que o Governo saiba aproveitar esses factores com habilidade política...

Aplausos do PSD.

Deixem-me acabar!

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Batam palmas no fim, que batem melhor!

O Orador: — Deixem-me acabar!

Dizia eu que o Governo soube aproveitar essas condições com habilidade política, mas terá adiado a resolução de alguns problemas que viremos a sentir no futuro pela facto de não terem sido resolvidos agora.

Aplausos do PRD e do PS.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Esses problemas, Sr. Deputado, serão resolvidos em 1988.

Vozes do PRD e do PS: — Ah!...

O Orador: — Quanto aos sinais para 1988, respondendo muito rapidamente, penso que seria preferível que o Governo nos tivesse proposto um défice orçamental mais pequeno por razões estruturais que referi na minha exposição e que isso lhe permitisse seguir uma política monetária mais expansiva. Assim, corremos o risco de termos uma política monetária muito restritiva, que irá causar dificuldades ao sector produtivo. Como tal, em meu entender, os sinais que a política do Governo está a dar à economia são errados.

O Sr. Deputado Carlos Pinto citou, na parte final, uma frase que utilizei no debate do Programa do Governo de 1985. De facto, o que eu disse continua a ser verdade; o que acontece é que houve, na realidade, um milagre económico, mas o milagre económico foi a baixa dos termos de troca em 6%, coisa que nunca se viu neste país e que provavelmente não se volta a ver. Portanto, houve de facto um milagre económico e foi apenas esse milagre económico que permitiu esses resultados.

Quanto ao Sr. Deputado João Cravinho, tenho de dizer que, de facto, estou de acordo. Não me referi a esse ponto, porque já tinha sido referido, mas estou de acordo que parece uma infracção bastante grave.

Aplausos do PRD e do PS.

O Sr. Presidente: — Levo ao conhecimento dos Srs. Deputados que se encontram entre nós dois grupos de alunos, um da Escola Secundária de Gil Vicente, de Lisboa, e outro da Escola Secundária de Queluz, a quem saudamos.

Aplausos gerais.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo para produzir uma intervenção.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Ferreira do Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão que o orçamento levanta no que respeita ao Comércio e Turismo não é a de saber se o orçamento é pouco ou é muito, que é questão que, posta assim, não pode ter resposta útil.

A questão importante é a de saber se o orçamento para o Comércio e Turismo é ou não compatível com aquilo que o Governo se propõe fazer no sector, ou seja, se com estes recursos e estas aplicações o Governo poderá cumprir aquilo a que se comprometeu através do Programa que nesta mesma Assembleia foi aprovado.

Adianto desde já que a resposta a esta questão central é afirmativa.

Os recursos que se propõe que sejam atribuídos às despesas públicas relacionadas com o Comércio e Turismo, as aplicações que lhes correspondem e o resstante conjunto das disposições orçamentais com reflexos no sector asseguram que o Governo disporá de um instrumento de natureza financeira para execução da sua política perfeitamente adequado no que respeita ao Comércio e Turismo.

Que pretende o Governo fazer na área do Comércio Interno?

Fundamentalmente três coisas: garantir as condições para um bom exercício da actividade comercial; assegurar o abastecimento do mercado a preços aceitáveis; garantir o cumprimento das exigências normativas, com ênfase especial no que respeita à defesa do consumidor.

O nosso comércio é representado, hoje em dia, por um conjunto enorme de empresas, a maior parte delas do tipo familiar, disperso regionalmente por todos os cantos do País. Tem uma tradição constituída ao longo de séculos de actividade, constituindo as associações de comerciantes, hoje em dia, mais do que simples agremiações de interesses, verdadeiras referências culturais.

Nada recebem directamente do orçamento. Não têm subsídios, não têm créditos bonificados, não têm isenções de impostos. Exercem a sua actividade com independência e o seu sucesso depende essencialmente do seu próprio esforço.

O Governo sabe que a prosperidade do comércio depende em primeiro lugar da prosperidade geral do País, mais do que nenhum outro sector. Ao entrarmos no terceiro ano consecutivo de crescimento, o Governo está certo de que este primeiro pressuposto está satisfeito.

Mas não nos esqueçamos que novos problemas se põem à actividade, problemas que se têm de encarar de frente. São as novas técnicas de comercialização, sobretudo de retalho; são os novos tipos de concorrência; é a liberdade de estabelecimento para comerciantes estrangeiros; são os novos serviços que há agora que prestar para poder vender; é o comércio clandestino, que desvirtua a concorrência e vicia as condições do seu exercício.

Todos estes problemas têm resposta, que, se dada a tempo, se traduzirá em última análise em benefício para os próprios e benefício para todos.

O Governo vai assim actuar, em estreita ligação com as associações do sector, no sentido de facilitar as adaptações necessárias, através de formação, de divulgação, da extensão do apoio às pequenas e médias empresas comerciais dos apoios que até agora se reservavam a empresas industriais, num ambiente em que se pode contar com a dinâmica privada muito vincada, o comércio como actividade empresarial continuará certamente em progresso e responderá sem sobressaltos aos novos desafios.

Os preços são influenciados, em medida apreciável, por factores relacionados com o comércio, tais como a facilidade de abastecimento, as condições gerais de concorrência, a transparência da intermediação, o controle dos preços administrados, a informação ao consumidor.

Todas estas armas serão usadas com decisão e, sobre tudo, com oportunidade.

Permito-me destacar aqui o papel essencial que há que atribuir à concorrência como factor número um de controle do crescimento dos preços. A sua defesa continuará a ser, por isso mesmo, ponto essencial da acção do Governo. O combate a todas as formas de adulteração da concorrência, mesmo as mais indiretas e as mais subtils, assume uma importância vital e não poderá ser afrouxada.

O controle administrativo dos preços continuará a ser restringido aos bens e serviços para os quais não há concorrência possível ou para casos excepcionais de perturbação anormal do mercado. E isto significa que o Governo aceita na sua plenitude aquilo que os factos vêm sistematicamente provando! Que a concorrência é muito mais eficaz no controle dos preços do que a sua fixação administrativa, a qual, nos tempos em que foi eleita como método privilegiado, nada controlou nem nada resolveu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Não admira: é muito mais fácil convencer uma autoridade administrativa de que um preço deve subir do que convencer dez milhões de consumidores.

No domínio do comércio externo, a aposta é também acertar o passo com os países económica e socialmente desenvolvidos.

Esta situação exige métodos e medidas diferentes das que tradicionalmente adoptámos e qualquer perspectiva meramente defensiva não acautela o desenvolvimento e nem sequer a sobrevivência.

A exiguidade do mercado interno exige que o aumento qualitativo e quantitativo das exportações surja como um imperativo nacional em qualquer modelo de desenvolvimento.

Na área dos bens de consumo, o diagnóstico mostra-nos que os actuais e potenciais mercados de destino dos produtos que constituem esta área se situam em mais de 80% nos países industrializados e que existe uma necessidade premente de aumento do valor acrescentado do produto.

Daí que os nossos esforços se tenham de concentrar na melhoria de qualidade, de uma maior elaboração dos produtos.

Passa isso pela criação de instrumentos que, interagindo com a produção, actuem sobre a própria concepção do produto final a vender.

A realidade é bem diferente nos bens de equipamento e serviços.

Nesta área, a oferta mostra-nos uma indústria de bens de equipamentos que, com raras excepções, se encontra num estádio ainda intermédio de desenvolvimento e um sector de serviços com um número razoável de empresas bem estruturadas e qualificadas.

Do lado da procura, os países em desenvolvimento são os naturais mercados das exportações nacionais. A realidade financeira da maioria destes países impõe-lhes que as condições de financiamento sejam determinantes nas suas opções de compra ao exterior.

Esta situação implica que qualquer projecto que vise promover o desenvolvimento das exportações destinadas a estes mercados passe obrigatoriamente por encontrar os adequados esquemas de financiamento que viabilizem operações de exportação.

Em concreto, e face às limitações no domínio de esquemas financeiros preferenciais, importará privilegiar o facto de Portugal ser membro das importantes agências internacionais que, de um modo ou de outro, estão vocacionadas para o financiamento ao desenvolvimento.

Por outro lado, as importações que o sector público alargado efectua, em particular nas áreas de energia e bens alimentares, designadamente provenientes de alguns países em desenvolvimento, poderão ser utilizadas na negociação de adequadas contrapartidas.

Ainda no domínio do reforço da presença comercial de Portugal em alguns mercados está a ser incrementada a colaboração estreita entre o Instituto do Comércio Externo e os serviços das embaixadas de Portugal em alguns países, de modo a criar uma corrente de informação comercial contínua. Esta solução está a ser jáposta em prática nos mercados da Tailândia, Tunísia e Paquistão, julgando-se que terá forte incremento durante o ano de 1988.

Independentemente destes projectos e destas linhas gerais, em 1988 serão mercados alvo na actividade promocional das nossas exportações: o mercado espanhol, para aproveitamento das condições favoráveis criadas com a adesão às Comunidades (uma forte e individualizada campanha promocional, a par da abertura de três ou quatro escritórios do Instituto espalhados pelo território espanhol, serão alguns dos aspectos a contemplar neste mercado, e ainda, acrescento agora, com o objectivo de aproveitar as condições extremamente favoráveis que foram obtidas com o novo acordo comercial, ontem anunciado pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros); o mercado italiano, com o objectivo de sustar o desequilíbrio das trocas comerciais que se vêm agravando, e os mercados de países de comércio de Estado, onde perspectivas muito favoráveis estão neste momento abertas.

Quanto aos obstáculos que recaem sobre as exportações portuguesas nos mercados de destino, a actuação do Governo tem a ver com a detecção e o combate dos obstáculos não pautais a que, em maior ou menor grau, todos os países se socorrem para defesa dos respectivos mercados, à revelia das regras internacionais vigentes nesse domínio.

Ao considerar o turismo como sector chave do progresso do desenvolvimento económico, o Governo não só reconhece a importância económica e social que já alcançou, como também lhe atribui um papel relevante no processo de dinamização da actividade económica com vista a aproximar a economia portuguesa dos níveis europeus. Este ano as receitas rondarão os 300 milhões de contos e para o ano já temos a certeza de que serão ainda maiores.

No entendimento de que os próximos quatro anos serão decisivos para preparar uma nova fase de desenvolvimento turístico, impõe não só pelas novas condições e pelos novos factores que determinam a evolução do turismo interno e externo, mas também pela necessidade de vencer os actuais desequilíbrios, a política turística visará a transformação qualitativa do turismo português em todas as suas componentes, em consonância, aliás, com os princípios definidos no Plano Nacional do Turismo.

A competitividade externa do turismo português não pode continuar a basear-se na prática de preços baixos, mas antes na relação qualidade/preço, o que implica o reforço da qualidade da oferta e a melhoria do serviço prestado. A quantidade deixará definitivamente de ser o critério do progresso.

O aproveitamento das potencialidades criadas pela adesão de Portugal à CEE, em particular no domínio dos apoios financeiros, terá aqui um papel importante.

Com vista à melhoria do serviço prestado e à dignificação das profissões do sector, a formação profissional constituirá o núcleo central da política turística através do reforço dos meios de formação, do enquadramento legal das profissões e da modernização do ensino.

Em 1988 entrará em funcionamento a Escola Hoteleira de Lisboa, em instalações mais amplas e mais dignas, permitindo aumentar a sua capacidade de formação e de prestar maior assistência aos países de expressão portuguesa, e será concluída a Escola Hoteleira de Coimbra. A continuação dos trabalhos de construção, já iniciados, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, que deverá entrar em funcionamento no ano lectivo de 1990, bem como da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, prevista para entrar em funcionamento em 1991, completarão o programa de estruturas que irá permitir dispor de melhores condições de formação.

Embora se trate de um esforço financeiro sem precedentes na história do turismo português, convirá realçar o facto de que a construção destas escolas garantirá a reformulação do ensino em novos moldes e a contemplação de novas áreas de formação.

Para que a transformação qualitativa do turismo seja consistente deverá ser acompanhada de uma política de diversificação.

Nesta linha o Governo dará uma particular atenção ao desenvolvimento do turismo nas áreas de ordenamento turístico criadas pelo Plano Nacional do Turismo, assim se contribuindo para a atenuação das

assimetrias regionais, promoverá a renovação e recuperação do parque termal existente, fomentará o turismo no espaço rural e o desenvolvimento de novas actividades turísticas, de entre as quais se destaca o turismo cinegético pelos efeitos que gera e pelos rendimentos que proporciona às populações locais.

O turismo interno, que constitui uma importante componente da procura global, mas que desde há alguns anos tem vindo a acusar diminuições sucessivas, embora durante o corrente ano tenha começado a recuperar, será considerado na política turística com a necessária atenção.

Finalmente, importa fazer referência à promoção turística.

A promoção turística terá, pois, de ser intensificada por forma a aumentar a nossa participação noutras mercados e a captar novos segmentos de mercado, através da racionalização e aplicação mais eficaz das verbas disponíveis e da acção conjugada e coordenada com as regiões de turismo.

É essa no fim de contas a regra geral da gestão do orçamento relativo ao Comércio e Turismo. Não precisamos de gastar mais, mas vamos, com certeza, gastar melhor.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Helena Torres Marques, João Corregedor da Fonseca, Manuel dos Santos e Octávio Teixeira.

Tem a palavra o Sr. ^a Deputada Helena Torres Marques.

A Sr. ^a Helena Torres Marques (PS): — Gostaria de ter ouvido o Sr. Ministro do Turismo falar do comércio, já que não temos um ministro do turismo. Tenho pena de ter ouvido o Ministro do Comércio falar do turismo.

Queria, muito rapidamente, perguntar-lhe o seguinte, Sr. Ministro: tenho aqui a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1987, propondo um artigo com incentivos fiscais ao turismo de exportação. Também tenho aqui a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1988 extinguindo os benefícios fiscais para o turismo de exportação e pergunto-lhe, Sr. Ministro, que coerência tem este governo, que possibilidades têm os investidores no sector do turismo de acreditar na política de turismo deste governo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — V. Ex. ^a deve saber, com certeza, que em 1987 se assistiu a uma deterioração da nossa balança comercial. Isso parece ser um facto, que se verificou e registou.

V. Ex. ^a também falou sobre uma possível diversificação dos nossos mercados comerciais. A verdade, Sr. Ministro, é que desde a entrada na CEE tem havido uma forte concentração comercial de Portugal com os países da CEE, o que só poderá, na nossa opinião, ser negativo para o nosso país, que ficará cada vez mais dependente dos mercados da Comunidade.

V. Ex. ^a falou, no entanto, que está a pensar abrir escritórios, obter relações do Instituto do Comércio Externo, creio eu, da Tailândia, Paquistão, etc....,

mas, já agora, Sr. Ministro, gostaria, se fosse possível, que diversificasse um pouco mais: quais são as intenções do Governo em termos do comércio externo de Portugal com o estrangeiro?

Há, no entanto, uma outra questão, que não percebi muito bem logo no início da sua intervenção, em que o Sr. Ministro diz que o Governo se apresta para alargar os apoios às pequenas e médias empresas comerciais — creio que foi isso —, dizendo que vai alargar os mesmos apoios existentes às pequenas e médias empresas industriais.

Ora, como nós sabemos, as PMEs estão numa situação grave, apesar de o Sr. Ministro do Planeamento há pouco se ter referido a umas intenções governamentais. Nós sabemos qual é a situação das PMEs: há falências, há problemas muito graves.

Se na realidade vão ser dadas às pequenas e médias empresas comerciais — não entendo muito bem o que são as pequenas e médias empresas comerciais — os mesmos apoios que são dados à indústria, gostava que o Sr. Ministro pudesse fazer o favor de explicitar um pouco mais esta intenção governamental.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Ministro, não é propriamente uma intervenção, mas um telegrama, por razões óbvias. Espero, aliás, que V. Ex.^a, com o muito tempo que ainda tem, dedique à questão que lhe vou colocar boa parte desse seu tempo.

No Programa do Governo, V. Ex.^a referia que era necessário desenvolver e incrementar o comércio externo e elencava uma série de medidas que o Governo se propunha desenvolver para isso.

Hoje, na sua intervenção não se referiu ao Instituto do Comércio Externo, penso eu; por outro lado, não mandou à Comissão da Indústria, Comércio e Turismo o orçamento do referido Instituto.

Qual é o significado político da sua não referência e, sobretudo, do não envio à Comissão desse documento, que V. Ex.^a, aliás, se havia comprometido a enviar?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ao ouvir o Sr. Ministro, fico com a sensação de que houve uma revolução neste governo em relação ao governo anterior, na medida em que tudo aquilo que é prometido pelo Sr. Ministro em termos de alteração de dinamismo, etc., etc., não existiu durante dois anos.

Não sei se houve uma alteração em termos de perspectiva do Governo, ou se é apenas a questão da mudança do ministro. Isto é importante do nosso ponto de vista para que possamos ponderar aquilo que é afirmado com aquilo que se pode prever em termos de execução.

De qualquer modo, gostaria de lhe levantar duas ou três questões. Quando se refere à questão do comércio externo, de acertar o passo com os países mais desenvolvidos, vem-me logo à ideia se esse acertar o passo seria em termos de défice, face à recente evolução do défice comercial, ou, quando se fala em acertar o passo com países mais desenvolvidos, se será o problema de

acertar o passo em termos do aumento galopante do défice, como se está a verificar este ano de 1987, como conhece perfeitamente.

Em relação à questão das exportações como vector fundamental da economia portuguesa, por razões que o Sr. Ministro aduziu, e, por consequente, é nelas que se baseia para apresentar as exportações como um vector fundamental do desenvolvimento económico português, a questão que lhe coloco é esta: Sr. Ministro, como, se a realidade é que as nossas exportações têm vindo a evoluir nos últimos tempos a ritmos que podemos e devemos considerar positivos, se assentam cada vez mais em sectores tradicionais de baixo valor acrescentado e, mais do que isso, assentam em sectores tradicionais que produzem produtos cuja evolução prevável — quase se poderia dizer certa —, a médio prazo, no mercado internacional é negativa para Portugal?

Quer dizer, estamos a reforçar as nossas exportações neste momento em sectores que, por um lado, têm um baixíssimo valor acrescentado, e, por outro, não têm perspectiva de futuro em termos de mercado internacional, não têm perspectiva de futuro em termos de aumento das exportações.

Gostaria de, daqui a algum tempo, poder ter a confirmação da perspectiva que levantou — e que nós há tanto tempo vimos a chamar a atenção para isso — dos acordos de compensação, e que o Sr. Ministro chamou de adequadas contrapartidas.

Por conseguinte, não é o problema da designação, mas sim o facto de nós sermos grandes importadores de algumas matérias-primas, designadamente de petróleo bruto, e há que aproveitar esse peso que não temos na importação para negociar as exportações. Sr. Ministro, 50% do orçamento do Ministério são destinados ao Instituto do Comércio Externo.

O orçamento do Ministério tem obrigatoriedade legalmente de ser enviado à Assembleia da República. Não é um favor que o Ministério faz, o orçamento tem de ser enviado à Assembleia da República, porque a proposta orçamental tem de ser acompanhada do orçamento e é esse orçamento, que é importante, que falta.

Mas, para além disso, um problema que me parece importante e sobre o qual já falámos na Comissão — e até lhe digo quais são as medidas que o Governo vai tomar para isso — é o problema do financiamento da exportação. Não quero referir aqui apenas o problema do apoio creditício à exportação; não é isso, é o problema do financiamento a médio e a longo prazo da exportação.

Nós temos sectores de actividade que podem aumentar a exportação substancialmente e são sectores importantes na nossa economia, designadamente em termos de trabalho, e esses sectores não aumentam a exportação pura e simplesmente porque, precisamente, não têm o apoio financeiro para concorrer com outros países, o que é absolutamente essencial.

O Sr. Ministro já referiu que quer fazer isso, mas ainda não conseguiu ver da parte do Governo quais são as medidas, quais são as ações, que vai tomar para que isso suceda.

Finalmente, a questão do turismo. Fico muito admirado por o Sr. Ministro já ter a certeza absoluta de que as receitas do turismo vão aumentar em 1988; não sei se já há *over booking*, mas admito que sim, que já há, e que o Sr. Ministro já o conheça, mas o problema é o aumento da qualidade do turismo no sentido de poder dar uma maior receita.

Sr. Ministro, uma questão é o verbo, outra questão é a verba. Onde é que está a verba para que possam ser feitas as obras necessárias de infra-estruturas nas principais regiões turísticas para que possa ser melhorada a qualidade do turismo, porque não são apenas as instalações hoteleiras que estão em causa, é todo o meio circundante e aí as infra-estruturas têm de ser financiadas pelo Estado. Onde está o verbo, onde está a verba para confirmar o verbo do Sr. Ministro?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro do Comércio e Turismo, dispõe de doze minutos para responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, na proposta de lei de orçamento não está escrito que se vão extinguir os benefícios fiscais, apenas se pede autorização para se proceder à revisão no sentido da redução desses incentivos. Embora muitos deles se refiram ao turismo, ninguém mais do que eu estará de acordo com essa revisão no sentido da redução. Temos a convicção — que passará a certeza — e estou convencido de que em breve parte desses incentivos não tem qualquer justificação moral, pelo que temos de ter muito cuidado e muita cautela em utilizar esse esquema como estímulo, uma vez que estamos a falar de um sector em que, certamente, uma parte precisará desses incentivos, mas outra, nomeadamente aquela que se reporta a investimento de origem estrangeira, talvez esteja a beneficiar indevidamente de um estímulo que não é eficaz, nem sequer útil, e que, provavelmente, neste momento até é imoral. É esse, evidentemente, o sentido da revisão e da redução.

Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, a balança comercial, como todos sabemos, tem piorado este ano, mas também não de forma alarmante. A taxa de cobertura está neste momento em qualquer coisa como perto de 70%, mas uma análise mais cuidada das várias rubricas da balança comercial indica que essa deterioração se tem verificado essencialmente por força da importação de equipamento, ou seja, de bens de investimento, o que aliás era de esperar, numa altura em que o investimento cresce da forma que está a crescer, que tivesse reflexos na balança comercial. Importante, na minha opinião, é, contudo, o excelente comportamento das exportações, uma vez que, como todos sabemos, não goza de estímulos que podemos considerar pouco naturais, como por exemplo o estímulo cambial para aumentar as suas exportações.

As intenções de diversificação do comércio externo com o estrangeiro, julgo que as referi aqui. As mais importantes são, na minha opinião, as que se referem a tentar atacar algumas relações bilaterais que se apresentam neste momento mais degradadas, como é o caso da Espanha e da Itália, pior a Itália do que a Espanha, e isso com acções concretas, e alguns dos passos já foram dados nesse sentido; um maior fluxo comercial com os países de comércio de Estado, onde julgo que existem grandes hipóteses de fazer operações comerciais importantes e que nos beneficiem e, ainda, com alguns países em desenvolvimento, onde de facto se põe um problema, que é um problema importante, e que muitas vezes o que se está a vender nesses países

não é propriamente o produto, mas sim a forma de financiamento desse produto, e isso põe problemas adicionais, mas julgo que, em alguma medida, poderão ter solução.

Quando falei da extensão dos apoios às pequenas e médias empresas referia-me às pequenas e médias empresas comerciais: em cada esquina, nas cidades, é o caso das lojas, por exemplo.

É evidente que o tipo de apoio que se deve prestar e que se faz tenção de estender a esse tipo de empresas não é propriamente o apoio à sua exploração nem às condições de exploração. Isso não é o importante. O importante é o apoio que se deve prestar à alteração da sua própria capacidade no sentido de se adaptarem bem às mudanças que se estão a verificar neste campo, nomeadamente aquelas que referi e sobretudo as novas tecnologias, as novas formas de estar no mercado e concorrer. Estes são problemas que em si têm de ser resolvidos, mas, uma vez ultrapassados, virão com certeza a beneficiar muito as próprias empresas. Na verdade, são apenas problemas de progresso.

O orçamento do Instituto do Comércio Externo, como se sabe, aparece rubricado no Orçamento do Estado através de duas grandes rubricas. O Instituto do Comércio Externo recebe as suas receitas através do Gabinete do Ministro do Comércio e Turismo e elas estão convenientemente rubricadas.

A razão por que não apresentei o orçamento do Instituto do Comércio Externo é porque ele ainda não está aprovado, isto é, ainda não existe, e não estará enquanto a Assembleia não aprovar este Orçamento do Estado, uma vez que só depois disto, de acordo com a competência que me é conferida para aprovar o orçamento do Instituto do Comércio Externo, o poderei fazer.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Já viram isto?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Oh, Sr. Ministro!...

O Orador: — Em todo o caso, terei muito gosto em enviar aos Srs. Deputados, embora atrasado, o projecto de orçamento que neste momento existe para o Instituto do Comércio Externo. As grandes rubricas estão certas e são aquelas que são propostas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Isto é uma disparate.

O Orador: — O Sr. Deputado Octávio Teixeira pergunta se agora há dinamismo e se dantes não havia. Sr. Deputado, evidentemente que não é este o sentido das palavras que foram produzidas. Não se trata de uma resolução do Governo; a questão é completamente diferente. Há é que tomar as medidas que estejam certas para a altura certa. Julgo que, neste momento, o programa que é apresentado junto ao orçamento e as acções que foram tomadas, de acordo com o instrumento financeiro de que se dispõe, são os mais correctos para o ano de 1988. E é esse o sentido da declaração de acções que vamos fazer e tomar durante o ano de 1988.

Perguntou-se o facto de se acertar o passo tem o significado de aumentar o défice. Evidentemente que não, Sr. Deputado. A situação do défice da balança comercial já foi explicada e penso que — e insisto — o ponto positivo na situação da balança comercial é o excelente

comportamento das exportações, o que indica talvez até mais do que condições macroeconómicas que possibilitem esse aumento. Julgo que as exportações implicam, sobretudo, uma mudança de mentalidade da nossa estrutura produtiva.

Toda a gente sabe que temos uma estrutura de exportação concentrada em determinados sectores. Isso é evidente e nós conhecemos essa estrutura, mas isso não significa que vamos tentar prejudicar esses sectores e essas exportações só porque não são exactamente as que nós queremos. O que podemos fazer é desenvolver os outros sectores e o Sr. Deputado saberá que hoje essa mudança já se verifica. Aliás, uma leitura atenta da nossa Constituição já indica isso mesmo, se não repare, por exemplo, no peso enorme que está a ter, neste momento, nas nossas exportações, a exportação de veículos automóveis, de equipamento ou de maquinaria eléctrica, que são, de facto, fenómenos novos na nossa estrutura da balança comercial. Recordo, por exemplo, que em relação à Espanha — onde as nossas exportações estão a crescer a um ritmo superior ao das importações, ou seja, a taxa de cobertura está a progredir — se verifica a pouca importância que tem na relação bilateral o comércio dos têxteis, ou pelo menos que tinha até ontem, depois de assente o acordo anunciado pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em relação à questão do financiamento à exportação, estou inteiramente de acordo com o Sr. Deputado, pois é, de facto, a chave para o aumento de exportação, sobretudo em determinadas circunstâncias, determinadas áreas e determinados equipamentos.

É necessário trabalhar nesse sentido, aliás isso foi também anunciado por mim na exposição que tive ocasião de fazer. A forma de o fazer releva mais do aproveitamento e da alteração de tecnologias de apoio financeiro à exportação do que propriamente de uma questão orçamental. Devo, no entanto, dizer que estamos muito atentos a esta questão e a experiência do dia-a-dia diz-nos que temos algumas possibilidades neste campo e que, em muitos casos, tal como já referi, o que se está a vender a determinados países não é propriamente o produto nem o equipamento, mas sim a forma especial de financiamento que se faz desses produtos.

Em relação ao aumento das receitas do turismo para o próximo ano, devo dizer que as certezas que temos são apenas previsões, que, aliás, são fáceis de fazer, uma vez que parte dos contratos para a próxima época são feitos agora, e nós temos esses sinais precoces que nos vão chegando, podendo fazer a partir daí algumas extrapolações. Evidentemente que a certeza que temos tem o limite de toda a previsão.

Naturalmente que as obras de infra-estruturas são importantes, mas não só para o turismo, são-no para todo o País. E aqui temos de ter muito cuidado e muita cautela para não confundir fazer investimentos do turismo para desenvolver o turismo ou fazer investimentos que são realmente necessários para o País. Não podemos inventar um país para o turismo, pois não é isso que está em causa. Não podemos construir Portugal de norte a sul, abrir estradas, fazer portos, fazer saneamento básico simplesmente porque precisamos de desenvolver o turismo; não é essa a motivação, mas claro que o turismo se ressente quando há falta desse tipo de equipamentos. Julgo, em todo o caso, que temos progredido muito mais nos últimos

anos do que vínhamos pregredindo anteriormente. Aliás, muitos dos problemas do turismo não passam sequer por essa carência, embora saibamos que alguns são induzidos por falta de infra-estruturas dessa ordem, mas, repito, a maior parte deles nem sequer passa por isso. Penso que o que é importante são as próprias infra-estruturas turísticas de oferta — não tanto as infra-estruturas — que hoje em dia deverão ter maior tendência a captar o mercado que não era o nosso mercado tradicional. Ora, isso é possível conseguir através de uma selecção grande do tipo de estímulos e de incentivos que se vão dar, alguns deles de ordem financeira, e que vão ser com certeza bastante importantes e bastante significativos e, sobretudo, bastante conectores da oferta que está na altura de alterar.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Amorim.

A Sr.ª Luísa Amorim (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs Deputadas, Srs. Deputados: A condição feminina mereceu do Programa do Governo uma página em duzentas, algumas linhas das GOPs e não consta sequer do PIDDAC!

Referir a condição feminina, algumas discriminações e a necessidade de igualdade de oportunidades começa a ficar bem nos discursos eleitorais e nas declarações de intenções.

É um sinal da mudança dos tempos e a conquista desse espaço é das mulheres.

Foi aprovado, em 1979, o Decreto-Lei n.º 392/79, que previa a publicação pelo Ministério do Trabalho de uma portaria anual de fixação de quotas na formação profissional para as mulheres.

No entanto, nunca, desde 1979, o Ministério do Trabalho publicou qualquer portaria nesse sentido, nem o PIDDAC deste ano o prevê.

O mesmo se passa com o Ministério da Educação, apesar de um protocolo assinado, em 1984, entre este Ministério e a Comissão da Condição Feminina sobre um programa comum em relação à «igualdade de oportunidades das raparigas e mulheres». Também no PIDDAC da educação nada consta!

Sobre as verbas para a Comissão da Condição Feminina, estas mantêm-se em termos reais e são praticamente obsorvidas pelas despesas de pessoal, que são 82,2% do orçamento previsto. Será que, a exemplo da Comissão da Condição Feminina da Assembleia da República, o Governo, se não a consegue eliminar, quer reduzi-la a fachada, para CEE ver?

Neste ataque aos direitos das mulheres enquadrava-se também o recente Decreto-Lei n.º 36/87, que penaliza a maternidade, já que uma trabalhadora que falta por doença no 4.º mês após licença de maternidade perde o direito ao subsídio de doença, do mesmo modo que uma trabalhadora que no 5.º e 6.º mês de gravidez tenha tido baixa por doença perde o direito ao subsídio de maternidade.

Por outro lado, com este decreto volta-se dez anos atrás e considera-se a maternidade ao mesmo nível que doença. Estar grávida, Srs. Deputados, não é estar doente!

Srs. Deputados e Sr.ªs Deputadas: A subalternidade e a marginalização a que a mulher se vê sujeita e que o poder instituído faz uso e abuso fazem-se sentir em todas as áreas da vida social, política, familiar e

cultural. No mundo do trabalho é-lhe recusada a sua independência económica, já que, de facto, tem actualmente o privilégio de ser a primeira a ser despedida e a última a conseguir emprego.

Sendo o direito ao trabalho e à estabilidade de emprego, indissociável da igualdade de oportunidades e tratamento, impunha-se, face a esta realidade, uma política de emprego e formação profissional, de modo a combater a realidade actual de desemprego, subemprego e trabalho precário das mulheres.

O que prevê o Orçamento do Estado, de acções positivas, neste campo, Srs. Deputados? Nada! E, Sr. Ministro da Tutela, não desistimos de perguntar. Cabe a V. Ex.^a continuar a mostrar que não quer responder!

Mas, Srs. Deputados, não é de facto apenas na área da condição feminina que se põem as nossas preocupações face ao Orçamento.

Também analisando a área da educação verificamos que, se há um crescimento de verbas, estas estão longe de corresponder ao desinvestimento que o sector tem sofrido ao longo dos sucessivos anos.

As verbas inscritas dificilmente permitirão que, em 1988, se dêem passos significativos para cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente no que se refere ao alargamento da rede escolar decorrente da passagem da escolaridade obrigatória de seis para nove anos.

E quanto ao analfabetismo? E as verbas da Acção Social Escolar? Não vemos como se poderão dar passos significativos, já que as verbas continuam irrigórias...

As universidades, um dos sectores mais sacrificados do actual orçamento, ver-se-ão impedidas de desenvolver vários projectos em curso.

É que dizer da passagem forçada para as autarquias do pessoal não docente de educação pré-escolar, do ensino primário e do ciclo preparatório TV, bem como de responsabilidades na área de investimentos na construção escolar, nomeadamente quando as autarquias se vêem estranguladas financeiramente?

Perante esta realidade, é com apreensão que vemos mais um adiamento na efectiva criação de igualdade de oportunidades no acesso e sobretudo no sucesso escolar para todos, conforme determina a Constituição da República.

E na área da saúde que podemos dizer? Ai, Srs. Deputados, o futuro é ainda mais inquietante.

Desde 1985 que as transferências do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional de Saúde (em relação às despesas globais do Estado sem PIDDAC) não param de diminuir, e para 1988 serão as mais baixas dos últimos dez anos.

E que dizer das verbas do Serviço Nacional de Saúde para 1988, nomeadamente para os hospitais distritais, que crescem apenas 5,1%, o que quase não chega para pagar salários?

Relativamente aos investimentos no sector da saúde, a situação é ainda mais grave.

No orçamento inicial de 1987 para o PIDDAC não foi executado cerca de 1 milhão de contos (senão mais!), face aos dados controversos apresentados pelo Ministro das Finanças e pela Ministra da Saúde.

Também no Orçamento de 1987 se previa para o PIDDAC de 1988 13 milhões de contos, mas o que aparece na proposta de orçamento de Estado para 1988 é apenas 8,4 milhões de contos, ou seja, menos 4,7 milhões de contos do que se previa.

Analisadas estas verbas desagregadas, verifica-se que o corte das verbas entre o previsto e o proposto para 1988 é exactamente nos chamados «projectos em curso», que passam praticamente para metade. Alguns (e muitos!) projectos em curso ficarão pois pelo caminho!

Também na Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde o PIDDAC se reduz em 3,9 milhões de contos.

É exactamente na rubrica dos centros de saúde que o corte leva a uma verba, para este ano, de 384 000 contos, ou seja, uma diminuição de 61,6%!

O mesmo acontece com a verba desta Direcção-Geral para os hospitais centrais, que, tendo orçamento previsto de 2 748 000 contos, vê a sua verba reduzir-se para 800 000 contos!

Reduzindo todos estes investimentos do PIDDAC, facilmente se prevê o futuro do Serviço Nacional de Saúde e como o Estado e o Governo se posiciona face às alternativas a este. Na verdade, o Governo defende por este Orçamento do Estado um papel cada vez mais supletivo do Estado na área da saúde a favor do privado.

Com os medicamentos, passa-se o mesmo. A medida governamental de redimensionamento das embalagens mais não serviu, como se vê no Orçamento do Estado, do que para aumentar os encargos do Estado neste sector, aumentar os lucros das multinacionais e lesar os doentes, que os pagaram mais caros. O Governo gastou em 1987, incluindo o aumento da dívida, mais 6 milhões de contos do que o previsto.

Para 1988, está previsto no Orçamento um pequeno aumento na verba de medicamentos de 6,7%. Ou o Governo controla e reduz os lucros das multinacionais do sector ou, à semelhança do ano anterior, serão os doentes que os virão a pagar com um agravamento do preço público destes.

Mas, Srs. Deputados, o que dizer do «saco azul» deste Ministério — o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) —, que vê duplicar a sua verba para 1988, atingindo os 2 milhões de contos? Quem vai beneficiar?

A finalizar citarei ainda o anúncio estranho, feito pela Sr.^a Ministra na Comissão de Saúde, do início da construção dos Hospitais de Matosinhos e da Amadora, este último com uma verba no PIDDAC de 20 000 contos, que nem chega para o projecto! Segundo a Sr.^a Ministra, ele avançaria com créditos externos não orçamentados e pagáveis a três anos! Que estranho orçamento Sr. Ministro das Finanças!

Srs. Deputados, preocupa-nos também o estatuto remuneratório dos trabalhadores da saúde, sem estímulo, sem condições dignas para o exercício da sua profissão, bodes expiatórios de um sistema.

Tendo em conta a proposta apresentada pela Coordenadora Nacional do Sindicato dos Médicos, consideramos necessário a adequação salarial dos trabalhadores da saúde, de modo a responsabilizar e dignificar o papel determinante de todos os trabalhadores da saúde.

Esta é mais uma questão a que espero que a Sr.^a Ministra dê uma resposta concludente.

Srs. Deputados, Portugal é dos países que gasta menos com a saúde. Para 1988, a percentagem de saúde do PIB é de apenas 3,95 (dado diferente do do Governo) quando a média nos países da OCDE, já em 1984, era de 7,5%.

De toda esta análise do orçamento para a saúde ficamos claro como se pretende estrangular o Serviço Nacional de Saúde — constitucionalmente geral, universal e gratuito — para se privilegiar de facto a medicina privada dos grandes grupos económicos e os seguros de doença.

A isto se oporá o PCP, defendendo e lutando pelas suas alternativas e por uma política de saúde que sirva o Portugal democrático.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr.ª Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Sr.ª Deputada, não considera gravosa a omissão, no PIDDAC, de qualquer verba dirigida especificamente às mulheres — o que, aliás, contradiz a declaração de objectivos das Grandes Opções do Plano —, no que respeita à não discriminação do acesso das mulheres ao emprego? Não acha que esta omissão compromete a proclamada pretensão do Governo de modernizar a sociedade portuguesa, dado que hoje em dia é inconcebível que se pense modernizar uma sociedade não contando com a participação da mulher?

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Meneses.

O Sr. Luís Filipe Meneses (PSD): — Sr.ª Deputada, a sua intervenção é caracterizada pela falta de rigor habitual das intervenções da sua bancada quando fala destes assuntos.

Protestos do PCP e da ID.

E muito sumariamente focar-lhe-ei quatro ou cinco pontos em que essa falta de rigor é notória.

A Sr.ª Deputada referiu que não foi executado 1 milhão de contos do PIDDAC da saúde mas a senhora sabe muito bem — porque ainda hoje foi distribuída a todos os grupos parlamentares uma folha vinda do Ministério do Planeamento que corrige a forma inicialmente distribuída, que, aliás, o Sr. Secretário de Estado, na reunião com a Comissão de Saúde, tinha esclarecido — que a execução do PIDDAC da Saúde rondou os 97%.

Em relação aos centros de saúde, a Sr.ª Deputada disse que o Governo subalternizou os cuidados de saúde primários. Pois, Sr.ª Deputada, compare com os dados do ano passado referentes aos cuidados de saúde primários e verificará que, em termos percentuais, no orçamento de funcionamento, passamos do valor de 18% para um valor de 25%.

No que respeita aos hospitais centrais, diga-me qual foi o outro governo que num só ano avançou com tão grande número de projectos como este. Avançou com os hospitais novos da Amadora/Sintra e de Matosinhos, afectou verbas à expansão dos Hospitais de Vila Nova de Gaia e de São Francisco Xavier, além de lançar o Hospital da Prelada.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No que toca ao défice, que não é espectacular, como a Sr.ª Deputada quis dizer, eu pergunto até que ponto o seu partido não é o grande responsável por ele, pois na discussão do orçamento do ano passado inviabilizou as taxas moderadoras, tão necessárias naquela altura.

Protestos do PCP.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não pode ser!

O Orador: — E pergunto-lhe mais, Sr.ª Deputada: pergunto-lhe se um instrumento tão fundamental para a gestão dos hospitais como o decreto de gestão que o seu partido ajudou aqui a chumbar não teria sido um mecanismo fundamental para começar a gerir de maneira adequada, como o Governo tem defendido, os dinheiros da saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Amorim.

A Sr.ª Luísa Amorim (PCP): — Sr. Deputado, lamento chegar à Assembleia da República e encontrar uma verborreia anticomunista tão violenta...

Protestos e risos do PSD.

Pode-se rir, Sr. Deputado, mas nós lutámos pela democracia e democracia implica respeito. E o Sr. Deputado usou uma linguagem a que eu não estou habituada.

Sr. Deputado, em relação àquilo que pretende comprovar por este documento que foi entregue à última hora, tentando limpar as incoerências de informação entre o Ministério das Finanças e o Ministério da Saúde, quero dizer-lhe, e gostaria que ouvisse — embora não me tenha perguntado para que eu lhe respondesse, porque está distraído (vejam como realmente a pergunta pretendia esclarecimento!) —, que neste documento se diz exactamente que não se gastou 1 milhão de contos, ou melhor, 900 000 contos... talvez o Sr. Deputado esteja pouco alarmado com o facto de eu ter generalizado!

Entretanto, em relação aos novos hospitais, queria dizer-lhe — embora também tenha estado presente na Comissão de Saúde — que a Sr.ª Ministra, nessas Comissões, deu a informação, para nós muito estranha, de que, de facto, a verba para esses hospitais era de 20 000 contos (que é irrisória, como referi na minha intervenção, nem sequer dá para os projectos) e que o resto não está orçamentado. Enfim, estranhamos que o Orçamento seja feito com verbas que não constam dele, mas foi a Sr.ª Ministra que deu esta informação.

Quanto às taxas moderadoras, queria dizer-lhe que não falei em défice, mas as taxas moderadoras implicavam apenas uma entrada de 500 000 contos.

Protestos do PSD.

Em relação aos centros de saúde, não me referi ao PIDDAC, mas sim ao Orçamento.

No que respeita à pergunta da Sr.ª Deputada Natália Correia, infelizmente não tenho mais tempo para intervir e, assim, digo apenas que mais de metade da população deste país são mulheres, e não contar com

elas para o seu desenvolvimento é não só limitar uma parte da nossa população como é lesar fortemente o desenvolvimento e o futuro de Portugal e da humanidade.

Por outro lado, o facto de não haver verbas no PID-DAC destinadas às mulheres é significativo da misogenia deste governo.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da Sr.ª Deputada Natália Correia.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Convido-vos a analisar comigo as propostas que o Governo nos faz para a política fiscal.

Em primeiro lugar, vejamos o rigor com que vem elaborada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Que crédito devemos dar às estimativas das receitas fiscais que o Governo agora nos propõe quando foram calculadas exactamente pela mesma equipa do Ministério das Finanças que em 1987 se enganou, rigorosamente, em 113 milhões de contos? E estes erros de previsão ficam a dever-se a quê?

Ao facto de este ano se receberem menos 77 milhões de contos do que o previsto na cobrança do IVA, do imposto de transacções, do ISP, do imposto de capitais e da contribuição industrial.

Tendo em atenção que o IVA é um imposto que varia com a procura interna, a qual cresceu em Portugal mais do que em qualquer outro país da CEE e também com a inflação, como poderia a sua cobrança cair 40 milhões de contos? O excesso de optimismo, como disse o Sr. Ministro do Planeamento, é por si só um erro.

E como poderia a contribuição industrial, imposto que reflecte o lucro das empresas, cair 9 milhões de contos, quando tanto se fala nos excepcionais resultados de exercício das empresas nos últimos dois anos e quando o próprio Governo chegou mesmo a convidar as empresas a apresentarem lucros superiores a 35 % para não serem fiscalizadas?

Que razões podem estar subjacentes a uma tão grande quebra de receitas fiscais? Na nossa perspectiva tal resulta de uma enorme evasão fiscal e de uma enorme incapacidade de prever, controlar e fiscalizar a cobrança dos impostos.

Mas, se nestes casos houve fuga, noutras a cobrança foi bem superior à prevista. Está mesmo a ver-se que estes são impostos sobre o trabalho: no imposto profissional cobrar-se-ão 5 milhões de contos a mais e no complementar, o tal imposto que é já por si um complemento do profissional, mais 12 milhões de contos!

Para fazer face a esta situação de quebra de receitas, que prevê o Governo? A solução menos adequada: agravar as taxas dos impostos, o que significa que os que não podem deixar de os pagar ficarão ainda mais sobrecarregados, para compensar aqueles que conseguem escapar, ou seja, em matéria de impostos, a política que o Governo nos propõe é que pague o justo pelo pecador.

O imposto profissional terá as suas tabelas actualizadas de 6 %, quando os aumentos salariais médios em 1987 foram de 11 %, isto é, sem ganharem mais em termos reais, os trabalhadores subirão de escalão e pagará mais.

E as tabelas do imposto complementar, essas nem da inflação esperada pelo Governo serão actualizadas. Assim o Governo prevê que as receitas do imposto complementar praticamente dupliquem de um ano para o outro.

Sabem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, qual o resultado desta política? É o seguinte: os impostos sobre o trabalho num ano em que se diz que os trabalhadores foram obrigados a grandes sacrifícios como foi 1985 representavam 33 %, ou seja, um terço do total dos impostos directos, enquanto no ano de grande desafogo financeiro como se previa que fosse 1988 passam a representar 40 %.

E, se considerarmos o imposto profissional a pagar pelos funcionários públicos, os trabalhadores passarão a pagar 47 %, ou seja, praticamente metade do total dos impostos directos, que pela sua natureza incidem sobre os rendimentos.

Esta é a política de protecção dos trabalhadores e de justiça social vista por este governo.

E curioso também notar que, constituindo os funcionários públicos 12 % da população activa, venham a ser responsáveis por 30 % da receita do imposto profissional. Como será isto possível? Será que este governo ainda nos vai querer convencer que os funcionários públicos afinal até estão bem pagos?! Ou será que também esta não é uma estimativa rigorosa e que o seu valor real virá a ficar bem aquém das previsões?

E, para o IVA, que nos propõe o Governo face à quebra dos 40 milhões de contos na sua cobrança? Subir as taxas, evidentemente! Então a taxa normal de 16 % passa a 17 %, o material didáctico deixa de estar isento e passa a pagar IVA (numa eventual tentativa de contrariar os esforços do Ministro da Educação para reduzir o insucesso escolar), as alfaias agrícolas, que estavam isentas, passam a pagar 8 % e o Governo decreta que em 1988 passarão a ser considerados bens de luxo, com taxas de 30 %, objectos tão «dispensáveis» como os aquecedores, os fornos de cozinha, as máquinas de lavar loiça, os televisores e mais quinze outros electrodomésticos.

Já estamos a imaginar o aumento de verbas que terá de ser autorizado pela maioria nesta Assembleia para o combate ao contrabando.

Mas, do ponto de vista fiscal, as propostas deste governo causarão o espanto e a indignação de ainda um número maior de cidadãos, e que só foi pena que não tivessem constituído tema do programa eleitoral do PSD.

Aplausos do PS.

Com efeito, que diriam os emigrantes se soubessem que no primeiro orçamento elaborado por este governo com maioria absoluta se iria duplicar o imposto de capitais que pagam pelos seus depósitos na banca portuguesa? Que pensariam os depositantes das caixas de crédito agrícola mútuo se soubessem que passariam a pagar impostos que até ali estavam isentos? E os membros das cooperativas, se lhes tivessem prometido extinguir ou reduzir os benefícios fiscais que se lhes aplicam? E os investidores do sector do turismo — o tal sector estratégico do desenvolvimento, de acordo com o Programa do Governo —, se em vez dos novos estímulos ao investimento prometidos em 1987 lhes tivessem assegurado logo em 1988 a extinção dos benefícios fiscais de que usufruem? E os vendedores e

compradores a prestações, que verão duplicar o selo das letras e livranças? E os consumidores de combustíveis, a quem o Governo promete que, desçam o que descerem o dólar e o petróleo, os preços dos combustíveis, esses, não baixarão?

Não há dúvida que este é um magnífico programa que «cativaría» todos os Portugueses e que os deputados da maioria se «orgulharão» de defender.

Uma voz do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Nós não defendemos este Orçamento, porque propõe uma política fiscal que penaliza fortemente os trabalhadores em geral e os funcionários públicos em especial, penaliza as pequenas e médias empresas e em geral todos os potenciais investidores no sector do turismo, penaliza, e fortemente, o poder local, penaliza os emigrantes e os membros das cooperativas, penaliza os estudantes e suas famílias, penaliza os agricultores.

E porque enfim contraria os princípios da revisão da reforma fiscal que nós defendemos.

Mas os Srs. Deputados da maioria que pensam de tudo isto? Há seis meses afirmavam ao eleitorado, a todos estes estratos da população que aqui referi, que se fossem eleitos os iriam defender na Assembleia da República.

Admito que o fizeram de boa fé.

Mas agora, perante este Orçamento, qual vai ser a vossa posição? Compreendo que se sintam tão enganados como o próprio eleitorado.

Só que, se agora votarem a favor deste Orçamento, já não têm desculpa.

Aplausos do PS, de Os Verdes, da ID e de alguns deputados do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esperaria esta Assembleia ouvir das oposições, e sobretudo dos seus líderes, discursos eventualmente críticos, mas sobretudo alicerçados em alternativas visíveis e claras.

Pura ilusão. Tal não se passou, e de alguma preocupação se reveste grande parte da intervenção do líder do PS. O Sr. Deputado Vítor Constâncio colocou-se sobretudo ou no papel de crítica meramente formal ou na enunciação de críticas aos princípios norteadores da política governamental, mas sem as precisar ou sem sequer procurar fazer reflectir como contraponto o pensamento do seu partido relativamente a essas questões.

Mesmo assim, parte das suas afirmações são infundadas e requerem por parte do Grupo Parlamentar do PSD algumas correcções.

Começa o Sr. Deputado Vítor Constâncio por classificar o documento que acompanha o Orçamento como «curto e enganador».

Fica a Assembleia da República a conhecer um novo critério aferidor do mérito de uma proposta: a sua extensão. Curioso critério este!

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Só bocas!

O Orador: — Foi também a proposta orçamental rotulada de falta de transparência e rigor, iniciando-se a crítica ao acréscimo de crédito ao sector público administrativo.

Nesse aspecto, e como certamente saberá, o que se verificou ao longo de 1987 reflecte não apenas o défice do exercício, mas a transferência de dívidas de entidades não consideradas no sector público administrativo e que entretanto foram extintas (casos do GAS e do IAPO, por exemplo).

Existiu, é certo, atraso na recolha de algumas receitas, como, por exemplo, no caso do ISP, o qual, pela primeira vez, foi cobrado pela administração fiscal, com as inerentes dificuldades que isso acarreta.

Desse modo, o aumento de crédito não significou como quis enunciar o Sr. Deputado Vítor Constâncio qualquer derrapagem, já que o défice do sector público administrativo será, de facto, inferior ao orçamentado, conforme consta das estimativas entregues à Assembleia da República.

Paralelamente, o aumento da dívida pública acima do défice prende-se ainda com a assumpção pelo Tesouro de dívidas de outras entidades do sector público administrativo e empresarial. Aqui, tem particular relevância a assumpção da dívida do ex-Fundo de Abastecimento (cerca de 200 milhões de contos), que foi extinto em finais de 1986. É óbvio que o Estado teria de assumir estas dívidas, como pessoa de bem que deve ser.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A crítica formulada peca pois por inconsistência, a não ser que o Sr. Deputado Vítor Constâncio preferisse a manutenção do Fundo de Abastecimento e outros fundos, com a inerente indisciplina financeira que campeou muitos anos no País.

Acrescentou o Sr. Deputado Vítor Constâncio ausências de informação e de dados oficiais relativos a alguns exercícios.

A esse respeito, não só o Governo prestou informações sobre a execução orçamental de 1987, com uma actualidade inédita, através de vários mapas enviados e relativos a estimativas de execução para todo o ano do sector público administrativo, e, bem assim, quanto aos fluxos financeiros da CEE desagregados pela administração central, empresas públicas, autarquias locais e ainda regiões autónomas, como ainda relativamente às despesas autorizadas para 1987, o Governo apresentou elementos até Outubro, não só por ministérios como também por classificação económica e funcional. Além disso, apresentou, pela primeira vez, uma avaliação mensal da execução orçamental do ano em curso, tomando como referência os padrões normais de execução.

Quanto às previsões para 1988, é também inacreditável que se afirme falta de transparência e rigor quando se apresentaram elementos detalhados não só para as operações orçamentais de cada subsector da Administração Pública como também para as operações geridas pelo próprio Tesouro.

O montante do défice orçamental quer para 1987 quer para 1988 respeita, por isso, a composição definida na Lei de Enquadramento do Orçamento.

Quanto aos dados oficiais sobre o sector público administrativo, são, nos termos da lei, da competência do Instituto Nacional de Estatística, e este organismo, não obstante estar a proceder a uma profunda reforma do sistema estatístico nacional, publicou as contas nacionais para 1983, com uma superior qualidade e transparência, quando comparada com o passado.

É justo, aliás, reconhecer o esforço que este Instituto tem promovido na recuperação de dados atrasados do passado.

Engana-se, também, o Sr. Deputado Vítor Constâncio ao denunciar — ilegitimamente — a não publicação de dados oficiais sobre o sector público administrativo para 1985 e 1986.

Com efeito, a Conta Geral do Estado para 1985 foi entregue em 31 de Dezembro de 1986 e a respeitante a 1986 está neste momento para publicação na Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A pretensa manipulação dos índices por parte do Governo sempre constituiu uma arma política que a oposição usou relativamente a este governo.

O Dr. Vítor Constâncio também nisto não foi original.

É seguramente aspecto que pode suscitar uma certa subjectividade, e por isso uma dificuldade em definir um padrão de segurança.

Dai que os melhores termos de aferição sejam menos os números e mais as percepções que a opinião pública possui sobre as realidades que eles procuram demonstrar e evidenciar.

E aí a realidade é indesmentível.

A generalidade dos cidadãos tem sentido um claro aumento do poder de compra, uma desaceleração do aumento dos preços e o crescimento dos salários reais, do investimento e do emprego.

Aliás, esta não é uma resposta pessoal. A resposta prática deu-a o País no dia 19 de Julho, e isto não foi ainda assumido por alguns.

Aplausos do PSD.

Quanto mais dificuldades têm, mais agitam o fantasma da manipulação.

É pois manobra requentada que não justifica suficiente crédito.

O valor do défice orçamental é efectivamente de 471 milhões de contos. Não seria razoável, de facto, incluir as operações de realização altamente incerta relativas a co-financiamentos de projectos financiados pelos fundos comunitários.

Do mesmo modo a prática de operações activas do Tesouro — nos moldes propostos — não é uma criação deste governo.

Desde 1982 que os orçamentos do Estado têm vindo a incluir a autorização para a realização de operações activas do Tesouro e foi filosofia da Assembleia da República em 1985 que as operações de tesouraria não regularizadas deveriam ser tratadas deste modo. Além disso, o *plafond* nominal global para este tipo de operações mantém-se ao nível de 1984 e 1985, quando era primeiro-ministro o seu antecessor na chefia do Partido Socialista. O que significa que o valor real deste *plafond* tem vindo a cair. Deverá ainda V. Ex.^a reconhecer que se trata de financiamentos ao sector produtivo e que, desse modo, não representam na sua maioria um verdadeiro acréscimo das necessidades de

financiamento do sector público administrativo. Mas o mais importante é que antes da utilização desta figura as operações de tesouraria nem sequer eram do conhecimento da Assembleia da República e permitiam a ultrapassagem sistemática da despesa autorizada. Segundo o seu critério, qual foi o verdadeiro défice do ano em que V. Ex.^a foi Ministro das Finanças?

Centra-se o Sr. Deputado Vítor Constâncio no facto de a proposta orçamental conduzir a um aumento da dívida pública quantitativamente indefinido.

Convirá esclarecer que esse limite é quantitativamente definido pelo articulado constante no projecto de lei, nele se propondo o Governo observar as regras a que deve obedecer a sua contracção, desde logo a indispensável autorização da Assembleia da República, que está a ser dada exactamente, hoje e aqui, neste mesmo debate da proposta.

De resto, a autorização solicitada no artigo 16.^º não tem a ver com quaisquer dificuldades sentidas pelo Governo na sua preparação, mas tão-somente com muitas incertezas que decorrem do orçamento comunitário e os seus reflexos no Orçamento do Estado Português.

Paralelamente, o Sr. Deputado Vítor Constâncio critica o facto de a conta do Tesouro passar com um saldo de apenas 2,8 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1986, contrariamente — e acrescentamos nós — à mais que centena de milhões de contos habituais.

A razão é simples e releva do elevado volume de reservas cambiais do Pafis, existente na altura, o que justificou não só a abdicação do recurso em 1986 a vários financiamentos externos, como, pelo contrário, impunha a utilização de uma parte substancial dessa reserva cambial para o pagamento antecipado dessa dívida externa, o que muito contribuiu para que a imagem externa do País se solidificasse nesse mesmo ano.

Tal procedimento deveria ser de louvar, pois revela não só uma boa gestão de tesouraria como ainda um forte sentido de protecção do interesse nacional.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Escreveram-lhe mal o discurso!

O Orador: — Aliás seria de suspeitar do Sr. Deputado Vítor Constâncio, caso o elogio saísse da sua boca.

O Sr. Deputado não teve a coragem de o fazer. Talvez fosse moralmente mais justificável, então, o seu silêncio.

Critica ainda o Sr. Deputado Vítor Constâncio o não cumprimento das regras gerais da elaboração orçamental.

Discordamos dessa afirmação.

A regra da unidade é seguramente mais cumprida do que nunca, na medida em que o Governo continua a prosseguir a sua política de extinção de fundos e serviços autónomos.

A regra da anualidade também o será, adoptando-se a inscrição orçamental das despesas resultantes do apoio da CEE no ano em que esta reembolsar o País.

Por outras palavras o Tesouro, como verdadeiro banqueiro do Estado, pode adiantar ao Orçamento verbas que este só receberá num exercício anual posterior, procedendo-se então ao reembolso respectivo.

Esta é uma forma de encarar o problema de uma maneira mais conforme a novas práticas e desafios que se vão colocando.

Seguramente não será uma visão ortodoxa e conservadora de abordar esta questão, mas deixamos essas ópticas a quem nelas sentir conforto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A não ser que, em benefício da ortodoxia e conservadorismo orçamental, se preferisse o «fecho de portas» aos fundos da CEE, que hoje assumem elevado grau de incerteza.

Por outro lado, a dotação concorrencial não viola o princípio da especificação, porque não se trata de realizar despesas não específicas, mas antes de garantir poupança a níveis de selectividade superior, ou seja, trata-se de deixar de realizar despesas especificadas, para realizar integralmente outras despesas que já estão especificadas.

Nesse ponto dedica-se o Sr. Deputado Vítor Constâncio a verberar a chamada «dotação concorrencial», classificando de sofístico o argumento invocado pelo Governo, o qual é, contudo, correcto, e que consiste em apontar para os limites máximos fixados pela Assembleia, contrariamente aos dispêndios reais praticados pelo Governo, que não poderão exceder aqueles.

Não vemos razão para preocupações excessivas, e sobretudo choca-nos ver o Sr. Deputado Vítor Constâncio a alertar várias vezes outros órgãos externos a esta Assembleia, desde o Presidente da República até ao Tribunal de Contas, para questões jurídico-formais, pressionando-os a tomarem atitudes contrárias à postura que o Governo assumiu com esta proposta.

E se relativamente ao Sr. Presidente da República ainda percebemos que o Dr. Vítor Constâncio chame por ele, já em relação ao Tribunal de Contas tal representa uma pressão política insólita, realizada por alguém que ontem tanto se preocupava com a ética do Estado, mas que hoje, afinal, se esquece dela.

Aplausos do PSD.

Aspecto central da crítica foi ainda o da não compatibilidade entre a política monetária e a orçamental. Tal não é verdade. Pelo contrário, verifica-se uma estreita articulação entre o programa monetário e o Orçamento.

É verdade que, enquanto se não reduzir significativamente o défice do sector público, este continuará a absorver uma larga fatia do financiamento à economia.

De resto, o Governo tem cumprido e com êxito aumentar a parcela do financiamento não bancário deste défice. Em alternativa, a aceitação de uma política monetária acomodatícia poderia significar uma ainda maior expansão do crédito para além de limites aconselháveis, o que potenciaria o recrudescer da inflação e do agravamento do défice externo.

A redução do défice, como foi reconhecido pelo Sr. Deputado Silva Lopes, e bem, não poderá ser instantânea. É tarefa para vários anos, que toda a vida tem sido persistentemente prosseguida, como aliás foi apresentada a esta Câmara em 1986 e renovada no presente ano.

É o que se está a passar em 1987, é uma simples aproximação aos objectivos do programa monetário. A atenuação do crescimento de crédito resulta simples-

mente do facto de a respectiva expansão na primeira metade do ano ter implicado um crescimento da liquidez acima do programado, bem como de uma entrada muito superior ao previsto de capitais externos não registados na dívida. Tal significa que o financiamento global às empresas não tem sido prejudicado, tendo ainda sido reforçado por um fluxo de financiamento no mercado de capitais muito superior ao habitual.

Deste modo, está a ser cumprido o programa monetário proposto no início do ano. O Governo seria certamente criticado se não o fizesse. E o crescimento do investimento e da actividade em geral mostram claramente que não tem havido insuficiência de financiamento ao sector produtivo.

Uma das críticas mais sentidas pela bancada social-democrata reporta-se ao não apoio do Governo às autarquias locais.

É doloroso para o partido que mais autarcas possui ouvir de ânimo leve tal acusação. Ela é injusta e incorrecta.

A proposta governamental cumpre rigorosamente a lei que a Assembleia da República aprovou e remete, naturalmente, os Srs. Deputados para a intervenção que o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território fez hoje nesta Câmara.

Aliás, as autarquias têm visto as suas receitas aumentar de forma significativa.

O montante dos impostos afectos às autarquias passou de 18,6 milhões em 1985 para 23 milhões em 1986, 48 milhões em 1987 e deverá ascender a cerca de 52 milhões em 1988.

As receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro crescerão de 47% entre 1985 e 1988 e a inflação acumulada apenas 29%.

Tal desmente uma deterioração da situação financeira das autarquias.

Reconhecemos a magnitude da sua acção, o elevado nível e montante de projectos que pretendem levar a cabo e a insatisfação permanente dos titulares dos seus órgãos perante as necessidades a que importa ainda responder.

Mas, tudo isso, que é verdadeiro, não pode ser colocado nos antípodas da posição que o Governo e o partido que o apoia sentem face a essa realidade.

Somos solidários com a sua acção e, por isso, recusamos uma catalogação política de hostilidade ao seu desenvolvimento.

Menor sentido tem ainda a afirmação do Sr. Deputado Vítor Constâncio da nossa hostilidade à regionalização e descentralização.

Não está em causa a discussão de qualquer diploma ou proposta que substancialmente chama à colação tais questões, pelo que é ilegítima e incorrecta a imputação de qualquer juízo de valor do PSD e do seu governo sobre esses objectivos.

Discorreu ainda o Sr. Deputado Vítor Constâncio sobre a insuficiência de verbas para vários sectores sociais.

Serão sempre insuficientes as verbas a consagrar a alguns sectores para os promover a níveis europeus.

Mas, não é essa a questão.

O que é preciso numa proposta orçamental é dizer o quê e como, ou seja, mais recursos para onde e como gerir as suas implicações, sejam elas traduzíveis em aumentos de carga fiscal ou em alternativa do défice orçamental.

Por isso a afirmação do Sr. Deputado Vítor Constâncio é tão-somente um desabafo, sobre que não quis produzir efeitos práticos, mas tão-somente de propaganda.

Por último, refere o agravamento das injustiças fiscais.

Seja-nos permitido lembrar a situação que se viveu entre 1983 e 1985 e a transição positiva que se tem sentido em Portugal desde então.

Dela emergem uma qualidade de vida superior e uma melhoria sensível na generalidade dos estratos e classes sociais.

A actual proposta não agrava injustiças fiscais. Pelo contrário, abre caminho para que em 1989 possamos ter um sistema fiscal mais justo e equitativo.

Actualiza os escalões do imposto profissional. Diminui drasticamente isenções e benefícios, designadamente no imposto de capitais, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado Vítor Constâncio afirmou.

E se porventura existe um ligeiro agravamento da carga fiscal, tal é compatível e indispensável para refrear um pouco a aceleração que o consumo privado vinha exibindo e que se não fosse contido em limites aceitáveis poderia provocar desequilíbrios nas contas correntes com o exterior.

Por outro lado, em vésperas de introdução de uma profunda reforma fiscal no domínio da tributação directa, não faria sentido uma alteração drástica em impostos que lhe respeitam prioritariamente.

Não tem pois razão o Partido Socialista.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: — Neste debate parlamentar das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, contrapõem-se três ideias básicas: uma ideia de medidas políticas e de política a executar; a afectação de meios aos sectores que cumprem as políticas, e a obtenção de recursos que respondam a esses mesmos objectivos.

A questão nuclear neste debate era, naturalmente, a crítica da proposta orçamental, mas, para quem se queira assumir como alternativa — e o discurso final do líder do PS é de a clamação ser alternativa —, não basta afirmar, tem de o provar e demonstrar.

O que era essencial no discurso político do PS era não só exercer a crítica, mas dizer em nome de quê, em termos de comparação de quê, para onde e como.

O Partido Socialista olhou para os detalhes e não olhou para o essencial. Olhou para a árvore e esqueceu a floresta.

Não falou do essencial, ou seja, o que é que queria como contraponto ao nosso projecto. Não fez uma apreciação liminar das políticas globais contidas nas Grandes Opções do Plano, mas limitou-se a passar por cima delas, criticando aspectos formais de detalhe e, sobretudo, de natureza quantificada em termos de pormenor.

O Sr. Deputado Vítor Constâncio fez uma excelente intervenção para técnicos de contabilidade pública. Não fez uma intervenção na generalidade.

Fez uma excelente intervenção na especialidade, mas não conseguiu tocar o aspecto fundamental, que era: o que é que o Sr. Deputado quer para o País.

Sr. Deputado Vítor Constâncio, antes do dia 19 de Julho o Partido Socialista assumiu perante o País uma postura que politicamente foi marcada: foi clara, mas pagou politicamente por isso.

Desde o dia 19 de Julho que o Partido Socialista se refugia não na postura que assumiu antes desses dias mas fundamentalmente no silêncio.

O Partido Socialista passou de uma política claramente definida — mas que o País não aprovou — para uma situação em que se silencia a si próprio.

Essa é a questão nuclear deste debate.

Não é possível alguém afirmar-se como líder sem dizer o que quer, para onde vai e como o vai fazer.

E sobre isso o Sr. Deputado nada disse.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta atitude é desculpável em pequenos partidos ou em partidos que não tenham expressão e pretensão em exercer o poder. Mas, para quem se afirma como alternativa, é condição indispensável e necessária.

Esperemos que os próximos tempos, o próximo ano, dêem capacidade e tempo suficiente ao Partido Socialista para se reencontrar consigo próprio. É um benefício para a democracia, um estímulo à critica ao próprio Governo, que dele beneficia.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Muito obrigado.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano poderão ter erros, poderão ter incorrecções, poderão e serão criticáveis. Esses serão aspectos a melhorar. Naturalmente que o PSD, em sede de especialidade, aceitará alterações que melhorem a sua filosofia, as formas do seu cumprimento, num proposto geral que é aquele a que o PSD se propõe e com isso garantiu o voto: melhorar e resolver a situação das famílias portuguesas, prestigiar e dignificar o Estado Português.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia tivesse tido mais nível, eu teria de agradecer a propaganda que o Sr. Deputado acabou de fazer à intervenção que produzi ontem nesta Câmara.

Aplausos do PS e da ID.

Já conhecíamos as qualidades do Sr. Deputado Ângelo Correia em matéria de defesa nacional, em matéria de segurança interna, em matéria de finanças privadas, microeconómicas ...

Risos.

..., mas não conhecíamos, porém, as qualidades do Sr. Deputado em matéria de finanças públicas e, sobretudo, não esperava vê-lo reduzido a mero porta-voz de quem aqui deveria ter falado para me responder.

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado leu bem, com as qualidades de actor que se lhe reconhecem ...

Risos.

..., um discurso que foi escrito por outrem e que não responde às questões essenciais que ontem coloquei aqui, questões essas que são políticas, que têm a ver com a nossa concepção sobre o que deve ser um Estado de direito.

Aplausos do PS.

As questões que aqui levantei continuam de pé. Ontem é que gostaria de ter ouvido uma resposta, não tanto por parte da bancada do PSD mas da bancada do Governo, que tem os mesmos direitos de intervir neste debate como qualquer bancada de qualquer partido. Mas o Governo não o fez.

Aplausos do PS.

Foram trabalhar para casa. Estou já habituado, pelos muitos anos que passei pelo ensino, a encenar «trabalho para casa». Mas devo dizer que o Sr. Deputado trouxe a lição mal estudada.

Risos.

Sei que, evidentemente, o Sr. Primeiro-Ministro se prepara para responder no final deste debate, numa altura em que já não lhe poderei responder. Devo dizer que o Partido Socialista fará uma conferência de imprensa na sequência do final deste debate para poder responder a essa intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado lembrou aqui a vitória do PSD nas eleições de 19 de Julho. Aceitei esses resultados, esse julgamento do povo português, como aqui disse claramente aquando do debate do Programa do Governo. Mas disse, também, que uma vitória eleitoral fornece apenas um critério de legitimidade, não um critério de verdade, e é a verdade das contas públicas que queremos ver exposta.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Vítor Constâncio, muito obrigado pelas perguntas que me colocou.

Risos.

Ficámos a saber o seguinte: V. Ex.^a reconhece-me algumas qualidades e citou várias.

Também gostaria de lhe reconhecer a si uma qualidade. Sobretudo o seu partido também a deveria reconhecer: a qualidade de líder do PS.

Aplausos do PSD.

V. Ex.^a reconhece-me a qualidade de actor, mas quem preparou a intervenção com oito dias de antecedência, nos meios de comunicação social, foi V. Ex.^a. Foi V. Ex.^a e o seu partido quem andaram a fazer a encenação que o Sr. Deputado aqui fez ontem. Foi, de facto, V. Ex.^a quem o fez como porta-voz de si próprio, durante oito dias, antes de vir a esta Câmara.

Mas, pior, é espantoso que V. Ex.^a acuse o Governo de desrespeito para com o Parlamento. Num debate parlamentar que ainda não está esgotado, no qual o Partido Socialista ainda tem intervenções a produzir, é espantoso que V. Ex.^a diga: «Não, não vamos debater aqui, mas sim numa conferência de imprensa, posterior ao debate no Parlamento, para respondermos ao Governo.»

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Isso é que é teatro, isso é que é encenação!

O Orador: — Isto é, o Sr. Deputado coloca o debate parlamentar como contraponto que tem de ser extensivo a uma sede exterior ao próprio Parlamento, porque o Parlamento não é suficiente para VV. Ex.^{as} fazerm o próprio debate político.

Perguntar-se-á: quem faz, nesta altura, encenação?

Quanto ao facto referido por V. Ex.^a de «a lição estar mal estudada», direi que produzi a intervenção e escrevi-a de propósito. Ela é criticável e não pretende ter um nível de resposta a tudo aquilo que o Sr. Deputado Vítor Constâncio afirmou. Alguns dos pontos que o Sr. Deputado Vítor Constâncio referiu têm alguma particular razão. No entanto, se o que eu digo está errado, então competiria a si — que se quis assumir como professor e me colocou a mim na posição de aluno — que, com alguma humildade e pedagogia, me ensinasse onde é que errei.

Mas nem isso o Sr. Deputado Vítor Constâncio fez.

Acusou, lançou uma atoarda, mas na área concreta onde tinha de demonstrar a sua superioridade de professor, líder e economista V. Ex.^a não rebateu nada do que eu disse.

Aplausos do PSD.

Ou seja, como sempre, V. Ex.^a e o seu partido denunciam, mas não explicam nem anunciam. A única coisa que fazem é conseguir dizer: «Está mal.» Mas, quando se pergunta como, onde e porquê, VV. Ex.^{as} remetem-se sempre ao silêncio.

Sr. Deputado Vítor Constâncio, apesar da sua humildade, da falta de propósitos e de capacidade para discutir tudo, com tudo aquilo que V. Ex.^a se propôs fazer e fez, não consegui encontrar nas suas palavras o mínimo de resposta e crítica àquilo que eu disse.

Se estou errado, diga porquê e onde. E isso não fez o Sr. Deputado. Calou.

O Sr. João Cravinho (PS): — Não o fez? Está escrito! Quem o quiser saber basta ir ler o que está registado!

O Orador: — Quanto à responsabilidade da intervenção que produzi, devo dizer que não se trata de uma encomenda, mas de um acto de solidariedade completa e total. A responsabilidade desta intervenção decorre de uma atitude de solidariedade presente e permanente entre um grupo parlamentar e o Governo que esse mesmo grupo apoia.

Percebo a dúvida que se instala e o problema que se cria em si quando falamos nestes termos. É que o Sr. Deputado, noutras circunstâncias e noutros momentos, gostaria de sentir responsabilidade, lealdade e solidariedade.

Sinto o seu problema, partilho-o, mas não posso fazer nada por si. É o senhor quem tem de se assumir como líder.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Espero que a minha intervenção seja susceptível de trazer à Câmara a calma que a intervenção anterior parece ter afectado.

Quero começar por dizer que o CDS não aceita a discussão deste Orçamento do Estado no puro plano tecnocrático.

Não estamos aqui para discutir números, não estamos aqui para discutir um poder sem alma, um poder sem política.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Tanto mais que se este poder é hoje poder é o apenas à custa do discurso político.

E não se nos diga, permanentemente, que os resultados das últimas eleições são resposta e motivo que tudo desculpam.

Já sabemos que nas últimas eleições o PSD ganhou com uma maioria absoluta; já sabemos que este governo tem maioria absoluta. Mas isso não é argumento para responder a todas as críticas, para calar todas as críticas fundadas que neste momento há a fazer.

O que importa ao CDS fazer, neste momento, é confrontar este governo, este Primeiro-Ministro, com as suas promessas eleitorais.

Este Primeiro-Ministro ganhou as eleições com base em ser o autor e o principal protagonista da revolução da modernidade em Portugal, com base em trazer uma nova ideia para o seu país, um novo conceito, uma nova esperança para os Portugueses.

O que hoje importa aquilatar e analisar nesta Assembleia é se este Orçamento é o orçamento da esperança, se é o primeiro acto de cumprimento das promessas eleitorais do Governo ou se, bem pelo contrário, este Orçamento é a primeira desillusão que este governo nos traz.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Muito bem!

O Orador: — Temos para nós que este Orçamento é, com efeito, a primeira desillusão que este governo nos traz.

Começamos por interrogar o seguinte à Assembleia e, principalmente, à bancada que apoia o Governo: onde é que neste Orçamento se encontram reflectidas as reformas estruturais que foram a bandeira eleitoral da campanha do Sr. Primeiro-Ministro e do seu partido? Onde estão essas célebres reformas estruturais? Onde se encontram reflectidas as reprivatizações, quer a nível de receita quer a nível de despesa?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A nível de receitas, onde estão contemplados os valores que resultam da alienação de parte do capital das empresas públicas, conforme é intenção

do Governo? A nível de despesas, onde é que estão contempladas as indemnizações que qualquer Estado de direito e qualquer poder de bem teria necessariamente de pagar aos antigos proprietários por aquilo que nacionalizou?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Estas são perguntas a que tanto o Governo como o partido que o apoia devem responder.

Mas não é apenas nas reprivatizações que este Orçamento é omisso. O Governo anunciou nova legislação laboral que flexibiliza ou, pelo menos, tem o seu acento tónico na flexibilização dos despedimentos.

Então, pergunta-se: onde estão as alterações no orçamento da Segurança Social capazes de dar o mínimo de segurança àqueles que vão, eventualmente, ser afectados pelo novo regime? Ou será que um governo social-democrata, que se diz social-democrata e apoiado por um partido social-democrata, vai alterar a segurança dos trabalhadores sem, simultaneamente, lhes dar um mínimo de garantias de que a Segurança Social lhes dará a segurança que os seus respectivos empregos lhes vão deixar de dar?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pergunta-se se é efectivamente assim.

Se assim não for, pergunta-se: onde está, a nível do Orçamento, o reforço dessas verbas por forma a que, para os trabalhadores, não se aproximem dias de grande e profunda incerteza.

Não é só pela falta de inovação que este Orçamento pesa, mas também na forma como encara a situação existente.

Quem são os beneficiários deste Orçamento e quem são os que são por ele prejudicados?

Os beneficiados são, como sempre foram — aí não há qualquer inovação —, os utentes da despesa pública, que nem sempre é criteriosamente dividida. Como já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Silva Lopes, a despesa pública tem aumentado nos últimos dois anos a um ritmo como nunca se tinha visto em Portugal, superior a 24% em termos de valores reais e mais de 50% em termos absolutos. São esses os beneficiários deste Orçamento.

Mas quem são os prejudicados? São, sem dúvida, os contribuintes, de uma forma geral, que vão ver agravada a sua carga fiscal, e isto não pode ser ocultado aos Portugueses.

Numa época que se disse ser de prosperidade, em que se vê o dólar a baixar, o preço das matérias-primas a baixar, em que há condições únicas de governação, a resposta é a de agravar a carga fiscal aos contribuintes. E não venha dizer-se que tal se destina a refrear o consumo privado, porque entre o refrear o consumo privado e refrear a despesa pública, nomeadamente a despesa corrente, o Governo optou pela primeira alternativa. É por isso que, obviamente, a carga fiscal tem de ser aumentada.

E, Sr. Ministro das Finanças, não há nenhuma contradição entre esta afirmação e o referido pelo meu colega de bancada, Sr. Deputado Nogueira de Brito, aquando da formulação das perguntas a V. Ex.^a

É perfeitamente compatível o não aumento da carga fiscal desde que as opções corajosas possam ser tomadas, e essas têm a ver com a despesa pública e não com o consumo privado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas não é apenas o contribuinte isoladamente que é prejudicado. São-no, também e sem dúvida, as pequenas e médias empresas, Sr. Ministro das Finanças. E não vale a pena vir aqui dizer que assim não é, porque elas sentem já «na carne» as dificuldades por que estão a passar.

É óbvio que as grandes empresas que recorrem, em tempo, ao mercado de capitais, não têm dificuldades — nem elas nem os seus sócios maioritários. Mas as pequenas e médias empresas que não puderam recorrer ao mercado de capitais, que se fiaram apenas no crédito bancário para implementar projectos de desenvolvimento, estão hoje a atravessar dias muito difíceis e têm um futuro muito comprometido. E estas últimas são a maioria do tecido empresarial português.

Vozes do CDS e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Para além do corte de crédito, há também outros aspectos que vão afectar as pequenas e médias empresas.

Para além do corte de crédito, para além de toda a problemática fiscal, para além dos dois pesos e das duas medidas em que, muitas vezes, este governo é fértil na tomada das suas decisões, também isso vai, certamente, contribuir para que as pequenas e médias empresas entrem num ciclo de recessão.

Podemos concordar em diminuir o *crawling peg*. Pode dizer-se que 0,5% a partir de Janeiro e 4,5% num ano pode ser uma boa solução. Mas não o é se for afectar a competitividade da nossa indústria exportadora, não o é se mais uma vez por essa razão a produção for afectada. Não chega a produção ser afectada através do aumento diminuto da proporção do crédito que lhe é destinado, como também através de uma falta de competitividade que a quebra da inflação não chegará para compensar.

Finalmente, que dizer em relação aos emigrantes? Por quê esta atitude em relação aos emigrantes? Parece que, uma vez «fechado» o 19 de Julho, uma vez encerrado o processo eleitoral, os emigrantes não são mais necessários e a primeira opção do Governo é a de alterar o regime do imposto de capitais. Será que já não são mais necessários os depósitos dos emigrantes? Será que já há dinheiro a mais?

Tenha cuidado, Sr. Ministro das Finanças, não aconteça que esse dinheiro a mais, vindo do estrangeiro, seja da mesma natureza daquele que foi aplicado na Bolsa quando esta estava em alta e depois vendido, como aconteceu, com largos prejuízos para todos nós.

Tenha cuidado, porque esse dinheiro dos emigrantes não é para especular, é para investir em riqueza, e esses VV. Ex.^{as} deviam tratar de outra forma.

Quanto às autarquias locais, é evidente que é um critério resultante de uma lei — é óbvio que sabemos isso! Mas porque razão não teve o Governo a coragem necessária para alterar essa lei? Por que não teve o Governo a coragem necessária para considerar que o Orçamento e o Plano, por si só, são uma lei e que afi-

podiam ser inseridas as correções indispensáveis. Não o fez! E o que é facto é que as autarquias locais vão este ano ter graves dificuldades em conseguir implementar projectos próprios e projectos que têm de cumprir nos termos das suas responsabilidades comunitárias.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não vou alongar-me, mais, que o tempo está praticamente terminado. Mas quero dizer ainda ao partido do Governo e ao Governo que o CDS não pode votar a favor deste Orçamento. O CDS não vai votar a favor deste Orçamento ...

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Ah!

O Orador: — ... porque votar a favor deste Orçamento era uma forma de cumplicidade política, ora uma forma de estar cúmplice com promissões não cumpridas, era uma forma de dizer aos Portugueses que tudo está a mudar, quando tudo está na mesma ou, em alguns aspectos, tudo está pior.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A função do CDS é assumir-se, é dizer claramente ao eleitorado — mesmo àquele que, sendo do CDS, conjunturalmente confiou no Sr. Primeiro-Ministro — que este Orçamento é a primeira das desilusões, que ele não corresponde à expectativa criada a 19 de Julho e que não chega dizer que há um governo maioritário, pois o que importa nesta altura denunciar é que este Orçamento não corresponde, de todo em todo, à maioria que o Governo apresenta. Por estas razões não podemos votar favoravelmente a desilusão, não podemos votar favoravelmente a desesperança. A posição do CDS em relação a este Orçamento — e digo-o com pena — é um voto contra. Iremos votar contra este Orçamento, para bem da alternativa que há-de chegar, para bem de Portugal e dos Portugueses!

Aplausos do CDS, do PS e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Deleure.

O Sr. Nuno Deleure (PSD): — Sr. Deputado Basílio Horta, ouvi atentamente a sua intervenção e a especial violência com que interveio nesta Câmara. Já estava à espera disso porque é normal que bancadas tão reduzidas como aquela de que V. Ex.^a faz parte tenham necessidade de, por vezes, aproveitar esta Câmara para dar alguns recados para fora. De resto, o CDS tem uma decisão importante, ao que julgo saber, em Janeiro próximo, e aquilo que se nota muitas vezes nas intervenções dessa bancada é uma necessidade de estarem posicionadas na primeira linha da grelha de partida.

Isso é um problema vosso.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Que vergonha!

O Orador: — Com certeza que V. Ex.^a resolvlerá isso internamente da melhor forma. Pessoalmente, pela consideração que tenho por si, desejo-lhe muitas felicidades.

Quero fazer-lhe duas perguntas concretas: uma que tem a ver com as provatizações e outra relativamente aos emigrantes.

Em relação à primeira questão, V. Ex.^a entende que, antes da apreciação por esta Câmara do pacote que o Governo aqui entregou, era de prever nas tabelas de receita e despesa verbas consignadas a fins que ainda não estão decididas?

A segunda questão tem a ver com os emigrantes e pondo-lhe a pergunta precisamente ao contrário daquilo que foi aqui referido ontem, ou seja, em vez de duplicar o imposto de capitais sobre os depósitos dos emigrantes, porquanto se V. Ex.^a entende que se os emigrantes pagaram metade do que os cidadãos nacionais pagam é ou não correcto?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Gostaria, antes de responder às perguntas que me foram feitas pelo Sr. Deputado Nuno Deleure, dizer-lhe que normalmente não utilizo instituições para dar recados. Esta Assembleia não pode ser utilizada para dar recados e se V. Ex.^a estivesse aqui há tanto tempo como eu saberia que não é assim. A Assembleia da República é um órgão de soberania onde se discutem coisas sérias e, consequentemente, não tem qualquer cabimento essa sua afirmação de que, eventualmente, estão a ser dados recados para dentro ou para fora do partido.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ele é que não tem partido!

O Orador: — Os recados que tenho a dar ao partido dou-os nos órgãos próprios e, por conseguinte, não é aqui nesta Assembleia.

O que V. Ex.^a não pode, de maneira nenhuma, evitar — isso é que não pode — é que as coisas sejam ditas. Eu comprehendo! V. Ex.^a não está habituado a este princípio do contraditório. Em Macau, se calhar, o princípio do contraditório não era assim.

Risos do CDS, do PS, do PCP e do PRD.

Lamento, mas V. Ex.^a ir-se-á habituando.

Quando as pessoas discordam não estão a deixar de dar recados, estão a dar a sua opinião com total moralidade, total frontalidade e não a fazer outra coisa senão a exercer o seu mandato, num órgão de soberania, da melhor maneira que sabem e cumprindo-o para com o povo português.

Em relação às perguntas concretas que me fez — e essas agradeço-as porque me permitem explicitar o meu pensamento — quero-lhe dizer, em relação à reprivatização, que o problema é do Governo que V. Ex.^a apoia. Se o Governo não estava em condições, neste Orçamento, de reflectir a sua política de reprivatizações, por que é que a anunciou? Por que é que diz que vai reprivatizar? Por que é que fala em 49%? 49% do quê? De que empresas? De que sectores? Com que métodos? Beneficiando quem?

Se não está em condições de reflectir, no Orçamento, essa política, por que é que a anuncia? Por que é que cria expectativas? Manifestamente, por que é que cria expectativas no País que depois não são confirmadas? Ou é mais um *show off* do Governo? É mais uma peça

de uma grande encenação que deu resultados? Mas veremos quando as luzes da ribalta se apagarem ou se forem atenuando, como é que as coisas se resolvem. Certamente que fiz a pergunta convencido que o Governo ia reflectir, no Orçamento, a sua própria política em sectores vitais como os da reprivatização e os das leis laborais. Até me admira o Sr. Deputado não falar também nas leis laborais! Só falou nas reprivatizações.

O Sr. Nuno Deleure (PSD): — Ora, ora!

O Orador: — Ah, essa passa!? Está bem!

Risos.

Em relação aos emigrantes, o problema não é o da justiça relativa. O que penso, Sr. Deputado, é que o dinheiro dos emigrantes foi tão útil a Portugal numa fase tão melindrosa — em 1975, 1976, 1977 e 1978 — que só quem geriu o País nessa altura viu como eram vitais para todos nós o dinheiro dos emigrantes, como de igual modo foi vital que os emigrantes não tirassem a confiança a Portugal.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o tempo de resposta. Queira concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Se os emigrantes tivessem retirado a confiança nesse período, Portugal teria passado momentos muito mais dramáticos. É, pois, uma perfeita injustiça nesta altura não manter um certo regime de favor. Manifestamente, se nunca foi alterado esse regime, por que é que o seu partido não o fez antes das eleições? Se era tão correcto, se o PSD já estava no Governo antes das eleições, por que é que não o fez nessa altura?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por que é que só o faz a seguir às eleições? Isso é que é uma injustiça que temos de denunciar.

Aplausos do CDS, do PS, de Os Verdes e da ID..

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Ávila.

Restam, ao seu partido, 9,5 minutos.

O Sr. Vítor Ávila (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O crescimento das receitas fiscais é em 1988 de 15,6% relativamente ao valor que se prevê seja executado em 1987.

Os impostos directos crescem cerca de 12,1% e os indirectos 17,1% relativamente aos valores a executar em 1987, o que representa um agravamento real face à inflação projetada de 6% do valor da cobrança de impostos.

A injustiça do nosso sistema fiscal já foi suficientemente explanada e continua a agravar-se.

O valor fixado como receita de imposto profissional para os funcionários públicos e titulares de cargos públicos, de 45 milhões de contos, ou seja, 43,7% da cobrança prevista para o imposto profissional, não encontra justificação e do nosso ponto de vista parece

encontrar-se sobreavaliado em mais de 28 milhões de contos. Era positivo que o Governo esclarecesse a razão por que apresenta este montante.

O montante indicado para a cobrança do imposto profissional encontra-se subavaliado em mais de 4 milhões de contos.

Estas correcções deveriam ser realizadas no Orçamento agora em discussão.

O Orçamento do Estado para 1988 elegeu a política fiscal como principal instrumento para a redução do crescimento do consumo privado de um valor próximo dos 7% em 1987 para 3% em 1988 em termos reais.

O Governo poderia ter atingido idêntico desiderato sem retirar o rendimento disponível às famílias, incentivando por via fiscal a poupança e o investimento, o que estaria mais conforme com a necessária aproximação da Sr. Deputados portuguesa do nível de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental. O clima de confiança que se afirma existir não foi suficiente para que o Governo pudesse acreditar no bom sendo dos Portugueses, atribuindo-lhes o direito de opção entre o consumo e a poupança.

Pelos vistos, perdeu a confiança nos Portugueses e optou por lhes baixar o rendimento sem lhes possibilitar escolhas alternativas.

Se os estratos da população de baixos rendimentos vão consumir menos, isso significa que estarão ainda com níveis de vida inferiores ao mínimo de subsistência. Os estratos de médios rendimentos verão todo o seu rendimento disponível, ou a parte mais substancial daquele, aplicado em bens de consumo, sem que o remanescente seja aplicado em poupança. A transferência de recursos faz-se aqui para o Estado, que nem sempre aplica de forma mais reprodutiva as receitas que arrecada.

O que se passa com o imposto profissional e complementar neste Orçamento é sintomático do que se acaba de dizer.

A revisão dos escalões do imposto profissional em 6% — inflação projectada — não é suficiente para manter o poder de compra daqueles que tenham aumentos salariais e uma taxa idêntica à aqui enunciada.

É sabido que o cabaz de compras das famílias portuguesas já não coincide com o que serve de base de cálculo à inflação no nosso país. Existem novos produtos no cabaz real das famílias portuguesas que tornam a inflação mais elevada do que a que anualmente vem sendo calculada. No entanto, para efeitos de projeção utilizou-se uma composição de produtos já ultrapassada.

No complementar, o que se passa é ainda mais anacrónico. Em anos anteriores procedeu-se a actualizações dos escalões do imposto e das respectivas deduções de acordo com a inflação projectada para o ano a que cada Orçamento do Estado respeita. E o que aconteceu e se pode verificar, por exemplo, no próprio relatório da proposta de lei do Orçamento do Estado é que a cobrança a realizar em 1987 é de 66,7% superior à orçamentada, representando esse acréscimo mais 12 milhões de contos.

O PRD irá apresentar na especialidade uma proposta de correcção dos escalões do imposto complementar e das respectivas deduções de 9%, a fim de corrigir esta situação iníqua.

Depois de ter sido rejeitada no ano passado — com o apoio de todos os partidos e inclusive com a abstenção do PSD — a tributação das importâncias, qualquer que seja a natureza, auferidas pelos empregados por conta de outrem no exercício das suas actividades profissionais, ainda que não atribuídas pela respectiva entidade patronal, o Governo volta a propô-las este ano. Aqui pretende-se aplicar o imposto às chamadas «gorjetas» dos empregados dos casinos, quando na hotelaria tal situação não é controlável, criando uma situação de desigualdade, já considerada inconstitucional pelas entidades competentes em anos anteriores. O PRD não vê razões para mudar o seu sentido de voto nesta matéria e estranha a insistência do Governo numa questão que já se encontrava clarificada.

As profissões liberais, nomeadamente os jovens, são prejudicadas com o articulado da proposta de lei do Orçamento no que se refere ao imposto profissional, quando o Governo pretende nuns casos a eliminação das deduções percentuais mínimas das tabelas anexas ao Código. Os jovens na profissão ou profissionais com menor volume de encargos deixarão de poder realizar aquelas deduções, o que se traduz no agravamento da respectiva carga fiscal.

Na proposta do Orçamento do Estado para 1988 o Governo desincentiva inexplicavelmente a aquisição de habitação própria, ao limitar a 1000 contos o valor dos juros do crédito à habitação a deduzir à matéria colectável do imposto complementar, quando anteriormente esse montante não se encontrava definido.

Também no que se refere à sis a proposta orçamental não contempla qualquer correcção no valor das transmissões de prédios ou fracções autónomas de prédios, quando nos centros urbanos é difícil encontrar habitações para uma família média que se enquadre no limite de isenção em vigor de 10 000 contos. Estas medidas não favorecem a poupança e o investimento imobiliário, o que é também injustificável, sob o ponto de vista económico e social, e confirma a utilização da política fiscal com a única finalidade de travar o consumo privado, canalizando esta «poupança forçada», que é o imposto para o Estado, em desfavor do investimento produtivo.

Outras das grandes preocupações da proposta de lei orçamental é levar a política fiscal a actuar para controle de contas externas, nomeadamente através do desincentivo à compra de bens duradouros, como sejam os electro-domésticos, fazendo agravar a taxa do IVA dos actuais 16% para 30%.

Esta medida da proposta orçamental é em grande medida ineficaz, pois, para além de ser injusta, num país que se pretende fazer aproximar dos países mais desenvolvidos da CEE, incentiva o contrabando através de Espanha, onde a taxa em vigor para o mesmo tipo de bens é de 12%, com perda de benefícios para os cofres do Estado do produto dos teóricos 30% da nova taxa proposta, alimentando-se desta forma a economia paralela.

Mas o que ainda é menos perceptível num país onde se encontra a decorrer o período de transição para reestruturação da respectiva agricultura é a aplicação do IVA à aquisição de máquinas e alfaias agrícolas, quando anteriormente se utilizava a taxa 0 para este tipo de bens. É assim que se incentiva o investimento agrícola num país tão carenciado de modernização? Outra vez o eterno combate ao défice da balança comercial!

O mercado de capitais é um factor importante e alternativo de financiamento das empresas que urge apoiar. Apesar longos meses de alta, que se estendeu até Outubro deste ano, deu-se a baixa, potenciada por erros técnicos cometidos pela autoridades e por medidas desatempadas entretanto tomadas. Quando na alta o principal problema das bolsas de valores portuguesas situava-se na insuficiência da oferta de títulos de empresas cotadas e no excesso da procura dos investidores.

Numa situação de baixa das bolsas de valores deveria incentivar-se o investimento por intermédio dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário, como forma de protecção às pequenas poupanças, que assim poderiam ver assegurada a respectiva gestão por instituições profissionalizadas, aliás como acontece noutras países, como por exemplo no Japão, onde a profissionalização do mercado, a existência de limites máximos à variação diária das cotações e o limite à intervenção de estrangeiros permitiu uma melhor resistência da bolsa à «segunda-feira negra» de Outubro.

Em Portugal, na proposta de lei orçamental eliminaram-se os incentivos aos fundos mobiliários e imobiliários, para «arrefecer» a procura de um mercado que já se encontra arrefecido.

Mantém-se é certo os incentivos à oferta de acções a cotar nas bolsas de valores. Mas qual o efeito prático dessas medidas, se o mercado não for reactivado pelo incentivo à procura através das instituições especializadas, que intervêm no mercado de capitais. A utilização da política fiscal no mercado de capitais é, pelo menos parcialmente, contrária às medidas que o momento exige, o que revela novamente uma assunção desatempada de decisões, que poderá agravar a retoma.

Não se encontram nesta proposta de Orçamento outras medidas que indiciem uma utilização da política fiscal incentivadora da poupança noutras produtos financeiros alternativos, pelo que se pode concluir que este instrumento serve neste Orçamento somente para quebrar o consumo privado sem dar a liberdade ao contribuinte de realizar poupança — a fonte do investimento reprodutivo, do emprego e do desenvolvimento económico.

Será falta de imaginação ou falta de confiança nos Portugueses?

Aplausos do PRD, do PS, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Da análise das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para o sector da agricultura conclui-se e confirma-se:

1.º Que as chamadas «Grandes Opções» e as acções propostas pelo Governo se reduzem, ao fim e ao cabo e no fundamental, ao enquadramento e aplicação dos programas e regulamentos comunitários.

O Governo não tem nem política agrícola nem estratégia autónomas para o desenvolvimento da nossa agricultura;

2.º Que os programas comunitários e a sua aplicação avulsa estão longe de corresponderem,

ou de se compatibilizarem, com a dimensão das exigências dos interesses nacionais, tendo em consideração, sobretudo:

A realidade da estrutura social, económico-agrícola e técnica da nossa agricultura; Os desequilíbrios e a debilidade da nossa estrutura produtiva reflectidos no acen-tuado défice agro-alimentar;

O escasso período de transição disponível, em que se exigiriam todo um conjunto de medidas e acções integradas que possibili-itassem e dinamizassem o aumento ace-lerado da produção, da produtividade e da qualidade, por forma a minorar os graves e crescentes riscos que a integra-ção plena na CEE comporta para a nossa agricultura, particularmente no que res-peita aos preços agrícolas comunitários, à livre concorrência e às disciplinas de produção;

3.º Que o Orçamento do Estado para o sector agrícola vive de e para os programas finan-ciados pela Comunidade e põe a descoberto uma atitude política negligente e demissionária por parte do Governo.

O Governo revela falta de eficácia na reali-zação dos programas e reduz drasticamente o investimento público de tal forma que este representa apenas 26% do montante dos sub-sídios concedidos ao investimento privado, comprometendo a realização de transforma-ções estruturais indispensáveis e o aproveita-mento de vastos recursos, designadamente do Alqueva, e entregando a orientação dos investi-mentos e do mercado à lei do «quem tem unhas é que toca guitarra» ou, se preferirmos, à «lei do mais forte», sem ligar à eficiência económica, à repartição dos rendimentos e aos custos sociais e económicos;

4.º Que, por esta via, a política do Governo vai acentuar os já gravíssimos desequilíbrios estru-turais e regionais do sector e está autolimi-tando, na prática, a margem de manobra, já de si reduzida, que o período de transição pro-porcionava à nossa agricultura e aos nossos agricultores.

Passemos agora aos factos que confirmam as nos-sas conclusões e traduzem os resultados de uma polí-tica que não é de agora, porque já vem sendo imple-mentada desde a adesão de Portugal à CEE, por este Primeiro-Ministro, por este Ministro das Finanças e por este Ministro da Agricultura.

No campo da produção:

As produtividades médias no continente mantêm-se estagnadas e no caso das frutas e dos frutos secos estão em manifesta regressão em resultado do envelhecimento e decrepitude dos pomares;

Nas culturas anuais, as variações das produções são meramente conjunturais e excessivamente irregulares, sendo as áreas cultivadas influencia-das pelo estímulo dos preços, que, como sabe-mos, tendem a estagnar ou mesmo a baixar, sobretudo no caso dos cereais e do leite;

Todos os indicadores técnicos apontam para a estagnação tecnológica; A investigação e a experimentação são manifestamente insuficientes. A experimentação aplicada é quase inexpressiva, sobretudo se tivermos em conta o carácter e a implementação zonal que a mesma deveria ter;

A formação profissional e a extensão rural estão mal concebidas e continuam a não responder minimamente às necessidades do sector;

Não existe nenhuma política de fomento, nem o mercado é orientado para culturas que permitiriam a redução substancial da nossa dependência externa, designadamente no que respeita aos consumos da produção pecuária;

Tão-pouco existem programas de fomento e de melhoria das tecnologias de produção para produções agro-alimentares em que poderíamos dispor de relativas vantagens comparativas — caso dos hortícolas, das frutas e dos frutos secos.

O brutal agravamento da nossa balança comercial agro-alimentar traduz, em si mesmo, esta situação e torna-a irrecusável.

Tomando por base comparativa o período de Janeiro a Julho dos anos de 1986 e 1987, verifica-se que a taxa de cobertura das importações pelas exportações baixou de 48,8 % para 38,2 %, ou seja, enquanto as importações se agravaram em 36,9 milhões de contos, as exportações apenas aumentaram 2,1 milhões de contos.

Vejamos alguns casos que pesam nesta evolução:

Hortícolas — as importações aumentaram 121,6 % (mais 8,3 milhões de contos), enquanto as exportações apenas cresceram 80 000 contos;

Frutas — as importações aumentaram 86,9 %, contra uma subida das exportações de apenas 1,5 %. Em consequência, a taxa de cobertura, que era francamente positiva (150 %), caiu para uma situação negativa (79 %);

Oleaginosas — as importações aumentaram 52,1 % (11 milhões de contos), enquanto as exportações baixaram 58,7 % (menos 1,5 milhões de contos).

Poderíamos continuar o rol, infelizmente grande.

No que respeita ao crédito para investimento, no âmbito do programa de modernização das explorações agrícolas, a realidade tem pouco a ver com a bandeira dos milhões de contos acenada pelo Governo.

Tomando por base os catorze meses que medeiam entre Setembro de 1986 e Outubro do corrente ano, verifica-se:

O número de explorações que beneficiaram ou virão a beneficiar de financiamento correspondem a 0,5 % do total das explorações do continente;

Persiste a estrutura desequilibrada da distribuição regional do crédito e agora também dos financiamentos a fundo perdido. O Ribatejo e Oeste e o Alentejo absorvem mais de 50 % dos mesmos;

As percentagens de projectos recusados em relação aos apresentados é particularmente elevada nas regiões interiores do País, atingindo os 42 % e os 34 %, respectivamente em Trás-os-Montes e nas beiras interiores, para já não falar do elevíssimo número de agricultores que foram

pura e simplesmente desaconselhados de apresentarem projectos, por não terem possibilidade de ser legíveis;

Os financiamentos às pequenas explorações representam apenas 2,6 % do total dos financiamentos concedidos.

Quanto aos programas integrados de desenvolvimento regional, o seu grau de realização é particularmente baixo em Trás-os-Montes e na ria Formosa, situando-se nos 34 % e 28 %, respectivamente.

O grau de realização de projectos e programas aprovados pelos fundos de pré-adesão não só é extremamente baixo como nalguns casos nem sequer tem realização.

O grau de realização do programa de acção florestal não deverá passar este ano da casa dos 30 % em relação às previsões iniciais.

No PEDAP «Incentivos» são legítimas as dúvidas quanto à aplicação dos fundos. A título de exemplo, refiram-se:

Um projecto da Junta de Agricultores Regantes do Lavre, integrado nos denominados pequenos regadios. Esta Junta de Agricultores é constituída, tão-somente, por quatro latifundiários;

A área média das explorações beneficiadas pelo programa de electrificação das explorações agrícolas é de 170 ha.

Veja-se a relação que isto tem com a realidade da nossa estrutura das explorações.

No respeitante ao programa de apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas estão sendo canalizados milhões de contos para matadouros a integrar ou não na denominada rede nacional de abate, quando esta, logo à partida, está projectada para uma capacidade instalada que excede em 70 % o potencial de abate existente no continente.

A rede de mercados de origem, que apenas cobrirá cerca de 30 % da produção para o mercado, não resolve nenhum dos problemas de concentração local, preparação e expedição dos produtos entre o produtor e os mercados regionais de concentração. No entanto, os investimentos, em lugar de estarem a ser orientados para estruturas locais de âmbito colectivo, estão a ser captados, na sua maioria, por comerciantes grossistas e por alguns produtores individuais, também eles, na maioria dos casos, com actividade grossista.

Os financiamentos aprovados em 1986 e no 1.º semestre de 1987 traduzem eles próprios as assimetrias regionais e os riscos do seu agravamento — o Ribatejo e Oeste e o Alentejo absorvem 54 % do total dos financiamentos. Estas duas regiões mais a Beira Litoral absorvem 74 % do total dos financiamentos.

Em termos de política fiscal, esta é particularmente penalizadora para as cooperativas agrícolas e caixas de crédito agrícola mútuo, a quem são retirados benefícios, já não falando do IVA às máquinas e equipamentos agrícolas.

Acrescentaria ainda uma breve referência às acções previstas nas GOPs e que saem do enquadramento comunitário. Trata-se das medidas legislativas tendentes à destruição da reforma agrária, à alteração da Lei do Arrendamento Rural no sentido do agravamento da situação dos rendeiros — e estamos a tomar por base

a proposta deste mesmo Ministro da Agricultura no anterior governo — e ao «roubo» aos povos serranos da posse e usufruição dos baldios.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, vou fazer uma rápida apreciação ao sector das pescas.

E inegável o atraso tecnológico, o elevado grau de desconhecimento das nossas próprias águas e dos nossos próprios recursos marítimos. Apesar disso, a investigação está fortemente condicionada pela mángua de verbas e confronta-se com um sector de avaliação de recursos completamente desmantelado e sem que se tenha criada uma alternativa prática.

Para a prospecção de recursos vivos na zona económica exclusiva e nos países africanos de expressão portuguesa é concedida uma verba de 84 000 contos. Tendo em conta que, a preços de 1986, os custos de actividade no mar do *Noruega* e do *Mestre Costeiro* rondam os 1000 contos/dia no seu conjunto, conclui-se que esta actividade de prospecção só é possível em 80 dias do ano, e isto se os custos de manutenção destas unidades não estiverem incluídos na referida verba.

Entretanto os nossos vizinhos espanhóis vão disputando os nossos subsídios da CEE, estão controlando progressivamente a nossa frota de arrasto costeiro, enquanto continuamos a alargar as licenças de pesca. Ao controle dos recursos marinhos, por parte dos Espanhóis, acresce o progressivo controle por estes do nosso próprio mercado interno. Impingem-nos toneladas de peixe inferior enquanto de cá levam espécies altamente valorizadas. Bem se poderá dizer que nos levam tamboril e nos deixam o chicharro.

Em simultâneo com esta situação inadmissível, a CEE chumba-nos os projectos para a construção de atuneiros ao mesmo tempo que concede licenças ilimitadas para que venham pescar o atum nas nossas águas em quantidades de captura igualmente ilimitadas.

Reflexo de toda esta situação, as nossas importações de pescado nos primeiros sete meses deste ano agravaram-se em relação a igual período de 1986, em 61,2% (12,4 milhões de contos), enquanto as nossas exportações apenas aumentaram em 1 milhão de contos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Convenhamos que a política do Governo para a agricultura e pescas (e não só) comporta tão gravíssimos pecados por actos e omissões, sendo tão poucas as boas acções, que não é possível conceder-lhe a absolvição.

Vamos votar contra as GOPs e o Orçamento do Estado, cientes de prestarmos um bom serviço ao País.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Peço ao Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida o favor de me vir substituir na presidência da sessão.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis.

Neste momento, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputadas, Srs. Deputados: Neste momento da intervenção no debate do Orçamento do Estado para 1988, alguns dirão: «Lá vem a Madeira...»

Os que, neste hemiciclo, dizem assim ou pensam assim (e a fonte donde vem não corresponde sempre à prevista separação das águas) fazem-no como se a intervenção pela Madeira cumprisse, acrescidamente, à mesa do orçamento, um ritual de há treze anos, no rol de reivindicações e protestos aqui ouvidos.

Não estarão as ilhas pouco acompanhadas, nem seremos os únicos a apontar a escassez na proposta de verbas o ano de 1988 trará para oferecer.

Nem nos preocupamos nós, deputados sociais-democratas madeirenses, em nos identificarem com as companhias de ocasião, em matéria de facto.

Prezamos que, *inter pares*, somos madeirenses como nós mesmos, portugueses como muitos e bons e sociais-democratas como os que sempre o foram.

Sr. Deputadas, Srs. Deputados: A carga principal de cada deputado, independentemente da preparação de que seja portador, é a de conhecer, no terreno e no real, os problemas que lhe é dado defender.

E não se espere de quem tem o conhecimento do real, e no terreno, das relações de causa e efeito, não se espere que, sem mágoa e sem combate, nos conformemos com o balanço e o choque social de situações para que não fomos achados; procuraremos, isso sim, superá-las, em sede de diálogo, com mérito e honra para as partes, até ao termo da discussão, na especificidade, deste Orçamento do Estado.

Ao dizerem-nos não, ofereçam-nos ou concedam-nos alternativas. Não é por teima que os deputados vindos das ilhas erguem a voz para dizer das razões que não foram atendidas, das razões que não foram entendidas. Sobretudo essas: as razões que não tenham sido entendidas!

Srs. Deputados, há por aí verdades meias-feitas e outras meias por fazer. Há por aí verdades mal estimadas e, por consequência, há estimativas sem o cômputo certo, sem índices exactos de ponderação — com incidência relevante nas regiões autónomas.

As estimativas pecam, por exemplo e por defeito, quando se aponta a densidade da população da Madeira na ordem dos 400 habitantes por quilómetro quadrado — sem atender ao facto de que, pela difícil orografia, só um terço do território do arquipélago é favorável à fixação habitacional, o que nos conduz, na prática, a impactes, também aritméticos, de 1200 habitantes por quilómetro quadrado.

As estimativas erram quando, e também por defeito, se atribui, para avaliações de consumo, à cidade do Funchal cerca de 100 000 residentes — e se esquece o factor multiplicativo, o potencial de aquisição, em força, do turismo, que atiram esses números para outras escalas a ter em conta, como é dos livros.

As estimativas pecam, por exemplo, quando se ignora que o investimento público na Região Autónoma da Madeira não tem sido superior à média no País — apesar de os condicionamentos das periferias e da insularidade carecerem de mais peso estatal para atracção da iniciativa privada.

As estimativas pecam quando — e isso magoa — se não reconhecem como para funções de Estado os encargos que o Governo Regional gere, enfrenta ou assume.

As estimativas pecam, por exemplo e por outros defeitos, quando, relativamente a orçamentos vencidos, se pensa ter a Região Autónoma da Madeira obtido divisões leoninas de verbas e se deixa para os anos que hão-de vir a resolução de distribuições discriminatórias

do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) das autarquias: os municípios de Portugal no continente auffrem, em média global, por habitante, 9000\$, e a Região Autónoma da Madeira recebe *per capita* 7000\$, ou quando (a fechar esta série de exemplos), para corrigir tal diferença, nos é dito que a igualização de valores se fará ao longo de cinco anos — sem contrapor que essa situação diferida é injustiça alargada, porque persistente no tempo, vai acumular perdas em relação a terceiros, retardará as acções, vai onerar irreversivelmente o produto e os custos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não nos alongamos, hoje. Somos 148 deputados na bancada social-democrata com direito à vez e é preciso contemporizar.

Discretamente, em todos os espaços que nos cedam, não nos temos furtado à troca de capital informação, às diligências, à configuração de hipóteses e aos arranjos de viabilização. Algumas propostas, na especialidade, serão por nós atempadamente entregues na Mesa.

E fica-nos a expectativa de que o pragmatismo possa, até, aceitar serem as ilhas maiores do que o seu próprio tamanho: as nossas ilhas ganham, para o todo português, as dimensões das suas zonas económicas exclusivas (ZEE), o peso estratégico do seu posicionamento geográfico, o prestígio político, a nível internacional, do conseguido processo da sua autonomia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em outra sede de debate serão apresentadas — repetimos —, em conformidade, propostas de substituição, aditamentos ou emenda a valores nominais atribuídos no Orçamento para 1988.

Os valores reais, esses, representam, entretanto, para a Região Autónoma da Madeira um crescimento negativo em 10 %, ao arrepio de recomendações de instâncias internacionais como a CEE e a CRPM (Conferência das Regiões Periféricas Marítimas) que preconizam o reforço das verbas a afectar à promoção e desenvolvimento das regiões insulares, contrariando metas definidas no PCEDED, quanto «ao crescimento das transferências para as regiões autónomas ao ritmo do verificado nas despesas com a aquisição de bens e serviços da administração central», que revelam, para 1988, um aumento de 13,3 %.

Acordadamente, na especialidade, será dado maior seguimento aos telegramas chegados de entidades e instituições madeirenses que recorrem aos deputados como instâncias de urgência, como instâncias da sua exigência.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O nosso mandato assenta na identificação com o eleitorado. Solidariedade e reciprocidade têm de apanhá-lo mesmo barco, seguir a mesma viagem.

É certo que já nos lembraram, nesta Casa, com menos propriedade, o artigo 152.º da Constituição, que passo, também, a citar: «Os deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos.» Ora isso significará, em boa matriz do articulado, que os deputados o são de parte inteira, sem restrições pendentes das importâncias locais. De parte inteira, como princípio nivelador. E o todo nunca excluiu a parte.

Neste contexto, assumimos, por inteiro, a nossa determinação. Para o que for preciso! Para o que tenha de ser!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Lélis, inscreveram-se os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca e Mota Torres.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Deputado, todos os anos este período causa dores de cabeça aos Srs. Deputados dos Açores e da Madeira — mais aos da Madeira, verdade se diga —, mas também causa dores de cabeça ao Sr. Ministro das Finanças e ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento, com certeza. Como também as cria à Assembleia da República.

Sr. Deputado, somos defensores da autonomia regional e também solidários — numa solidariedade total. Solidariedade com a Madeira e com os Açores, mas também com Freixo de Espada à Cinta, o Minho ou o Algarve. Não podemos privilegiar região nenhuma!

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — E com o Porto?

O Orador: — Mas também somos pela clareza das contas, Sr. Deputado. Por isso é bom saber-se que o Tribunal de Contas está em vias de instalar no Funchal uma secção regional, em boa hora decidida, ao que julgo, pelo próprio Governo. Será bom que essa secção do Tribunal de Contas comece já a funcionar.

Como tenho cada vez menos tempo, coloco-lhe só uma questão. O seu discurso foi um bocado ambíguo, disse que talvez sim, que talvez não, que ia apresentar propostas e deu a entender que gostaria de ver as suas propostas aprovadas.

O que quero perguntar é quais são as propostas que vai apresentar — a menos que me responda como ontem um ilustre deputado dos Açores respondeu à Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, que ela gostaria de tirar «nabos da púcaras...? Não quero tirar «nabos da púcaras», mas, como estamos aqui a discutir o Orçamento, gostaria de saber que tipo de propostas vão apresentar. Mais: se essas propostas não tiverem cabimento e o PSD votar — como já tem votado — contra as propostas da Madeira, os Srs. Deputados vão ou não votar favoravelmente o Orçamento, uma vez que não terão cabimento as suas propostas?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — É muito curioso!
O Sr. Deputado é muito curioso!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mota Torres.

O Sr. Mota Torres (PS): — Sr. Deputado Carlos Lélis, quero começar congratulando-o pelo tom comedido da intervenção de V. Ex.º É este o quinto debate do Orçamento a que assisto na Assembleia da República e, porventura pela primeira vez, vi a questão das transferências para a Região Autónoma da Madeira no âmbito do Orçamento do Estado para 1988 tratadas de forma serena e tranquila, o que me apraz registar.

O Sr. Deputado começou a intervenção dizendo que, porventura, os deputados aqui na Assembleia da República estariam a pensar: «Lá vem a Madeira reivindicar a transferência de mais fundos, de mais verbas.»

Se alguns deputados o pensaram, terão tido razão para o pensar, porque nestes cinco anos assistiu-se aqui — muitas vezes sem razão, deixe-me dizer — a um reivindicar pelo reivindicar. Quando assim o não foi, eu próprio, em nome da justiça e da coerência, pus a minha assinatura em algumas propostas que tiveram vencimento nesta Câmara.

Gostaria, agora, de lhe colocar duas questões concretas. A primeira tem a ver com o Programa de Reequilíbrio Financeiro que o Governo Regional, através do seu Presidente, e o Sr. Ministro das Finanças assinaram o ano passado e que é altamente condicionador e limitador das verbas a transferir para a Região Autónoma da Madeira. O PS, desde o princípio, criticou esse Programa de Reequilíbrio Financeiro e, desde o princípio, disse que era um instrumento de controle financeiro apertado da Região Autónoma da Madeira.

Gostava que o Sr. Deputado, agora, se quisesse e pudesse, me explicasse como vê o papel desse protocolo de reequilíbrio financeiro e o seu enquadramento na actual proposta de lei do Orçamento do Estado.

A segunda questão prende-se com a ausência de critérios objectivos que materializem a solidariedade nacional. O PS anda na Assembleia Regional e, até, na Assembleia da República há uns anos a defender critérios rígidos e objectivos que traduzam de forma clara o que deve ser a solidariedade nacional. Por muitas razões — e uma delas é a de ter encontrado obstáculos sistemáticos na Assembleia Regional — ainda hoje não existem critérios que permitam definir essa solidariedade. Qual é a posição do Sr. Deputado face a esta matéria?

Por outro lado — e isto já não tem a ver com as questões anteriores —, os deputados na Assembleia da República estão a discutir o Orçamento para 1988 com uma enorme dificuldade em relação à Região Autónoma da Madeira: é que não conhecem a proposta de orçamento regional para 1988 e, porventura, não conhecem — eu não conheço — o défice previsto para 1988.

Gostava que o Sr. Deputado, se pudesse, comentasse as questões que lhe pus.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis. Informo-o, Sr. Deputado, de que dispõe de 2 minutos.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Srs. Deputados, gostaria sem dúvida, até pelo respeito que tenho pelo estatuto da oposição, de responder às perguntas que me foram colocadas.

O Sr. Deputado João Corregeor da Fonseca saiu há pouco deste nosso alinhamento e o colega Mota Torres é conversador habitual sobre estes problemas.

Se me permitissem, não responderia por duas razões. Uma delas, por razões de coerência. Citei várias vezes na minha intervenção que remetia para a especialidade todas as tramitações a que nos temos dado frontalmente. E tão frontalmente que a afirmação de ambiguidade dirigida pelo Sr. Deputado João Corregeor da Fonseca apenas poderá cobrir o aspecto esperança/expectativa que estão ainda nas minhas palavras.

Por outro lado, para além da coerência, cito também o aspecto solidariedade: o Grupo Parlamentar do PSD tem imensa falta de tempo e tem problemas de

gestão. Comprometi-me a que a minha intervenção — pequena que foi na íntegra — não demorasse e a não gastar tempo com a explicação.

Os Srs. Deputados acreditam em outras oportunidades na minha capacidade, no meu desejo de diálogo com todos os partidos deste hemicírculo, mas perdoar-me-ão desta vez para que eu possa cumprir esses dois princípios que enunciou: coerência e solidariedade com o grupo parlamentar em que estou integrado.

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos. Informo-a, Sr.ª Deputada, de que dispõe de 9 minutos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro (que não está), Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Estava na expectativa de uma intervenção do Sr. Ministro sobre a Cultura, dado que é o responsável pela tutela nesta área ou então que se fizesse substituir pela Sr.ª Secretária de Estado da Cultura. Fiquei frustrada.

Qualquer governo interessado na defesa da nossa identidade nacional terá de assumir como directriz prioritária da política cultural uma acção que, devendo ter carácter de urgência, faça o estudo sistemático e científico das expressões que corporizam a nossa matriz cultural.

É que a cultura autêntica não se encontra encerrada em gabinetes ou se enriquece pela via exclusiva dos decretos.

Não ignoramos que não há culturas perfeitas e imutáveis e que ninguém conhece a cultura em todos os seus aspectos ou jamais a conhecerá inteira. Mas adiar sucessivamente as indispensáveis medidas a tomar não só não contribui para a salvaguarda do nosso passado colectivo como empobrece o próprio património cultural universal.

Torna-se, pois, inqualificável que persista a ausência de um levantamento cultural do País, que se perca veloz e inexoravelmente o património etnográfico, que permaneça em sótãos e caves em acelerada degradação a maior parte do património bibliotecário e arquivístico, que não exista a carta arqueológica de Portugal e o inventário artístico cubra somente seis distritos.

Os poderes públicos permanecem como que apostados em perpetuar a sua indiferença pela nossa memória colectiva, pela sobrevivência das formas populares e eruditas e pela defesa geral dos nossos valores culturais.

Ao tomarmos conhecimento do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano verificamos que uma das suas principais preocupações continua a residir no «patrocínio particular e empresarial» ou mais exactamente no mecenato cultural.

Quanto a nós, esta orientação política não nos parece capaz de melhorar minimamente a situação, nem é a mais ajustada à nossa realidade. A lógica particular e empresarial — porque baseada no lucro — não pode acautelar de modo eficaz assuntos de natureza histórica e cultural, nem corresponder adequadamente a tamanho interesse nacional.

Hoje, cada vez mais se encara o desenvolvimento como um processo extremamente complexo e abrangente, que só será eficaz se baseado na vontade de cada

sociedade se realizar. Com efeito, o desenvolvimento deverá abranger todos os aspectos da vida, empenhando todas as energias de uma comunidade e não preferencialmente servir a iniciativa privada e empresarial.

A cultura, porque ligada a todas as expressões de vida, sobressai, naturalmente, como um elemento insubstituível para ajudar a guiar e a humanizar o crescimento económico e o progresso técnico. É indiscutível, mas não pode nem deve ficar na sua dependência.

No seu dia-a-dia, as populações, dinamicamente, vão encontrando novas atitudes, descobrindo novas facetas provenientes de outras sociedades e certamente que, em breve, a própria «television por satélite» dar-lhe-á informações e conhecimentos em escala mundial. Isso virá a ter grandes repercussões sociais e políticas, influenciando, de modo geral, as maneiras de pensar das pessoas e a cultura, visto que por seu intermédio se poderá acentuar a cultura-mercadoria ou a difusão de valores endógenos. Mas também isto mais nos obrigará a reflectir sobre o nosso passado e a aprofundar soluções antichauvinistas, repudiando perspectivas elitistas de desenvolvimento e a procurar um desenvolvimento voltado para o progresso individual e comunitário, a promover a salvaguarda dinâmica da autenticidade cultural e a fomentar o estudo das nossas tradições orais e artes populares.

A nossa economia, a nossa política e, naturalmente, a nossa cultura estão agora sob uma forte influência/dependência — e, em certa medida, submissão — do chamado «mundo desenvolvido», formado pelas sociedades industrializadas do Ocidente.

Porém, as necessidades humanas, que são ao mesmo tempo universais e variáveis, mostram-nos que o que é importante é que os países desejam e não o que os países tecnologicamente mais desenvolvidos «pensam» que eles desejam.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A CEE, esse «designio nacional» que nos fará alcançar a tão propalada «modernização do País», para constituir uma iniciativa benéfica tem de engrandecer a existência do cidadão comum, tem de dar-lhe a palavra e permitir a sua inteira intervenção sem que seja impelido numa actividade em que tenha ao mesmo tempo dignidade e liberdade.

Actualmente, assumimo-nos com uma postura de inferioridade. Procura-se que o nosso país emite os países da Europa e do Mercado Comum, como a melhor maneira de sermos verdadeiramente europeus. «Temos», portanto, de adoptar o seu *way of life*. Esta é a atitude fundamental que nos leva a ficarmos orgulhosos por pertencermos à CEE! Isto é, encontrando-nos mais próximos do «auténtico» estilo de vida do «homem moderno», já começamos a ser menos nós próprios e a ficar mais distantes das nossas raízes culturais. Ora, isto é um «sentimento de subúrbio» e mostra falta de autenticidade.

Hoje, mais do que nunca, não temos que nos sentir envergonhados da nossa cultura. Para tanto basta-nos assumir também e com coerência o legado do 25 de Abril.

Defendemos a manutenção da tradição sem a rejeição do progresso científico e tecnológico.

A ciência e a tecnologia terão de ser aplicadas de acordo com os modelos adaptados às nossas características sociais e culturais e sempre em ordem a corresponder às necessidades reais das populações.

Não concebemos a modernização do País, como está consignado nas GOPs, sem a adopção de medidas que atendam à diversidade das nossas comunidades. Pelo que nos é dado a conhecer, as suas expressões culturais continuam a manifestar-se condicionadas por soluções políticas desajustadas e desenquadradas dos verdadeiros problemas nacionais.

A «modernização do País» não pode significar industrialização e urbanização desenfreadas, analfabetismo, aumento do desemprego. Ao invés, tem de trazer prosperidade e paz social.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Muito bem!

A Oradora: — Só existirá verdadeira modernização quando esta assentar na tradição dos mais autênticos valores da nossa cultura. Não uma tradição negativa e mobilista, mas como a soma do conhecimento e da experiência acumulados por sucessivas gerações. A desejada inovação terá de assentar na feição específica da nossa cultura. Daí que para nós o conceito de desenvolvimento seja inseparável do da nossa identidade nacional.

Deste modo, uma política que não atenda a tal identidade, mas somente aplique receitas comunitárias — ou outras — não corresponderá a um verdadeiro progresso e estará a preparar o campo ao aumento de atentados patrimoniais e artísticos.

Este é o sentido fundamental que entendi trazer a esta Câmara a propósito das Grandes Opções do Plano, quando afirmam: «A modernização do País é, na essência, um processo eminentemente cultural.»

É que não basta definir conceitos; é necessário estar imbuído da capacidade instrumental, seja ela imaterial ou material, é necessário definir o como, porquê, para quê e com quem. Ou seja: não basta algumas acções de valor evidente, quando se esquece um dos aspectos que deveria ser a essência e o suporte dinâmico dessa política.

Traçada que está esta minha preocupação, que fiquem, pois, as palavras de Almeida Garrett: «Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a copiar de nossa natureza, e deixemos em paz Gregos, Romãos e toda a outra gente.»

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e da ID.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — A Sr.ª Deputada Natália Correia pediu a palavra para um pedido de esclarecimento, segundo penso.

Em todo o caso, queria observar que o PRD dispõe de um minuto e meio e que Os Verdes não têm já tempo algum. Caso queira, pode dividir o seu tempo com a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Sr. Presidente, se não usar esse minuto e meio de que disponho, darei o que restar à Sr.ª Deputada.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Apreciei muito a intervenção da Sr.ª Deputada Maria Santos e pergunte-lhe se não acha que é ocioso falar-se de modernização da sociedade sem uma política de configuração cultural, isto é, uma política que consciencialize a especificidade do todo cultural que unifica as diversas dimensões da sociedade, integrando-as no objectivo da modernização.

Não se vê que este governo tenha uma visão cultural do conjunto dessas dimensões, praticando antes uma política cultural dispersiva, de medidas desconexas, contrária a uma aplicação estruturada à valorização do potencial humano e cultural, que é a segunda grande proposta das Grandes Opções do Plano.

O Sr. Presidente: — No tempo restante tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Estou totalmente de acordo consigo, querida colega deputada, querida colega mulher, querida colega escritora.

Aplausos do PS, do PCP e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este debate já vai longo, vai algo cansativo para todos nós. Este desfile de números, de índices, tem algo de distante da realidade portuguesa, com a qual nos temos de confrontar no quotidiano.

Por isso, gostaria de sair desse panorama e de pegar no concreto, falando de um problema que afecta milhares de famílias portuguesas e para o qual neste Orçamento e neste Plano não encontrei resposta. Falo do problema da habitação.

Imaginemos, Srs. Deputados, uma família jovem, com filhos pequenos, que ganhe dois salários médios (90 contos/mês para os dois): se alugar casa em Lisboa ou no Porto por 30 ou 40 contos ou puser de lado, para comprar casa própria, 50 contos por mês, fica sem possibilidades de custear despesas de alimentação, transporte, luz, creche e vestuário em condições aceitáveis — e não falo já da ocupação de tempos livres, acesso à cultura e outras coisas essenciais ao bem-estar das pessoas. Está condenada a viver em casa dos pais ou a lançar-se na economia paralela, com todos os inconvenientes que daí decorrem.

Srs. Deputados, este é o panorama médio — não estou a falar de salários mínimos, de deficientes, de idosos ou de desempregados. Estou a falar de uma família com dois salários médios.

As necessidades habitacionais nacionais cifram-se em 700 000 fogos. Nesta base, é inaceitável que as verbas do PIDDAC para habitação sofram este ano uma redução de mais de 50 %, cerca de 10 milhões de contos, que não vão ser investidos em habitação, de acordo com as propostas do PIDDAC para 1988.

Contestamos, por isso, a intenção de reduzir o papel da administração central na promoção directa de habitação social enquanto se mantiverem estas carências, sobretudo por não terem sido entretanto colocadas à

disposição do município e das cooperativas verbas significativas a fundo perdido ou em condições de crédito especialmente favoráveis.

Srs. Membros do Governo sabem muito bem que as cooperativas, quando pedem crédito na banca, têm condições equiparadas aos particulares e sabem muito bem que, se as câmaras municipais pedirem empréstimos para a habitação, ou têm de vender essas casas a quem as pode comprar, ou, se as quiserem ter como património municipal, ficam com os seus limites de endividamento completamente ultrapassados. Nestas condições não podem suprir as falhas existentes.

É por tudo isto que considero profundamente errado retirar do PIDDAC o Instituto Nacional de Habitação, que, teoricamente, deveria ser a peça chave da política habitacional do Estado. Não sabemos como é que este Instituto vai aplicar os recursos de que irá dispor em 1988 (25 milhões de contos). Nada foi dito. Não sabemos o que vai fazer. A Comissão pediu esclarecimentos sobre isto e não os obteve.

É escandaloso que não seja atribuído o subsídio de renda, criado em 1985, na altura em que o então governo do bloco central alterou a lei das rendas de casa.

Prevê-se que em 1986 220 000 famílias deviam receber o subsídio de renda. Afinal, foram só 11 000 as contempladas nesse ano e prevê-se que este ano sejam só apenas 13 000 as que o virão a receber.

Entretanto, a verba para subsídios de renda continua a ser reduzida todos os anos — este ano são apenas 300 000 contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando há 700 000 famílias sem casa, 300 000 contos para subsídio de renda é qualquer coisa de caricato. Acho que é escandaloso, é mesmo imoral.

Com esta atitude e com estas propostas, o Governo ignora a angústia das famílias que não conseguem pagar as suas rendas. Parece desconhecer o drama dos inúmeros despejos motivados por carência económica devida a desemprego, a salários em atraso, a impossibilidade de pagamento das rendas em tempo útil.

Só na camarca de Lisboa há 10 000 acções de despejo a decorrer. Nem todas serão motivadas por carência económica, mas numa grande parte delas é-o seguramente. E quem esteve, como eu estive, numa câmara municipal a atender diariamente casos de carência absoluta e total não pode deixar de achar confrangedoras estas reduzidíssimas propostas do Governo em matéria de habitação.

Recordo, porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que na campanha eleitoral o Primeiro-Ministro tinha uma atitude diferente. À pressa veio dizer que iam fazer-se 10 000 casas em Lisboa e 2500 no Porto. Os vereadores do pelouro da habitação de ambas as câmaras — que, aliás, são ambos do PS — nem sequer tinham conhecimento dos programas correspondentes.

Não sabemos se estas 12 500 casas produzidas assim de repente vão ou não ser efectivamente construídas — oxalá o sejam. O que não sabemos é em que plano elas estão incluídas. Não há um plano nacional de habitação e com 700 000 famílias sem casa não se pode dizer que queremos aproximar a economia portuguesa dos níveis europeus.

Um pouco de bom senso, Srs. Membros do Governo.

Aplausos do PS, do PCP, da ID e de Os Verdes.

Termino chamando a vossa atenção para o que está em causa, que é, no fundo uma opção de modelo de política a defender. Penso que o Governo defende para a habitação um modelo liberal, e não posso estar de acordo com este modelo, por ser um modelo que reduz o papel do Estado ao mínimo, entrega a habitação à banca, fecha os olhos ao aumento das desigualdades neste sector, e tudo isto tem repercussões inevitavelmente associadas à falta de habitações condignas, como sejam o insucesso escolar, a violência na família, a marginalidade e até o trabalho infantil.

Aplausos do PS, do PCP, do CDS, da ID e de Os Verdes.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Queria que a Mesa dissesse quais são neste momento os tempos disponíveis dos diversos grupos e agrupamentos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Devo esclarecer que a conferência de líderes deliberou que não se fazia uso do expediente dos 59 segundos. Isto significa que, como o nosso relógio só passa de minuto em minuto, não se podem utilizar minutos incompletos para os explorar como se de minutos inteiros se tratasse.

O PSD tem um minuto, o PS tem dezassete, o PCP catorze e meio, o PRD tem um, o CDS já não dispõe de tempo, Os Verdes têm um minuto, a ID tem sete e o Governo dezassete.

Devo esclarecer que o CDS cedeu algum tempo. Isto já corresponde às permutas que foram autorizadas.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Apolónia Teixeira.

A Sr.^a Apolónia Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 1988 o Governo pretende concretizar o que no seu programa anunciou como «escolhas dolorosas».

Escolhas dolorosas para a grande maioria dos portugueses, para os trabalhadores e outras camadas laboriosas.

Nas GOPs o Governo propõe para o mundo do trabalho três vertentes que determinam a sua opção classista.

A primeira é a contenção dos salários, enquanto que os ganhos da mais-valia revertem para o capital.

Na prática, a confirmar-se tal opção, os rendimentos do trabalho continuariam a diminuir na distribuição do rendimento nacional, agravando o desequilíbrio existente, já profundamente injusto para os trabalhadores.

A segunda, em nome da «flexibilização» e da «modernização», tenta atingir os direitos fundamentais dos trabalhadores através da alteração da legislação laboral, criando condições para a liberalização quase total dos despedimentos individuais.

A terceira, referente à Segurança Social, é expressa na formulação «menos Estado melhor Estado», procura a redução do papel que ao Estado incumbe na prossecução da justiça e solidariedade social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Segurança Social é, por definição, na lei, um direito universal, devendo, para o efeito, o Governo garantir a administração do sistema (Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto).

Contrariamente a este princípio fundamental, o Governo reafirma o objectivo de accionar a criação e funcionamento de esquemas complementares privados de segurança social e fundos de pensões, pretendendo, assim, canalizar para o sector privado as poupanças dos trabalhadores, aumentando a estes os riscos e desigualdades e aos privados os negócios lucrativos.

Ao prever no orçamento da Segurança Social 474,5 milhões de contos relativos a contribuições, o Governo apenas se propõe uma modesta recuperação das avultadas contribuições em dívida.

De facto, considerando que a Segurança Social não recebe efectivamente o que deveria, importa analisar as razões que estão na relação directa desta situação.

As dívidas à Segurança Social rondarão neste momento os 170 milhões de contos. Ao contrário de declarações e intenções anteriormente manifestadas de recuperação, constata-se um cada vez maior agravamento. Curiosamente, em dois anos de governação sob a responsabilidade do actual Primeiro-Ministro, as dívidas à Segurança Social atingiram 60 % de todas as acumuladas em doze anos, isto é, de 1974 a 1986.

Paralelamente, são os trabalhadores, através dos seus descontos, que suportam grande parte dos encargos dos regimes não contributivos (pensão social), reduzidamente contributivos (rurais), acção social e despesas de administração, já que pelo Orçamento do Estado apenas são transferidos para a Segurança Social 32,5 % das despesas orçamentadas com estes regimes, o que leva a um agravamento da situação financeira da Segurança Social, ao mesmo tempo que penaliza os beneficiários do regime geral.

O Orçamento para 1988 não é um orçamento de fartura, mas sim um orçamento altamente restritivo, como se comprova pelas seguintes razões, a saber: estagnação da verba para subsídios de desemprego, salários em atraso e subsídios para os jovens à procura do primeiro emprego; redução em + 50 % do subsídio de renda de casa; condicionamento ao subsídio de doença de largos milhares de trabalhadores; o previsível não aumento real das já degradadas pensões e reformas, cuja actualização verificada em 1 de Dezembro resultou em que mais de 1 450 000 reformados recebam valores iguais ou inferiores a 13 000\$ e, destes, cerca de 1 milhão usufruem pensões entre 5 160\$ e 11 000\$; o irrisório aumento das prestações pecuniárias à família, cuja desvalorização real foi acentuada. Vejamos o exemplo do abono de família, que em 1987 correspondia apenas a uns ridículos 4,6 % do total das despesas com uma criança.

Tudo isto prova que as promessas eleitorais de justiça social não vão ser cumpridas e que a solidariedade social não passa de uma palavra que é manipulada e não vai ter correspondência na vida dos Portugueses!

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ainda antes de dar a palavra ao Sr. Deputado que se segue na lista dos oradores gostaria de comunicar à Câmara algumas decisões da conferência de líderes de hoje à tarde, já que têm algumas implicações na vida de cada um dos Srs. Deputados.

Assim, amanhã, às 10 horas, começaremos com a votação na generalidade da proposta de lei n.º 9/V, que tem a ver com a matéria relativa ao «júri» do pacote da justiça.

Segue-se o encerramento do debate sobre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1988, como estava previsto.

No dia 18, às 10 horas, haverá um voto sobre Timor Leste, um conjunto de votações sobre vilas, cidades e freguesias, com dez minutos para cada grupo ou agrupamento parlamentar, e as votações finais globais das propostas de lei n.ºs 7/V e 11/V, todas elas ligadas ao pacote da justiça.

Devo esclarecer que na hipótese de estar alguma delas pronta amanhã de manhã, será logo votada.

Nesse mesmo dia, entre as 10 e as 12 horas, na sala D. Maria, proceder-se-á às eleições para o Conselho da Europa e União da Europa Ocidental, relativamente aos lugares que ficaram vagos, e ainda para o secretário da Mesa da Assembleia da República e os vice-secretários da Mesa da Assembleia da República.

Haverá uma reunião plenária no dia 22, terça-feira, às 10 horas, onde se discutirá uma proposta de lei de autorização legislativa sobre um decreto preambular no âmbito do Ministério da Justiça. E também a proposta de lei n.º 12/V — Lei Orgânica dos Tribunais —, onde se fará a votação final global.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Julgo ter ouvido o Sr. Presidente ter dito que a reunião plenária era terça-feira às 10 horas. Penso que há um lapso: é terça-feira às 15 horas.

O Sr. Presidente: — Penso que tem razão, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, julgo que, efectivamente, combinámos às 15 horas. Deve ter sido um lapso, pois, como é habitual, às terças-feiras os trabalhos parlamentares começam às 15 horas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, corrijo o lapso: é às 15 horas. Vai ser corrigido este lapso na súmula e em todas as informações.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida. Dispõe de dezassete minutos.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista lamenta a atitude do Ministério da Saúde,

que, sistematicamente, reduz a informação disponível sobre as suas actividades. Os relatórios e contas do Serviço Nacional de Saúde não se publicam desde 1985.

Agora, e pela primeira vez, a despesa não é decomposta segundo as despesas de pessoal, consumos e outros.

Esta atitude tem de ser interpretada como receio de um conhecimento mais detalhado da gestão deste Ministério.

Quem não deve não teme.

Mas, se estamos enganados, então publiquem-se rapidamente os relatórios em falta, prestando, assim, a informação relativa aos anos de 1985 a 1987, permitindo a comparação com a que existe relativa ao período de 1980 a 1984.

Face à escassez de dados disponíveis, o que inviabiliza uma apreciação relativamente aceitável do orçamento do SNS de 1988, pergunta-se que credibilidade dar a este projecto.

A resposta é só uma: diminuta, à luz do que tem acontecido aos projectos de orçamento apresentados por este Ministério nos dois últimos anos.

Na realidade, comparem-se algumas das rubricas dos valores «iniciais» e «finais», todos eles fornecidos pelo Ministério da Saúde. Assim, no que respeita a 1986 para 1987: défice — variação para mais: 24,9%; receitas próprias — variação para mais: 28,6%; medicamentos — variação para mais: 21,8%.

No que respeita às variações 1987-1988: défice — variação para mais: 49,3%; receitas próprias — variação para mais: 177,8%; medicamentos — variação para mais: 15,8%.

Antes de a actual Sr.ª Ministra da Saúde tomar posse nunca se verificaram variações tão elevadas nos projectos do orçamento apresentados pelo Ministério da Saúde entre os valores dos orçamentos iniciais e finais. Só o malabarismo político, ou uma gestão do saber das circunstâncias, pode explicar diferenças tão acentuadas.

Mas, voltando ao orçamento de 1988 para o SNS o Ministério quer fazer crer que haverá uma melhoria dos serviços, justificando-a com o crescimento de 10,68% entre os valores de 1987 e de 1988.

Mas será isto verdade? Não é por diversas razões. Para 1987 o financiamento do Estado é de 173 902 000 contos; deduzindo o défice de 1986 — 14 695 000 contos — restam para o próximo ano 159 207 000 contos.

Para 1988 o financiamento do Estado é de 192 470 000 contos; deduzindo o défice de 1987 — 22 798 000 contos — e deduzindo também o Instituto Português de Oncologia e o Instituto de Gama Pinto — de 3 100 000 contos — restam 166 172 000 contos.

Ou seja, a variação entre 1988 e 1987 representa um crescimento de 4,37%, e não os 10,68% tão propagandeados.

Quer dizer, uma comparação honesta, rigorosa e transparente só pode ser efectuada entre valores comparáveis dos dois anos.

Foi o que se fez, deduzindo os défices do ano anterior, tanto para 1987 como para 1988, e ainda o valor do Instituto Português de Oncologia e Instituto de Gama Pinto, pois em 1987 estavam incluídos no Ministério da Educação. Verifica-se, assim, que o crescimento real não cobre sequer a taxa de inflação prevista pelo Governo para 1988.

Logo, o argumento utilizado nem meia verdade é. Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo: Eis apenas alguns exemplos demonstrativos de que, infelizmente, o Ministério da Saúde tem vindo a reduzir a informação de carácter económico-financeiro sobre o sector da saúde.

E mesmo aquela que facilita merece uma reduzida credibilidade, como a experiência demonstra claramente, pois nos dois últimos anos chega a ser, no mínimo, incompreensível como é possível apresentar uma disparidade tão elevada entre o mesmo tipo de valores num intervalo de tempo tão curto.

Face a este cenário, a nossa apreensão leva-nos a deixar aqui esta interrogação final: quais as garantias que o Ministério da Saúde oferece para não estarmos daqui a um ano confrontados com um défice de cerca de 30 milhões de contos?

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Deputado João Rui de Almeida, subscrevo quase na íntegra a sua intervenção, que aplaudi, mas penso que ela peca por defeito na comparação dos dados de despesa. É que, se calcularmos bem são cerca de 7 milhões de contos que estão inscritos este ano, não se verificando essa inscrição no ano passado. Refiro-me à dotação provisinal do aumento dos funcionários públicos, a qual não constava o ano passado do mapa, constando já este ano. Como disse, são cerca de 7 milhões de contos, não contando com novas admissões e revisão de carteiras.

Assim, perguntava ao Sr. Deputado se não concorda com o facto de, na verdade, o seu cálculo pecar por direito e de, se calhar, o aumento previsto este ano para o sector da saúde não chegar sequer aos 4%.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Agradeço as suas palavras, Sr. Deputado Vidigal Amaro. Com efeito, trata-se de mais uma preciosa ajuda, pois, de facto, era impossível meter tudo nestas pequenas folhas, e daí o meu agradecimento.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Valorizar o potencial humano e cultural e favorecer a inovação institucional e reforçar a solidariedade social são dois dos quatro grandes objectivos da política de desenvolvimento que o Governo entendeu privilegiar.

Mais emprego produtivo, crescimento económico sustentado e duradouro e maior competitividade face ao exterior são também elementos caracterizadores da evolução do País no próximo futuro e, nessa medida, definem um comportamento para uma série de variáveis que, no seu conjunto, darão corpo a políticas e instrumentos que deverão enformar uma estratégia de desenvolvimento.

Ao Ministério por que sou responsável cabe uma quota-partes no que respeita ao preenchimento de algumas das vertentes que poderão contribuir para que esse percurso se faça de forma cada vez mais consolidada, sem sobressaltos, e num quadro que concilie essa evolução com uma busca conseguida e constante de maior justiça social.

Começarei por abordar alguns aspectos relacionados com a política de emprego.

Apesar de Portugal beneficiar de um valor de taxa de desemprego (6,6%, em sentido restrito) que nos coloca numa posição invejável face a todos os países das Comunidades Europeias, onde o valor médio anda pelos 11,8%, também sabemos que, ao contrário de todos os países comunitários com a provável exceção da Irlanda, o peso da população mais jovem, quando comparado com a população activa total, é em Portugal maior do que em qualquer desses países.

Significa isto que, paralelamente ao esforço de modernização da economia portuguesa, que implica a busca de maiores índices de produtividade (que em Portugal é seguramente menos de metade da média comunitária) e de reconversões — as mais diversas —, teremos, nos próximos anos, e em cada ano, um afluxo à idade activa de um volume muito superior da população do que aquele que, em termos relativos, se vai verificar nos restantes países comunitários.

Só por si esta situação reclama qua a política de emprego em Portugal terá de ser bem específica, dada esta realidade bem concreta.

Com este quadro sinteticamente descrito, a política e os instrumentos com vista à criação de emprego ganham uma relevância particular. E isto porque, a ser adoptado um cenário de inércia — o que poderia significar ausência de política ou uma confiança exclusiva nas regras de mercado —, as consequências seriam tão negativas que extravasariam o «foro» do económico para afectarem, de forma gravosa, componentes ligadas ao social, à qualidade de vida e mesmo até a forma de organização das nossas vilas e cidades.

O conseguimos que a animação da actividade económica e o surgimento de emprego produtivo se venham a verificar também nas zonas do País onde o peso da população mais jovem na população total é maior, ou, em alternativa, continuaremos a assistir a um fluxo de movimentos migratórios em direcção às conurbações urbanas, em volta, fundamentalmente, das cidades de Lisboa e do Porto, com o agravamento das deseconomias que hoje aí se verificam e com a acentuação das disfunções sociais, que aí também já não são em pequeno número.

São vários os instrumentos que, directa ou indirectamente, podem ser accionados com vista ao incremento do emprego e ao aumento da produtividade.

Na impossibilidade de em todos me deter, apenas gostaria de referir que, tendo passado o tempo em que o emprego se vinha a concretizar em torno de grandes projectos, altamente absorventes de mão-de-obra, ganha corpo a estratégia de que mais emprego significa o surgimento de muitas pequenas e médias unidades disseminadas pelo território nacional.

O Programa Nacional de Interesse Comunitário para Portugal de incentivo ao investimento produtivo e já aprovado pelas instâncias comunitárias pretende, de alguma forma, responder a essa necessidade. Para além

de todo um conjunto de incentivos de diversa natureza, um há que se relaciona directamente com o número de postos de trabalho a criar e está concebido de acordo com uma modulação regional que tem em conta os aspectos de diferenciação espacial que se detectam quanto ao mercado de emprego.

Nos programas de incentivo ao emprego, da responsabilidade directa do Ministério, a tónica seráposta nos programas mais directamente ligados à inserção em postos de trabalho ou na criação de novas actividades económicas, através de uma aposta numa maior valorização da componente de formação dos indivíduos e na mobilização das capacidades de empreender por estes reveladas.

Os grupos sociais mais vulneráveis perante o mercado de emprego merecem uma acrescida atenção, com realce para os jovens e os desempregados de longa duração. Com os dezasseis programas a executar em 1988, da responsabilidade directa do Ministério do Emprego e da Segurança Social, serão abrangidos cerca de 41 000 indivíduos, dos quais 20 000 serão jovens.

Assim, e para a execução desses programas, a desenvolver em 1988, estão previstos cerca de 12 milhões de contos, quando em 1987 esse valor era de 8 milhões de contos. Trata-se, portanto, de um acréscimo de 50 %.

Mas é essencialmente na formação profissional que no próximo futuro e com maior vantagem se pode actuar do lado da oferta. Consideramos este domínio como um vector estratégico de actuação para os próximos anos.

Se o recurso humano é o elemento mais valioso que possuímos com vista ao desenvolvimento do País, investir na sua valorização constante e nas suas múltiplas componentes é uma orientação geral do Governo.

Assim, as verbas previstas para os diferentes programas de formação profissional para 1988, e relativamente a 1987, sofrem um acréscimo de 34,2 %, sem contar com os projectos respeitantes às candidaturas apresentadas pelas diferentes entidades directamente ao Fundo Social Europeu.

Os aumentos mais significativos verificam-se em programas que têm a ver com os centros protocolares. Isto significa que privilegiamos decididamente a formação em cooperação com diversas entidades, nomeadamente com os parceiros sociais.

Pela primeira vez vão ser financiados, no quadro de actividades do Instituto do Emprego e Formação Profissional, programas-quadro para pequenas e médias empresas (com menos de 250 trabalhadores), numa perspectiva de facilitar o acesso das pequenas e médias empresas à formação profissional dentro de normativos preestabelecidos.

A aprendizagem também mereceu da nossa parte uma prioridade acentuada — vai-se investir em 1988 mais 70 % do que em 1987.

Sem formadores devidamente qualificados, técnica e pedagogicamente, torna-se difícil encarar com êxito todos estes ambiciosos programas. Daí que o aumento de investimento para esta área seja para 1988 de cerca de 450 % (de 85 000 contos passa-se para 400 000).

Finalmente, também decidimos dar uma atenção prioritária à reinserção dos deficientes na vida activa. Esta opção fica consagrada, no que respeita à formação profissional, com um aumento de mais de 30 %.

Ainda, e no que respeita à formação profissional, já no 1.º trimestre do próximo ano será definida uma matriz orientadora com vista às ações de formação profissional a desenvolver pelas diversas entidades no próximo futuro. Essa matriz terá em conta não só a realidade diferenciada regional, mas também o papel do Estado, das empresas, das associações empresariais, dos sindicatos e das autarquias e demais entidades nas ações a desenvolver.

Mais do que a avaliação do sistema em termos financeiros — e essa óptica é, sem dúvida, importante —, preocupam-me ainda os elementos intangíveis, que também devem estar presentes numa avaliação rigorosa. Por isso, atribuo a maior importância à componente institucional.

Por um lado, através da definição da matriz de enquadramento que referi e, por outro lado, fazendo com que o principal serviço executor da política de emprego — o Instituto do Emprego e Formação Profissional — se reoriente no sentido de vir a exercer essas funções muito mais no terreno e com o envolvimento activo dos agentes económicos, autarquias e todos os catalizadores das ações de desenvolvimento.

Se há domínios onde o contacto entre a Administração e outros agentes é tão determinante para o sucesso, a formação profissional é um deles. Por isso, não admirará que, perante normativos claros, as funções a nível central se limitem a aspectos de coordenação geral e de fiscalização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É ainda no domínio da Inspecção-Geral do Trabalho e da Inspecção-Geral da Segurança Social que se verificam aumentos de verbas mais significativos (+ 26 % e + 15 %, respectivamente) de entre os serviços do Ministério. A importância que atribuímos às funções desempenhadas por estes serviços, e na sequência do que já em anos transactos se vinha prosseguindo, faz com que para 1988 estes se venham a sentir mais apetrechados e com mais meios para o desempenho das suas funções inspectivas.

Particular significado atribuo ao aumento de verbas postas à disposição do serviço central encarregado da higiene e segurança no trabalho (+ 31 %). Sou o primeiro a reconhecer que se trata de um domínio que tem estado, de algum modo, adormecido na nossa Administração. Como entendo que no conceito de empresa, que queremos que surja em Portugal, há, para além da componente de realização profissional, uma outra, muito decisiva, de realização humana, não podemos deixar de no próximo ano dar passos decisivos numa área onde muito está por fazer.

Mas é no domínio da Segurança Social que a componente orçamental do Ministério assume valor mais significativo: as despesas correntes, comparativamente a 1987, crescem em mais de 15 %.

Dos diversos regimes, os aumentos mais significativos respeitam à invalidez e reabilitação e às contribuições com pensões de velhice. Consagra-se, assim, que demos prioridade a formas de atenuação da desvantagem de que enferma a população deficiente e perseguimos a orientação de, progressivamente, aumentarmos o poder real de compra dos pensionistas mais idosos.

Esta orientação vem na linha da política seguida no passado recente e num quadro de evolução que, no domínio do sistema de segurança social, tem sido muito rápido. Basta referir, a este propósito, que o número

de pensionistas em 1970 era de cerca de 165 000, para em 1975 ser de 860 000 e hoje o universo ser de, praticamente, 2 milhões. Para os mesmos anos as despesas com pensões passaram de 1,5 milhões de contos para 11,7 milhões de contos, e hoje atingem mais de 300 milhões de contos.

Convém ter presente que o crescimento do universo físico de pensionistas e das despesas com pensões em Portugal não tem paralelo, nem de perto, com nenhum outro país europeu.

Vimos melhorando, de forma significativa, no que respeita à eficiência do próprio sistema, medido pela percentagem de despesas de administração, quando comparada com as despesas correntes totais. Se em 1980 esse valor era de 8 %, hoje situa-se na casa dos 4,7 %, valor abaixo da média comunitária.

Mas também aqui quero ser o primeiro a reconhecer que as profundas mutações que se verificaram no nosso sistema e aquelas que se têm vindo a verificar nas sociedades modernas —mutações estas de índole demográfica, tecnológica, social e económica— colocam em questão as soluções tradicionais e modelos de desenvolvimento adoptados no passado.

Os pressupostos em que assentou o sistema de segurança social do Estado-Providência não se verificam hoje ou foram profundamente alterados, sendo, por isso, tarefa para a geração de hoje encontrar novas soluções e novos equilíbrios, quer ao nível da conceptualização do sistema, quer no tocante à viabilidade do financiamento das despesas crescentes da Segurança Social.

Quanto à conceptualização do sistema, parece-me pacífica a afirmação de que ao Estado caberá um papel privilegiado no prosseguimento dos objectivos da Segurança Social, competindo-lhe actuar por forma a assumir-se como um instrumento de solidariedade, nomeadamente ao serviço das camadas mais desfavorecidas da população.

A expressão da solidariedade social não se esgota, contudo, na actuação estatal, impondo-se reconhecer que numa sociedade livre e democrática o sistema de segurança social admite outros vectores e outras formas organizadas de solidariedade, como sejam as instituições particulares de solidariedade social e as associações mutualistas, o voluntariado social organizado e os esquemas complementares privados e fundos de pensões.

Quanto ao financiamento, importa ter presente que o prosseguimento dos objectivos da Segurança Social, nomeadamente da componente estatal, deverá ser compatível com as condicionantes e com o equilíbrio dos mecanismos e variáveis económicas, sob pena de se visar uma melhoria dos aspectos sociais sem atender às realidades económicas, o que, tarde ou cedo, se revelará irrealista e mesmo anti-social.

A este respeito, quero destacar que já foram tomadas medidas que alteram profundamente a perspectiva que tem sido seguida quanto às situações devedoras perante a Segurança Social. Essas medidas visam a reformulação do sistema de cobrança de dívidas e farão desaparecer eventuais expectativas de que a Segurança Social se manterá passiva ou benevolente perante situações de verdadeiro incumprimento, que, para além de

diminuifrem a capacidade financeira do sistema, geram frequentes situações de concorrência desleal entre agentes económicos e distorções no funcionamento do mercado.

Uma última palavra gostaria aqui de deixar registada relativamente à evolução dos valores respeitantes aos investimentos, a concretizar no próprio ano, da responsabilidade do Ministério.

Com uma evolução superior a 50 %, relativamente a 1987, far-se-ão investimentos em equipamento e serviços para a primeira e segunda infâncias. Não é estranho a esta decisão o programa de combate ao insucesso escolar decidido pelo Governo.

Com taxas de evolução superiores a 40 %, incluem-se a concretização de projectos de investimento para a integração social de menores deficientes e equipamento e serviços para crianças e jovens privados de meio familiar normal e, ainda, com taxas superiores a 30 %, contam-se a construção de centros de formação profissional e de reabilitação profissional, bem como projectos relativos a equipamento e serviços para idosos.

Finalmente, e porque penso que apresentei as razões que nos levam a preocupar-nos com os problemas da juventude, numa perspectiva de realização plena do homem de amanhã, nas suas múltiplas vertentes (desde a material até à afectiva), não surpreenderá que as verbas para os investimentos a realizar no âmbito do ATL sejam excepcionalmente acrescidas.

É que, se a importância da população jovem, quando comparada com o volume da população activa total, é fonte de preocupação, dá-nos simultaneamente a certeza de que, se investirmos correctamente os recursos disponíveis e nos soubermos organizar de forma adequada, estamos a investir no maior alfabeto susceptível de vir a mobilizar energias e capacidade de empreender com o sentido de dignificação social que este conceito encerra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais do que a justificação, verba a verba, da proposta orçamental, preocupei-me em transmitir, no que se refere ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, a lógica que serve de base à nossa proposta e à escolha das nossas prioridades.

Quanto ao emprego, e apesar do que se pode e deve fazer do lado da oferta, não nos poderemos esquecer de que não se criam mais empregos sem mais empresas e estas não surgirão sem a existência de mais agentes empreendedores. A necessidade de encorajar os inovadores e os que arriscam, incentivando a sua capacidade criativa, sabendo que o tempo de negócio estável desapareceu e que a disponibilidade permanente para a mudança é uma atitude que importa generalizar, são princípios que enformam o nosso pensamento.

Também a ideia-força de segurança contra certas vicissitudes da existência —do desemprego à morte, passando pela doença, pelo acidente de trabalho, a invalidez, a velhice e outras eventualidades— se mantém como factor psicológico fundamental para mobilizar energias, vencer inícias e trilhar os caminhos da inovação e da mudança indispensáveis na nossa sociedade. E essa segurança não pode deixar de ser reforçada, porque, para além do mais, é sobretudo por esse caminho que passa a valorização e a dignificação de todos e de cada um dos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formularem pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Apolónia Teixeira, João Corregedor da Fonseca, Odete Santos e Luísa Amorim.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Apolónia Teixeira.

A Sr.^a Apolónia Teixeira (PCP): — O Sr. Ministro apontou vários números relacionados com a Segurança Social, mas existem questões que, perante a realidade existente, não podemos escamotear.

Temos, em primeiro lugar, a degradação do poder de compra das camadas mais desfavorecidas, nomeadamente dos reformados, dos pensionistas e dos idosos. De facto, verificou-se desde 1974 até à actualidade uma quebra significativa em relação às reformas e pensões.

Apontando, assim, como razão o aumento destas camadas, gostaria de colocar uma questão ao Sr. Ministro, a qual tem a ver com o financiamento da Segurança Social, problema que se encontra na ordem do dia e que exige, de facto, alguma reflexão.

Realmente, no que concerne a estas questões do financiamento e quando o Sr. Ministro afirma ser necessária uma recuperação das dívidas à Segurança Social, suscita-se-me a questão de saber se é ou não verdade que a legislação tem vindo a perdoar, sucessivamente, as grandes dívidas que as empresas têm para com a Segurança Social.

É ou não verdade que o Governo não cumpre o articulado da Lei de Bases da Segurança Social, nomeadamente os seus artigos 54.^º, 55.^º e 56.^º, quando faz com que o orçamento da Segurança Social suporte regimes que a todos os cidadãos deste país deviam estar cometidos? São, de facto, regimes que deveriam ser comparticipados pelo Orçamento do Estado, e não, especificamente, pelo orçamento da Segurança Social.

Portanto, paralelamente com o próprio desenvolvimento económico do nosso país e atendendo, inclusivamente, à evolução tecnológica, é evidente que há necessidade de repensar as formas de financiamento. Isto porque, assentando a contribuição na base da massa salarial, esse repensar há-de efectuar-se na perspectiva lucrativa. É que há neste momento empresas que, com um reduzido número de trabalhadores, aferem lucros fabulosos e que pouco ou nada participam para a Segurança Social.

Então deve ou não constituir esse financiamento a garantia da sobrevivência da Segurança Social?

Estas são questões que com medidas e vontade políticas são perfeitamente possíveis de defender, permitindo à população mais carenciada deste país uma vida digna.

Gostaria ainda de colocar uma questão relacionada com o subsídio de doença.

Na reunião da Comissão questionei o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado sobre o Decreto Regulamentar n.^º 36/87, que regula o subsídio de doença.

Lamentavelmente —e já lá vão três semanas—, após a informação de que alguns dos principais sectores estavam a ser afectados com a aplicação deste diploma, ainda não vi aventada uma solução para este problema.

A sua resolução é simples, pois numa hora ou meia hora se faz publicar um decreto, salvaguardando os interesses de milhares de pessoas que estão neste momento a ser afectadas com a aplicação de um diploma altamente injusto.

Refiro-me, concretamente, à situação da maternidade, e não apenas à doença em si. Com efeito, o próprio subsídio de maternidade está a ser actualmente afectado por um decreto que se refere especialmente a casos de doença. Isto é inadmissível e, de facto, ainda nada se publicou para sanar a situação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, tenho pouco tempo, mas posso conceder-lhe um minuto para poder responder a algumas questões que lhe vou colocar.

O Sr. Ministro começou por expressar certas intenções, algumas das quais poderão ser consideradas louváveis, embora possam também não passar de intenções.

Na realidade, V. Ex.^a diz que houve uma quebra no número de desempregados, mas a verdade é que continuam a ser muitos —muitas centenas de milhares— e temos razões bem fundadas para recuar que esse número não diminua, que o número de empregados precários aumente, que surjam cada vez mais contratos a prazo e que não se ponha termo a essa chaga terrível — V. Ex.^a conhece-a e todos estamos de acordo em classificá-la assim— dos salários em atraso.

Aliás, recordo, Sr. Ministro, que, se se não realizou já, vai realizar-se em Braga uma importante reunião sobre o que se passa naquele distrito relativamente a salários em atraso e trabalho infantil.

Sr. Ministro, temos também fundadas razões para recuar que o custo de vida possa agravar-se, agravando também as condições de vida das classes mais desfavorecidas, nomeadamente os pensionistas e os reformados. Assim, e perante esta situação, gostaria de lhe colocar duas questões.

Em relação à política de emprego, tão entusiasticamente defendida por V. Ex.^a, como compatibiliza essa política de valorização do emprego com a legislação que o Governo pretende fazer aprovar? Refiro-me à articulação da flexibilização da legislação laboral com a liberalização dos despedimentos, a qual se apresenta, tal como já hoje aqui foi afirmado, sem garantia de segurança social.

Também gostava de saber, Sr. Ministro, se não há contradição entre aquilo que V. Ex.^a afirmou e o facto de se quebrar o investimento, o que, no nosso entendimento, provoca uma travagem na economia, pode dificultar a criação de novos empregos e a estabilidade anunciada na sua intervenção. Na verdade, o que receamos é que se venha a verificar ainda mais instabilidade no sector do emprego, tal como tem acontecido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr. Ministro... Bem, ia dizer «Sr. Ministro do Trabalho», ainda à moda antiga, mas nem tenho coragem de lhe chamar Ministro do Emprego, pois penso que lhe ficaria melhor a designação de «Ministro do Desemprego».

Creio que a intervenção de V. Ex.^a foi a miragem das miragens. De facto, não pode esquecer-se que acabou de ser dito que este é, afinal, o orçamento do pacote laboral.

Igualmente, também não pode fazer esquecer —isto diz muito directamente respeito às loas que V. Ex.^a cantou em relação à formação profissional — que está em preparação uma lei com *n* causas de despedimento e que mais não é do que uma forma de permitir a liberalização dos despedimentos.

Pergunto, assim, como pode V. Ex.^a vir falar de formação profissional e de emprego em relação a trabalhadores ameaçados de despedimentos arbitrários. Como pode, pois, vir aqui falar nesse seu conceito de empresa paternal, com a qual, segundo as suas palavras, tudo correrá num mar de rosas? Como pode, enfim, compatibilizar tudo isso com a proliferação do trabalho precário a que o Governo fecha os olhos ou, melhor dizendo, à qual o Governo pisca os olhos em tom de aprovação?

Falou igualmente V. Ex.^a no reforço dos meios da Inspecção do Trabalho. Será que, de facto, se vai assistir a uma fiscalização nesta área da precarização do trabalho? Que medidas vão ser tomadas?

Ainda em relação a esta questão da Inspecção do Trabalho, afirmou V. Ex.^a que os acidentes de trabalho iriam ser reduzidos. No entanto, a verdade é que, ultimamente, assistimos a um aumento daqueles acidentes.

Assim, pergunta-se o que vai ser feito em relação a essas empresas clandestinas que se ocupam do aluguer de mão-de-obra.

Por último, Sr. Ministro, muito esperaria e desejaría que na sua intervenção trouxesse à Câmara os modos de o Governo combater a chaga do trabalho infantil. Isto porque não creio que a única proposta do Governo seja a proposta de lei que aqui apresentou e que se fica por medidas repressivas, as quais não conduzem a um verdadeiro combate a este flagelo.

O que pensa V. Ex.^a fazer das crianças que foram roubadas aos bancos da escola e que medidas pensa tomar para que, de facto, elas tenham o futuro que merecem e que se encontra agora ameaçado.

Aplausos do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Amorim.

A Sr.^a Luísa Amorim (PCP): — Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero dizer que mais uma vez estranho o silêncio desta Sala em relação ao que se passa com mais de metade deste país.

Como o Sr. Ministro deve saber, existe um decreto-lei que desde 1979 espera a publicação de uma portaria pelo Ministério do Trabalho em relação à formação profissional especificamente dirigida para as mulheres. As mulheres são a maioria dos desempregados, as mulheres são aquelas que abandonam mais a actividade profissional muitas vezes por motivos familiares, as novas tecnologias põem questões concretamente em relação às mulheres, na medida em que são elas a maioria dos trabalhadores não qualificados. Como tal, a formação profissional é um dos campos que toca particularmente às mulheres.

Vozes do PSD: — E por que não aos homens?

A Oradora: — Porém, a verdade é que o Sr. Ministro nada disse sobre a formação profissional dirigida às mulheres. Gostaria de saber o que é que pensa quanto a este aspecto, Sr. Ministro.

Gostaria também de saber qual a opinião de V. Ex.^a sobre a forma de tratamento deste decreto-lei em relação à baixas por doença, tratando de igual modo baixas por doença e licença de maternidade. O Sr. Ministro entende que maternidade é uma doença?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Bem perguntado! Eles acham piada, o que é ridículo!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, que dispõe de nove minutos.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: — Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero agradecer-vos as perguntas que me colocaram.

A Sr.^a Deputada Apolónia Teixeira teceu uma série de considerandos sobre a diminuição do poder de compra das pensões. Creio que desde Novembro de 1985 até hoje as pensões para as classes mais desfavorecidas aumentaram em mais de 100% — é preciso lembrarmo-nos de que em Novembro de 1985 as pensões mínimas estavam no valor de 5500\$.

Sobre a legislação que saiu e que foi aprovada no último Conselho de Ministros sobre dívidas à Segurança Social posso dizer que vamos ser extremamente rigorosos no sentido de a fazer cumprir e não vai ser mais uma das que de vez em quando aparecem e que depois acabam por não ser cumpridas. Se se ler com atenção o diploma, verificar-se-á que as entidades que são infractoras perante a Segurança Social não têm grandes possibilidades de fuga.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Já o ano passado ouvi isso!

O Orador: — Não ouviu, não, Sr. Deputado.

Relativamente à regulamentação do Decreto-Lei n.º 36/87, devo dizer que já temos trabalho muito adiantado sobre esta matéria e, fundamentalmente, já encarámos o problema da maternidade.

Vários Srs. Deputados colocaram questões sobre a legislação laboral e, apesar de não estarmos aqui a debater esse problema, gostaria de tecer algumas considerações, dizendo o seguinte: o Governo submeteu um anteprojecto apenas e só apenas aos parceiros do Conselho Permanente de Concertação Social. Em reunião efectuada nesse Conselho Permanente de Concertação Social acertou-se, por unanimidade, uma estratégia para a discussão do problema. Só depois de uma primeira fase, em que os parceiros sociais inseriam por escrito as suas propostas ao Governo, é que se iniciaria o debate público. Os parceiros sociais corresponderam a esse pedido, fizeram-se propostas, muitas delas construtivas, e ainda nesta semana se iniciará o debate público sobre esta matéria. Esse debate será igualmente feito na sede do Conselho Permanente de Concertação Social e quero garantir perante esta Câmara que a dis-

ponibilidade do Ministro para o diálogo é total, mas não se eximirá à responsabilidade de decidir sobre a proposta final.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tenho muito gosto de neste local, que é o mais adequado para tal, desmentir categoricamente algumas afirmações que têm sido feitas sobre esta matéria e sublinho que é a primeira vez que o faço.

Despedimento oral: nunca esteve essa intenção nem no espírito nem na letra da nossa proposta. Para as pequenas empresas o que se prevê é uma forma simplificada do processo disciplinar, em que estão dispensadas algumas formalidades.

Mas o que é importante sublinhar é o seguinte: é que nenhum trabalhador pode ser despedido sem ser ouvido e sem a discriminação escrita e fundamentada das razões desse despedimento. Isto é que é fundamental, e está lá escrito!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às consequências da ilicitude do despedimento promovido pela entidade patronal e quanto ao complicado problema da reintegração e indemnização, quero assegurar perante esta Câmara que o princípio é o da reintegração. Assim, nenhum trabalhador pode ser despedido por motivos políticos, ideológicos ou religiosos, mesmo que se invoque outra razão.

Nenhum trabalhador pode ser despedido na ausência de processo disciplinar ou se este for nulo. A substituição pela reintegração só se põe no caso de improcedência de justa causa e os casos que integram este conceito estão todos tipificados no diploma.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Devemos estar a falar de outro diploma!

O Orador: — O diploma define que para algumas empresas a reintegração é automática e para as restantes desde que se prove pela reintegração do trabalhador o ambiente de trabalho da empresa não será afectado.

Gostaria ainda de sublinhar que para os membros das comissões de trabalhadores e das comissões sindicais este regime só será aplicado se eles derem o seu acordo. Portanto, há substituição da reintegração pela indemnização. Neste ponto, o princípio de todo o diploma é o seguinte: nenhum trabalhador membro da comissão sindical ou da comissão de trabalhadores pode ser prejudicado por estas funções.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Gostaria de continuar a responder às questões que me colocaram.

Fizeram-me perguntas ainda sobre salários em atraso.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

Protestos do PSD.

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — Tenha calma, Sr. Deputado!

O Orador: — Um momento... tenho muito pouco tempo, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, a informação que eu tenho é de que em 31 de Dezembro de 1985 havia cerca de 64 000 trabalhadores com salários em atraso e que neste momento, segundo dados do mês de Outubro, eles são cerca de 24 000.

Relativamente à Sr.ª Deputada Odete Santos, que falou de miragens no meu discurso, relembrar que, quando o primeiro governo de Cavaco Silva aqui apareceu, muita gente falou de miragens, que acabaram por se tornar realidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perguntou-me como é que consigo relacionar este pacote de despedimentos com o conceito de empresa. Nós temos um conceito de empresa: entendêmo-la como local de realização profissional, mas, acima de tudo, local de realização pessoal de todos aqueles que aí exercem actividade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao problema da segurança e higiene no trabalho, sublinhei a necessidade de dar prioridade a este assunto e quero também dizer que já tive uma reunião e terei outra no início do próximo ano com o Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, que gostaria de ver mais dinâmico e mais activo em toda esta matéria.

Quanto ao trabalho infantil e depois das medidas em que o Governo tomou directamente responsabilidade, trata-se de um problema que se ataca também, por exemplo, com o programa contra o insucesso escolar, que, conjuntamente com o Ministro da Educação, estou a pôr em pé. É com as componentes incluídas neste programa — como seja, por exemplo, a alimentação — e com a criação de condições ideais para as crianças desse tipo de idade que se pode também combater o trabalho infantil.

O trabalho infantil pode-se combater administrativamente, mas com limites, pois nem tudo se pode fazer pela via administrativa, mas, sim, actuando na base e nas causas mais profundas. Este programa sobre o insucesso escolar é, em larga medida, também um combate ao trabalho infantil.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — E aqueles que estão a ser explorados?

O Sr. Presidente: — Em primeiro lugar, queria avisar os Srs. Deputados de que a Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas se reúne com o Sr. Ministro da Agricultura na Comissão de Economia, Finanças e Plano amanhã, quinta-feira, pelas 16 horas e 30 minutos.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Pretendo interpelar a Mesa, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Presidente, creio que esta é a única forma de correctamente colocar esta questão. De facto, creio que é meu hábito — e é hábito salutar — colocar as questões sempre de uma forma correcta. Assim é e assim será.

E de tal maneira fui correcto que cheguei a dar tempo ao Sr. Ministro para me responder às questões que lhe coloquei. Não respondeu concretamente e pedi para o interromper e o Sr. Ministro, de uma forma um bocado rápida, para classificar assim, disse-me que não me autorizava a que o fizesse.

Apenas, Sr. Presidente, perante as declarações do Sr. Ministro — importantes declarações sobre a legislação laboral —, só gostaria de lhe perguntar se o Sr. Ministro leu o projecto de revisão constitucional do seu partido, o PSD, que parece que está em total contradição com aquilo que V. Ex.^a acabou de anunciar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, presumo que não foi uma interpelação à Mesa, o Sr. Deputado foi interrompido por uma questão...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Presidente, darei tempo ao Sr. Ministro, do pouco tempo que me resta, se ele quiser responder-me.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: — Como membro do Governo não tenho neste momento que responder sobre o projecto de revisão constitucional do meu partido. Com certeza que o conheço, mas não tenho que responder senão sobre esta matéria, visto que não estou aqui a debater nesta fase a revisão constitucional, mas sim a proposta de lei do Orçamento do Estado, Sr. Deputado. Aproveito para lhe agradecer o tempo que me cedeu.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para o último orador inscrito e para os últimos dez minutos que restam do debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PSD alimentou cuidadosamente durante anos o mito de partido defensor do poder local e da descentralização. Bastaram dois anos de prática governativa a sós para demonstrar o contrário; em particular, a redução drástica da parcela orçamental a transferir em 1988 para as autarquias veio desfazer o mito.

Quis-se igualmente fabricar a aura de um PSD ambientalista, mas esta ilusão, mal luziu, logo se apagou.

São estes os dois temas de que vou ocupar-me.

As autarquias locais surgem como uma das principais vítimas deste orçamento. Por isso, as que mais exprimem o seu protesto.

Os números são já bem conhecidos, falam por si, quase dispensam comentários. Porém, não é demais repisá-los: o valor das transferências programadas no âmbito do chamado Fundo de Equilíbrio Financeiro, que atingiu, neste ano de 1987, 89,3 milhões de contos, será, em 1988, de apenas 91,2 milhões, quer dizer,

mais 1,9 %. Tendo em conta que a estimativa da inflação, feita pelo Governo, por certo demasiado optimista, é de 6 %, significa que o valor real das verbas a transferir para as autarquias decrescerá 4,1 %.

Esta situação é inadmissível. Nada a justifica, nem técnica nem eticamente. Nem um ano em que o Estado eleva as suas despesas de 1872,2 para 2171,8 milhões de contos, traduzida num salto percentual de 15,6 %, não se pode aceitar sem protesto e indignação que as autarquias sejam contempladas com apenas 91,2 milhões de contos, apenas, como se disse, mais 1,9 %.

O Estado é austero e racional nos seus gastos e as autarquias são mais delapidadoras, ou não será exactamente o contrário?

Num país que se orgulha das suas tradições municipalistas, como uma alternativa válida, corroborada por séculos de história, para os males seculares da administração central, não é um paradoxo que o empolamento do Estado central prossiga impunemente?

A revalorização da sociedade civil, a opção pela fórmula encantatória «menos Estado e melhor Estado», tão do gosto do Governo, é negada de uma assentada.

A evolução das despesas do Estado nos últimos anos e a sua partilha por via do FEF com as autarquias é assaz curiosa. Se tomarmos como referência 1980, veremos que, dos 375 milhões atingidos pelas despesas do Estado nesse ano, couberam 30,4 milhões às autarquias, isto é, à volta de 8,1 %. Mas desde esse ano a parcela atribuída às autarquias, ainda em função do FEF, caiu intoleravelmente, representando em 1987 apenas 4,8 %; no próximo ano, mais uma quebra acentuada para 4,2 %. Não há paralelo na Europa para esta situação!

No próximo ano, para o qual se projecta um crescimento económico de 3,75 %, as autarquias são, pelo Governo, condenadas a empobrecer. Que justiça distributiva é esta?

Esta política conduz, inevitavelmente, ao estrangulamento financeiro dos municípios, como os próprios, já sobejamente declararam.

A solução encontrada pelo Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território parece ser a de exortar os municípios a lançar derramas, aumentar coimas, taxas e tarifas e, por que não, procurar meios expeditos, talvez até mesmo jogar na Bolsa.

Mas o Governo, que se revela tão parco nas transferências de recursos para as autarquias, mostra-se generoso na transferência de aborrecimentos e problemas.

Assim, a falta de pessoal auxiliar das escolas do ensino pré-primário e do ensino primário dá origem a constantes reclamações? Passa-se essa competência para as autarquias, decide o Governo: o novo pessoal a recrutar para completar o quadro, que o paguem as autarquias. Dinheiro não lhes falta.

As linhas de caminho de ferro secundárias e de penetração no interior dão elevados prejuízos? Encerrem-se ou façam-se protocolos com as autarquias, que se obrigam a explorá-las, quanto mais não seja para fins turísticos.

A rede de estradas secundárias encontra-se em estado deplorável, é uma autêntica rede de buracos? Prepare-se a sua transferência para as autarquias.

Os edifícios dos tribunais judiciais estão deteriorados? Estabeleçam-se acordos com as autarquias para a sua conveniente reparação.

No entanto, ao invés, tudo o que representa investimento qualitativo fica nas mãos do Estado: os equipamentos culturais, recreativos, desportivos, religiosos, os quartéis de bombeiros, os centros de saúde, isto é, todos os investimentos estruturantes e em matéria económica, permanecem na esfera da administração central, dão direito a inauguração à visita ministerial, como é evidente.

A introdução da figura dos contratos-programa com as autarquias apesar de não definida pelo Governo, à primeira vista, parece ser interessante. Em França, este instrumento é considerado bastante inovador. Entre nós, onde não há descentralização regional, onde a política seguida consiste na mera desconcentração, a ideia merece reservas, dada a sua indefinição e a quantia insignificante qua lhe é atribuída: 215 000 contos, se tivermos em conta a existência de mais de 300 municípios.

Cabe aqui igualmente uma palavra para a inexistência nas opções do Plano de qualquer opção sobre regionalização, sobre a criação das instituições regionais.

De facto, a decomposição do velho modelo industrial, a necessidade de inovação técnica, cultural e política aconselham a adopção de um modelo de desenvolvimento descentralizado e regionalizado, no qual as regiões encontrem e desenvolvam as suas vocações próprias. A resposta à política regional comunitária vai no mesmo sentido. Mas o Governo, adivinha-se, prepara apenas um simulacro de regionalização.

Por isso, os PIDRs, que envolvem avultados investimentos, da ordem dos 8 715 829 contos, são concebidos e lançados sem participação significativa das autarquias e dos agentes económicos e sociais, não têm coerência nem articulação uns com os outros.

Sr. Presidente Srs. Deputados: Em 1989, ano de eleições autárquicas, o Governo certamente que abrirá os cordões à bolsa prodigamente.

O PS não deixará, obviamente, de fazer propostas na especialidade sobre as finanças locais, em particular para aumentar em cerca de 9,75% as verbas destinadas às autarquias, 6% correspondentes à inflação prevista, mais 3,75% relativos ao crescimento do produto para o próximo ano.

Fá-lo-emos, não por demagogia, mas por considerarmos que as políticas municipais, não sendo perfeitas e não estando isentas de críticas, têm sido motores da transformação do País, e por isso podemos reconhecer-nos em Alexandre Herculano quando este escreve: «O governo do país pelo país [...] só se realizará pela descentralização administrativa e por uma forte organização municipal.»

A Sr.ª Helena Roseta (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passemos à política de ambiente. Antes de mais, não se estranhe que fale de ecologia neste debate centrado sobre economia. Pois se é hoje uma aquisição do pensamento político moderno que a ecologia é uma variável tão importante do desenvolvimento económico, como o são as variáveis crescimento, tecnologia, inovação.

Com efeito, as dotações do PIDDAC para o ambiente são um caso exemplar da contradição entre um verbo outrora inflamado e de uma verba escassa.

A verba inscrita no PIDDAC para 1987 e destinada aos investimentos no domínio da defesa e protecção ambiental orçou os 2 627 000 contos. A verba inscrita para o mesmo efeito no PIDDAC para 1988 é de 2 534 000 contos, menos 92 200 contos.

Em Portugal caminha-se a passos largos para uma grave crise ambiental. O nosso sistema urbano-industrial tardio está a reproduzir agressões ambientais já experimentadas em países há muito industrializados. A pressão turística sobre quase toda a nossa orla marítima é desastrosa, quer pela distribuição de delicados equilíbrios naturais, quer sob o ponto de vista estético.

O desordenamento na ocupação dos solos, em particular a construção que alastrá como mancha de óleo em superfície porosa sobre os nossos solos mais férteis, a desarrumação de toda a faixa litoral, o congestionamento das áreas metropolitanas, tudo isto configura um quadro demasiado sombrio, sem carregar nas tintas.

A poluição atmosférica aumenta, em particular nas grandes urbes e junto de certos complexos industriais. O ruído transformou-se num tormento quotidiano, na rua, no trabalho, em casa.

Pois bem. Temos uma lei quadro do ambiente notável, da qual deveria nascer um imenso edifício legislativo, quase todo ainda por fazer. O Governo, pela voz de Carlos Pimenta, garantiu que a legislação complementar da referida lei seria publicada no prazo de um ano, que ela mesma estabelece... e que se está a esgotar. A harmonização da nossa legislação com a legislação comunitária está atrasada.

Há, porém, um aspecto da situação ambiental de tal maneira calamitoso e urgente que merece realce especial e para o qual o Governo não tem qualquer tipo de atenuantes pela sua inacção. Trata-se da poluição da água, «a nossa irmã água», no dizer de São Francisco de Assis.

A poluição e contaminação da água generaliza-se em Portugal. A capacidade de autodepuração de muitos dos nossos rios e ribeiros está a ser ultrapassada. Qualquer fábrica ou fabriqueta lança impunemente nos rios resíduos sem tratamento; matadouros despejam os dejectos para águas outrora limpidas. Há rios mortos que constituem autênticas cloacas industriais. As autarquias constroem esgotos que desaguam directamente nos rios e ribeiras, que costumam secar no Verão. Os nossos sistemas estuarinos correm sérios riscos, em especial a ria de Aveira, já muito poluída.

A água de consumo doméstico não tem, na generalidade dos casos, garantias sérias de qualidade. Há aglomerados populacionais a consumir águas inquinadas.

E continuamos, por inépcia governativa, a não ter legislação efectiva para a defesa da qualidade das águas. Porém, a experiência e a legislação comunitárias, a que tanto se apela, são nesta matéria muito completas.

Não cito aqui as directivas comunitárias sobre matéria da água, por não dispor de tempo, mas, se elas fossem aplicadas em Portugal, resolveriam os problemas.

Por seu lado, continua a não haver legislação que penalize fortemente os industriais que criminosamente conspurcam os nossos rios.

Os programas constantes do PIDDAC dirigidos à despoluição de rios são, em si mesmos, necessários.

Mas é necessário, antes de tudo, atacar a poluição nas suas causas e não apenas nas suas consequências. Prevenir em política de ambiente é o primeiro princípio, mas, se necessário, incremente-se na prática e com toda a eficácia o princípio do poluidor-pagador consagrado na Lei do Ambiente.

A actual situação não pode continuar.

A inéria legislativa e a modéstia nos investimentos não podem ser superadas por entusiasmos verbais de recorte mais ou menos eleitoral.

Deixo, por isso, sobre o primeiro tema que abordei — as autarquias — o meu protesto. Deixo sobre o segundo — o ambiente — o meu lamento.

Aplausos do PS, do PCP, do PRD e da ID.

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara de que o Sr. Deputado Carlos Lage utilizou tempo cedido por outro partido.

Srs. Deputados, com esta intervenção terminámos esta parte do debate.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Presidente, reina alguma confusão, pelo menos em alguns deputados com quem estive nas últimas duas horas, quanto ao seguimento dos trabalhos, sobretudo amanhã e depois, nas reuniões entre a Comissão de Economia, Finanças e Plano e as diferentes comissões especializadas desta Assembleia.

Há uma grande inquietação relativamente aos horários estabelecidos e chegaram-nos às mãos marcações de horas em contradição com outras marcações que corriam.

Eventualmente, são rumores, e, se me estou a fazer porta-voz de rumores peço desculpa, mas queria pedir-lhe, Sr. Presidente, se fosse possível, que nos informasse sobre quais as primeiras marcações já feitas, pelo menos no que diz respeito aos trabalhos de amanhã e depois.

O Sr. Presidente: — Porventura o Sr. Deputado não estava na Sala quando, há pouco, tive ocasião de anunciar o que tinha sido acordado na conferência de líderes realizada esta tarde relativamente aos trabalhos do Plenário.

Quanto aos trabalhos das comissões — e julgo que é sobre isso que o Sr. Deputado está particularmente interessado —, não tenho informações, mas presumo que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares terá, pelo menos, alguma informação, que lhe pode transmitir dentro de momentos.

Antes de encerrar a sessão, quero dizer, relativamente ao funcionamento do Plenário, que iniciaremos a sessão às 10 horas, com a votação da proposta de lei n.º 9/V — Lei do Júri —, seguindo-se a parte final do debate das propostas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, tal como estava programado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, queria

dizer que foi distribuída, há cerca de dez minutos, por alguns Srs. Deputados a calendarização da presença dos ministros na 5.ª Comissão.

Na realidade, o Sr. Presidente anunciou que amanhã, pelas 16 horas e 30 minutos, estará presente o Sr. Ministro da Agricultura, mas não será assim, pois a reunião da referida Comissão começa logo às 15 horas, com a presença da Sr.ª Secretária de Estado da Cultura, segundo creio, seguindo-se o Ministro da Agricultura e depois o Ministro da Educação.

Creio que seria conveniente que todos os Srs. Deputados tivessem esta calendarização, porque a votação diz respeito a todas as comissões, e não apenas a uma.

O Sr. Presidente: — Quero esclarecer os Srs. Deputados que, no caso da Comissão de Agricultura, foi o respectivo presidente que me mandou uma nota, que eu li tal como me foi enviada.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares : — Sr. Presidente, no sentido de ajudar a esclarecer este assunto, pretendo informar a Mesa de que o Governo acertou com o Sr. Presidente da 5.ª Comissão as seguintes reuniões para a tarde de amanhã — e não disserei sobre os outros dias, porque é um calendário longo: às 15 horas estará presente a Sr.ª Secretária de Estado da Cultura; às 16 horas e 30 minutos, o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, e às 18 horas, o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Julgo que respondemos à informação disponível.

Srs. Deputados, reunir-nos-emos em Plenário amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 30 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.

Álvaro Cordeiro Dâmaso.

António Abílio Costa.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António José Caeiro da Mota Veiga.

António Maria Pereira.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Arménio dos Santos.

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.

Carlos Manuel Duarte Oliveira.

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.

César da Costa Santos.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Dinah Serrão Alhandra.

Fernando José Alves Figueiredo.

Fernando José R. Roque Correia Afonso.

Fernando Sequeira Roriz.

Francisco Mendes Costa.

João Álvaro Poças Santos.

João Pedreira de Matos.

Joaquim Eduardo Gomes.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Assunção Marques.

José Luís Bonifácio Ramos.
 José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 José Pereira Lopes.
 José de Vargas Bulcão.
 Luís Amadeu Barradas Amaral.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Margarida Borges de Carvalho.
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
 Marília Dulce Coelho Raimundo.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mateus Manuel Lopes de Brito.
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.

Partido Socialista (PS):

Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Álvaro Jaime Neves da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Carvalho Vitorino.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 João Barroso Soares.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 Carlos Alfredo Brito.
 Lino António Marques de Carvalho.

Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Odete Santos.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

José Carlos Pereira Lilaia.
 Natália de Oliveira Correia.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Manuel Lopes Tavares.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
 Rui Manuel Almeida Mendes.

Partido Socialista (PS):

Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 João António Gonçalves do Amaral.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

Partido Ecologista os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Rectificação ao n.º 28, de 5 de Dezembro de 1987

Na p. 671, col. 2.ª, l. 14, onde se lê «três leituras» deve ler-se «tresleituras»;

Na p. 672, col. 2.ª, l. 49, onde se lê «de redobrada eficácia» deve ler-ser «de redobrada eficácia?».

Na p. 673, col. 1.ª, l. 34, onde se lê «para as presidências dos tribunais de círculo (e designadamente para a respectiva presidência)» deve ler-se «para os tribunais de círculo (designadamente para as respectivas presidências)».

OS REDACTORES: *Maria Leonor Caxaria — Ana Maria Marques da Cruz — Carlos Pinto da Cruz.*

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicar-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 280\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex